

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DAS
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

MONOGRAFIA DE MESTRADO APRESENTADA POR

LUSIMAR SILVA FERREIRA

197705 1618

T/ERAP F383c

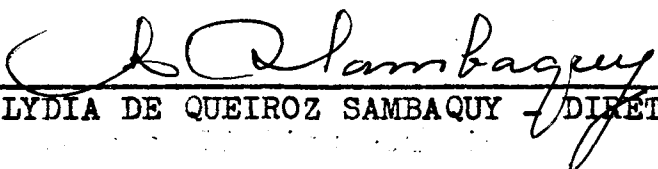


1000039727

E

APROVADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1976

PELA COMISSÃO JULGADORA


PROF.^a LYDIA DE QUEIROZ SAMBAQUY - DIRETORA DE ESTUDOS

Mestre em Biblioteconomia


PROF. CARL MAJOR JENKS

Mestre em Administração Pública


PROF. CECILIO BERNDSEN - Presidenteda Comissão

Ph.D em Administração Pública

A
Luiza e Mariano,
meus pais,
a meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos a pessoas e Instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração e apresentação desta monografia. À Professora LYDIA DE QUEIROZ SAMBAQUY, diretora de estudos deste trabalho, pela orientação segura e estímulo constante, e ao Professor CARL MAJOR JENKS, que com especial dedicação nos ofereceu o apoio técnico necessário à utilização do computador e à análise estatística dos dados, agradecemos de modo todo especial.

S U M Á R I O

Lista de abreviaturas e siglas

Lista de tabelas

1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - <u>Importância e razão da escolha do tema</u>	1
1.2 - <u>Definição de termos</u>	7
1.3 - <u>Formulação do problema</u>	10
1.4 - <u>Metodologia e organização da pesquisa</u>	11
1.5 - <u>Hipóteses</u>	16
1.6 - <u>Plano de apresentação do trabalho</u>	18
2 - BIBLIOTECAS, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	20
2.1 - <u>Educação e desenvolvimento</u>	20
2.2 - <u>Biblioteca e ensino</u>	26
2.3 - <u>Ensino superior, pesquisa e biblioteca</u>	30
3 - BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	42
3.1 - <u>Organizações centralizadas e descentralizadas</u>	42
3.2 - <u>Centralização e descentralização como alternativas de organização de bibliotecas universitárias</u>	47
3.3 - <u>Automação, cooperação e sistemas em bibliotecas universitárias</u>	79
4 - PESQUISA SOBRE CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	106

4.1 - <u>Apresentação e limitação da pesquisa</u>	106
4.2 - <u>Graus de centralização</u>	108
4.3 - <u>Cruzamento das variáveis</u>	116
4.4 - <u>Caracterização das bibliotecas seccionais</u>	156
5 - CONCLUSÕES	166
ANEXO 1	172
ANEXO 2	179
ANEXO 3	184
ANEXO 4	187
ANEXO 5	210
ANEXO 6	212
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	214
ÍNDICE	232

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABBU - Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias
- ASPLAN - Assessoria de Planejamento S.A.
- BIREME - Biblioteca Regional de Medicina
- BMB - Biblioteca do Museu Britânico
- BN - Biblioteca Nacional
- BNB - Biblioteca Nacional Inglesa
- CALCO - Catalogação Legível em Computador
- CCoPE - Catálogo Coletivo de Periódicos
- CENDIA - Centro Nacional de Documentação e Informação Agrícola do Ministério da Agricultura
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
- CEPES - Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoria e Expansão do Ensino Superior (atual PREMESU)
- CFE - Conselho Federal de Educação
- CHEAR - Council on Higher Education in American Republics
- CIUC - Consejo Internacional de Uniones Científicas (ver também CIUS)
- CIUS - Conseil Internationale de Unions Scientifiques
- CNBU - Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (antigo Conselho Nacional de Pesquisas)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LUSIMAR SILVA FERREIRA

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DAS
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Monografia apresentada à
Escola Brasileira de Admi
nistração Pública para a
obtenção do grau de mestre
em Administração Pública.

RIO DE JANEIRO - 1 9 7 6

- CNRS - Centre National des Recherches Scientifiques
- CODEAT/DAU - Coordenação de Assistência Técnica do Departamento de Assuntos Universitários
- COPFE - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ
- CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
- DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público
- DAU/MEC - Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura
- FEBAB - Federação Brasileira de Associações Bibliotecárias
- FGV - Fundação Getulio Vargas
- IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (atual IBICT)
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (antigo IBBB)
- IES - Instituições de Ensino Superior
- LACAP - Latin-American Cooperative Acquisitions Program
- MARC - Machine Readable Cataloging
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- MEDLARS - Medical Literature Analysis and Retrieval Systems
- MEDLINE - MEDLARS on line
- NAT/08 - Núcleo de Assessoramento técnico (a bibliotecas universitárias)
- NATIS - National Information Systems
- NLLST - National Lending Library Science and Technology
- OCLC - Ohio College Library Center

- OSA - Organização dos Estados Americanos
- PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- PGD - Plano Global de Desenvolvimento
- PNDDES - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- PREMESU - Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações de Ensino Superior (antigo CBPES)
- PRODASEN - Sistema Eletrônico de Processamento de Dados do Senado
- REBAM - Rede de Bibliotecas da Amazônia
- SEEC/MEC - Serviço de Estatística de Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura
- SIC - Serviço de Intercâmbio de Catalogação
- SIDI - Sistema Integrado de Documentação e Informática do Ministério da Fazenda
- SIEC - Sistema de Informações Educacionais do Ministério da Educação e Cultura
- SIBFT - Sistema de Informação Econômico-Financeira e Fisco-Tributária
- SIJUR - Sistema de Informação Jurídica
- SNDCT - Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- SNICT - Sistema Nacional de Informações Científicas e Tecnológicas.
- SPSS - Statistical Package for the Social Sciences
- SRL - Biblioteca de Referência em Ciência
- SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNISIT - Sistema Internacional de Informações Científicas e Técnicas

Universidades

- FUM - Fundação Universidade do Maranhão
- FUFMT - Fundação Universidade de Mato Grosso
- UFACre - Universidade Federal do Acre
- UFAM - Universidade Federal do Amazonas
- UFGo - Universidade Federal de Goiás
- UFPb - Universidade Federal da Paraíba
- UFPI - Universidade Federal do Piauí
- UFPR - Universidade Federal do Paraná
- UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- UFRPe - Universidade Federal Rural de Pernambuco
- UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
- UFV - Universidade Federal de Viçosa
- UnB - Universidade de Brasília
- USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

	pág.
Tabela 1 - Cruzamento das variáveis "grau de centralização das bibliotecas" e "ano de criação da universidade"	118
Tabela 2 - Relação das universidades de acordo com seu ano de criação e grau de centralização de suas bibliotecas	122
Tabela 3 - Cruzamento das variáveis "grau de centralização das bibliotecas" e "ano de criação da biblioteca central"	124
Tabela 4 - Relação das universidades de acordo com a data de criação da biblioteca central, a data de criação da universidade e o grau de centralização das bibliotecas	125
Tabela 5 - Cruzamento das variáveis "grau de centralização das bibliotecas" e "número de bibliotecas da universidade"	128
Tabela 6 - Relação das bibliotecas centrais de acordo com o número de bibliotecas da universidade e grau de centralização	130

Tabela 7 - Cruzamento das variáveis "grau de centralização das bibliotecas" e "localização das universidades"	132
Tabela 8 - Relação das universidades de acordo com sua localização e grau de centralização das bibliotecas	133
Tabela 9 - Cruzamento das variáveis "localização das universidades no <u>campus</u> e número de bibliotecas das universidades	135
Tabela 10 - Cruzamento das variáveis "grau de centralização das bibliotecas" e "distância da biblioteca central às unidades de ensino"	137
Tabela 11 - Relação das bibliotecas centrais de acordo com a distância que guardam das unidades de ensino e o grau de centralização das bibliotecas	138
Tabela 12 - Relação das universidades de acordo com seus orçamentos no período 1974-1976	141
Tabela 13 - Cruzamento das variáveis "grau de centralização das bibliotecas e orçamento das universidades em 1975"	142
Tabela 14 - Relação das bibliotecas universitárias de acordo com seus orçamentos em 1974-1976	143

Tabela 15 - Relação das bibliotecas de acordo com grau de centralização e orçamento para 1975	144
Tabela 16 - Relação das universidades de acordo com a percentagem do seu orçamento dedicada às bibliotecas nos anos de 1974-1976	145
Tabela 17 - Relação das universidades de acordo com a verba para material bibliográfico no período de 1974-1976	147
Tabela 18 - Relação das universidades em relação à aquisição centralizada e distribuição do acervo	149
Tabela 19 - Relação das bibliotecas centrais de acordo com sua subordinação	153
Tabela 20 - Relação das bibliotecas centrais conforme sua situação quanto a orçamento e pessoal das bibliotecas seccionais	155
Tabela 21 - Serviços oferecidos pelas bibliotecas seccionais	159
Tabela 22 - Serviços descentralizados nas bibliotecas seccionais	160
Tabela 23 - Subordinação das bibliotecas seccionais	161
Tabela 24 - Problemas das bibliotecas seccionais	164

SINOPSE

O desenvolvimento científico e tecnológico e o ensino superior no Brasil. A biblioteca universitária como instrumento de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão. Alternativas de organização de bibliotecas universitárias e sua participação em sistemas cooperativos e automatizados. Formas de organização das bibliotecas universitárias brasileiras, seu grau de centralização e sua relação com a idade da universidade, a idade da biblioteca central, recursos orçamentários, entre outras variáveis.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Importância e razão da escolha do tema

O Brasil, atualmente, está passando por expressivo processo de desenvolvimento científico e tecnológico, que exige imediatas modificações na estrutura educacional, para adequação do ensino à nova realidade nacional.

Visando, exatamente, corresponder às expectativas da sociedade brasileira é que sucessivas reformas educacionais têm sido feitas, embora nem sempre alcançando os resultados esperados, quer por falta de maior articulação entre os vários níveis de ensino, quer de melhor integração com o planejamento global do País.

Hoje, já se possui consciência de que só podem funcionar, efetivamente, planos de desenvolvimento integrado. Por isso, seria impossível continuar planejando em educação - ou em qualquer outro campo - sem levar em conta os objetivos sociais e econômicos, estabelecidos pelo Estado. É exatamente isso que diz a Assessoria de Planejamento S.A. (ASPLAN), quando afirma: "Assume importância no Brasil de hoje a necessidade de realizar programas educacionais, integrados com planos de desenvolvimento econômico, social e político, que os órgãos governamentais se propõem a executar".¹

¹ ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO S.A. Ensino superior no Brasil. São Paulo, 1967. v. 1, p. 41.

Felizmente, está sendo a idéia de que a educação é "condicionante do desenvolvimento econômico e social".

E como, segundo a própria ASPLAN, "a demanda de técnicos, particularmente de nível universitário, diversifica-se durante o processo de desenvolvimento",² a universidade deve acompanhar esse processo, preparando a mão-de-obra especializada, não só para o presente, mas também com vistas ao futuro próximo e a médio e longo prazos.

Sobretudo a partir da década de 50, passou-se a analisar os objetivos da universidade, seus métodos e processos, pois sentia-se uma grande defasagem entre o estágio de desenvolvimento que o País alcançara e a universidade tradicional e conservadora.

A Universidade de Brasília, criada em 1961, revolucionou o meio universitário do País, com inovações consideráveis, não só quanto à estrutura, mas também quanto ao próprio sistema acadêmico, conforme atesta LACERDA, ao afirmar: "A partir do início dos anos 60, começou a ser questionada mais vivamente, no Brasil, a organização e o funcionamento do ensino superior, marcado basicamente pela consolidação de idéias bastante inovadoras, para o momento, em uma universidade, a UnB".³

Criou-se, assim, uma expectativa geral em torno dos resultados dos programas de ensino superior, o que, acreditamos, contribuiu para aumentar a inquietação e os questionamentos em relação aos problemas universitários.

² Id. ibid. p. 31.

³ LACERDA, Maria do Carmo. Universidade e processo de decisão: efeitos da reforma universitária. Brasília, 1973. p. 1. Tese de mestrado apresentada à UnB.

... exatamente nesse clima que o Governo federal resolveu tomar uma posição objetiva, criando um grupo de trabalho para estudar a reforma universitária, que se consubstanciou na Lei nº 5.540/68.⁴

A implantação dessa reforma, apesar dos obstáculos naturais que tem encontrado, vem sendo feita gradativamente. Todo processo de mudança apresenta uma certa complexidade e provoca resistências, em maior ou menor grau, devendo-se, por isso, estabelecer uma estratégia capaz de fazer com que as pessoas a serem atingidas pela reforma passem a desejá-la e a participar da sua implantação. Os resultados serão tanto melhores quanto maior for essa adesão, quanto maior internalização houver dos objetivos a atingir, pois de nada adianta modificação de estrutura se esta não for acompanhada de uma mudança de mentalidade. Tudo isso prova, portanto, a lentidão com que, geralmente, se implanta uma reforma.

A universidade, no Brasil, vem tentando adequar seus métodos (não cabe aqui analisar até que ponto já o conseguiu) aos novos objetivos estabelecidos, bem como procurando dotar-se de toda uma instrumentação que a auxilie na sua nobre e fecunda missão.

Um dos principais instrumentos que a universidade pode e deve utilizar para esse fim é a biblioteca, que, no entanto, muitas vezes, é deixada à margem, esquecida em seus programas de reforma e aperfeiçoamento.

CAETANO DIAS, estudando trabalhos sobre a reforma universitária no Brasil, conclui que "toda a mecânica do pro

⁴ BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Diário Oficial, Brasília, 29 nov. 1968. p.1.433.

cesso de desenvolvimento repousa, fundamentalmente, no vínculo que une o processo técnico, a pesquisa científica e o ensino universitário. A formação de homens e a informação dos técnicos influem na modernização industrial como consequência da dedicação à pesquisa, concentração industrial e graduação universitária".

É ainda CAETANO DIAS quem diz mais adiante: "No Brasil, portanto, que se encontra no 1º estágio do seu processo industrial, uma reforma universitária seria inútil e incompreensível se destituída de uma infra-estrutura que possibilite o acesso à informação técnica e científica.

Assume, assim, importância excepcional o papel a ser desempenhado pelas bibliotecas universitárias, no contexto de uma reformulação política do ensino superior em nosso País, em estreita conexão com todo o campo científico e tecnológico".⁵

Apesar da crescente conscientização do valor da biblioteca, ela ainda não ocupa o lugar que lhe cabe na estrutura universitária brasileira, como órgão de apoio do ensino e da pesquisa.

A Lei da Reforma Universitária não menciona as bibliotecas universitárias, o que tem sido interpretado, por uns, como omissão imperdoável e, por outros, como é o caso de LEMOS & MACEDO, como omissão voluntária e testemunho de que "tínhamos chegado a um consenso tácito quanto à necessidade da biblioteca universitária" uma vez que, continua o citado autor, "... desde 1963, o Conselho Federal de Educação (CFE) incluía, entre os requisitos que um curso superior de

⁵ DIAS, Antonio Caetano. Biblioteca universitária: sua integração ao processo de desenvolvimento. Revista do Livro, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 10 (31):47, 1967.

veria satisfazer o conhecimento, a existência de uma biblioteca".⁶

O fato é que se as bibliotecas não têm tido desenvolvimento compatível com o das universidades, embora os novos métodos de ensino pós-reforma, e a própria função da universidade baseada no trinômio ensino, pesquisa e extensão, façam com que as bibliotecas sejam mais solicitadas, no sentido de melhoria de serviço, quer qualitativa, quer quantitativamente falando.

Concordamos plenamente com ETELVINA LIMA, quando diz que a redefinição dos próprios objetivos da biblioteca universitária exigiria um diagnóstico dos serviços bibliotecários de nossas universidades, realizado com o apoio oficial, em virtude da magnitude do problema.⁷

Algumas tentativas isoladas têm sido feitas para levantamento da situação das bibliotecas universitárias, mas os obstáculos são inúmeros, não tendo permitido até o momento a execução de um trabalho sistemático e completo sobre o assunto.

A primeira experiência concreta de levantamento de dados de que temos notícia, com vistas à elaboração de um diagnóstico da situação, coube ao Grupo de Implantação da Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias (CNBU) - atual Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU) - que, por volta de 1972, preparou um

⁶ LEMOS, Antonio Agenor Briquet de & MACEDO, Vera Amália Amarante. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 2(2):168, jul./dez. 1974.

⁷ LIMA, Etelvina. A biblioteca no ensino superior. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1975. p. 4. Trabalho apresentado ao 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Brasília, 20-25 jul. 1975. mimeogr.

questionário distribuiu entre 43 universidades oficiais e particulares, recebendo respostas de apenas 28, após insistentes solicitações. Além disso, várias perguntas deram margem a dupla interpretação, o que impossibilitou que se chegasse a conclusões seguras.

No início de 1973, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoria e Expansão do Ensino Superior (CEPES) - hoje Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU) - aplicou às universidades federais e instituições isoladas de ensino superior um questionário conhecido como Plano Global de Desenvolvimento (PGD), em que havia um formulário relativo às bibliotecas. Colheu informações de 40 instituições, porém, conforme relatório do Grupo de Implantação da CNBU, o questionário carecia de maior objetividade, pois deixara de abordar dados de real interesse "na avaliação da organização estrutural das bibliotecas, bem como quanto à formação de coleções e prestação de serviços".⁸

O Serviço de Estatística de Educação e Cultura (SEEC), do Ministério da Educação e Cultura, no início de 1975, através de agentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos vários estados da Federação, aplicou um questionário, desta vez, a todos os tipos de bibliotecas. Até novembro de 1975, 1.350 questionários haviam sido devolvidos, sendo uma parte deles referente a bibliotecas universitárias. Algumas perguntas desse questionário, entretanto, eram ambíguas e vários questionários foram mal respondidos, o que dificultou as conclusões.

⁸ GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE DIRETORES DE BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS. Niterói. Diagnóstico da situação das bibliotecas universitárias brasileiras. In: _____ . Relatório. Belém, 1973. p. 2. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e 2º Encontro Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias. mimeogr.

O fato é que não possuímos os dados necessários para um diagnóstico da situação real das bibliotecas universitárias brasileiras. Desconhecemos, até mesmo, o número de bibliotecas universitárias existente, sobretudo nessa fase de mudança em que toda a universidade se renova, reunindo, separando ou extinguindo departamentos, faculdades, escolas, institutos e centros. Sabemos que algumas bibliotecas se têm desdobrado, enquanto outras se têm agrupado. As formas como se estruturam são também diversas, não havendo "unanimidade quanto à que seja melhor entre elas", como dizem LEMOS & MACEDO.⁹

Visando conhecer melhor as estruturas de nossas bibliotecas universitárias, escolhemos como tema desta monografia "Centralização e descentralização de bibliotecas universitárias", que nos interessa sobremaneira, pela estreita ligação com nossa formação e atividade profissional. Embora não tenhamos a pretensão de esgotar o assunto, em virtude de uma série de limitações, sobretudo de tempo e recursos, acreditamos poder dar alguma colaboração em área tão importante da administração universitária, e que, ultimamente, vem sendo alvo das preocupações do MEC.

1.2 - Definição de termos

Para efeito deste trabalho, daremos, a seguir, a definição de alguns termos utilizados no mesmo, e que podem dar margem a dúvidas quanto a seu significado.

Revisando a literatura sobre o assunto, nota-se que as mesmas palavras são empregadas, por uns autores, com

⁹ LEMOS, Antonio Agenor Briquet de & MACEDO, Vera Amália Amante. A posição da biblioteca universitária na organização operacional da universidade. op. cit. p. 169.

um exemplo, e por outros, com um sentido mais restrito. Portanto, não com significados diversos, o que dificulta, muitas vezes, a comunicação e pode conduzir a falsas conclusões. No caso de centralização e descentralização, por exemplo, e que após leitura dos conceitos emitidos por vários autores, entre os quais LEMOS & MACEDO,¹⁰ MAURICE TAUBER¹¹ e DOUGLAS W. BRYANT,¹² optamos por este ou aquele conceito, ou elaboramos nossas próprias definições:

- a) centralização física - localização do acervo bibliográfico em um, ou em reduzido número de salas ou prédios;
- b) centralização administrativa - subordinação das bibliotecas do sistema, do ponto de vista financeiro, de pessoal, de material a uma biblioteca central ou órgão coordenador;
- c) centralização operacional ou técnica - realização pela biblioteca central do processamento técnico (catalogação, classificação e registro) de todo o material docu

¹⁰ Id. *ibid.* p. 170.

¹¹ TAUBER, Maurice F. Introduction. In: Centralization and decentralization in academic libraries; a symposium. College and Research Libraries, Chicago, Ill., 22(15): 327-8, Sept. 1961. Apud: LIMA, Etelvina. Estrutura organizacional da biblioteca universitária da Universidade Federal de Minas Gerais: um estudo de centralização e descentralização. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Biblioteconomia, 1974. p.20.

¹² BRYANT, Douglas W. Centralization and decentralization at Harvard. In: Centralization and decentralization in academic libraries; a symposium. College and Research Libraries, Chicago, Ill., 22(5):328-34, Sept. 1961. Apud: LIMA, Etelvina. Estrutura organizacional da biblioteca universitária da Universidade Federal de Minas Gerais: um estudo de centralização e descentralização. op. cit. p. 21.

mentário, adquirido pelas bibliotecas da universidade. Para efeito deste trabalho, aquisição de material bibliográfico foi considerada à parte do processamento técnico;

- d) centralização monolítica ou centralização (no sentido amplo) - existência de uma só biblioteca na universidade, onde o acervo é localizado, sendo a mesma responsável pela aquisição de material bibliográfico, pelo processamento técnico desse material e pela recuperação da informação para o usuário;
- e) centralização da aquisição - responsabilidade da biblioteca central pela aquisição de material documentário, para todas as bibliotecas da universidade, a quem o distribui, logo após recebê-lo;
- f) descentralização (no sentido amplo) - dispersão de acervo, sem coordenação e controle técnico e administrativo, por um órgão central;
- g) descentralização coordenada - dispersão do acervo, com ou sem autonomia financeira e administrativa, mas havendo coordenação técnica;
- h) biblioteca universitária - é a que serve aos estabelecimentos de ensino superior, destinada aos professores e aos alunos, embora possa ser acessível ao público em geral;
- i) biblioteca seccional ou biblioteca setorial - é um tipo de biblioteca universitária que serve a centros, institutos, escolas ou cursos da universidade;

- j) biblioteca central da universidade - é a biblioteca ou órgão que centraliza ou coordena, de direito ou de fato, as atividades biblioteconômicas e documentárias da universidade;
- l) biblioteca departamental - é a coleção existente nos departamentos das unidades de ensino. Estas bibliotecas, para efeito deste trabalho, não consideramos seccionais, pois não enviamos questionários às mesmas, por vários motivos: o grande número existente, a dificuldade de conseguir endereços das mesmas, além do fato de o número de obras que formam a coleção do departamento ser, geralmente, irrisório e, na maioria das vezes, fugir ao controle do órgão coordenador.

1.3 - Formulação do problema

A presente monografia é uma tentativa de levantar os vários modelos de estrutura, centralizados ou descentralizados, de nossas bibliotecas universitárias, estudando as vantagens e desvantagens de cada um deles, sem pretender, no entanto, apresentar um único modelo ideal, uma vez que a diversificação é necessária na medida em que as bibliotecas possuem realidades diversas. Procuramos identificar, isto sim, modelos mais adequados, levando-se em conta certas variáveis que poderão influir na eficácia deste ou daquele modelo.

Em resumo, tentamos identificar:

- a) quais os vários modelos de estrutura adotados por nossas bibliotecas universitárias;

b) se existe relacionamento entre o modelo utilizado e as variáveis a seguir:

- idade da universidade
- disponibilidade de recursos financeiros
- reunião das unidades de ensino em campus
- distância entre as unidades e as bibliotecas

c) que outras variáveis existem, no mesmo caso;

d) de que modo esta monografia pode colaborar para maior conhecimento da organização e do funcionamento das bibliotecas universitárias e tomada de decisão de universidades, quanto ao modelo a adotar para suas bibliotecas.

1.4 - Metodologia e organização da pesquisa

Esta pesquisa se baseia na análise dos questionários enviados a bibliotecas universitárias, e na revisão de literatura, incluindo livros, artigos de periódicos nacionais e estrangeiros, trabalhos de congressos, encontros e seminários sobre administração, biblioteconomia e educação.

Inicialmente, escolhemos a entrevista como instrumento de coleta de dados, para melhor garantir os resultados, pois consideramo-la mais segura devido à maior flexibilidade que lhe podemos imprimir, podendo-se reformular questões ou acrescentar outras, para esclarecer respostas anteriores, além da possibilidade de observar o que diz o entrevistado e como o diz, bem como observar a situação da qual o respondente participa. Além do mais, tínhamos conhecimento da, não muito bem sucedida, experiência da CNBU e da CEPES, com a utilização do questionário.

Para efeito deste trabalho, nosso universo seria constituído pelas universidades federais, de que extrairíamos uma amostra. Entretanto, não conseguindo os recursos financeiros necessários à realização de visitas para entrevistar pessoalmente os diretores de bibliotecas universitárias, de vários estados que integravam nossa amostra, não tivemos outra alternativa senão optar pelo questionário enviado pelo Correio, tomando algumas medidas que possibilitassem um aumento na percentagem de retorno dos questionários, geralmente reduzida. Elaboramos carta-circular que acompanhou o questionário, informando da finalidade da pesquisa e mostrando que parte do trabalho dependeria da colaboração das bibliotecas universitárias. Procuramos utilizar questões fechadas em sua maioria, a fim de facilitar as respostas. Enviamos também envelopes-resposta sobrescritados e selados, para melhor garantir a devolução.

Uma vez que resolvemos utilizar o Correio para remessa dos questionários, achamos mais interessante, ao invés de usar uma amostra, trabalhar com o universo a fim de neutralizar, de certa forma, a provável não-devolução de alguns dos questionários. Assim, procuraríamos atingir todas as universidades federais além da Universidade de São Paulo (USP) incluída não só por sua importância, mas também pelo valor de sua experiência no trabalho já realizado no campo da biblioteconomia.

Elaboramos dois tipos de questionários: um para as bibliotecas centrais (anexo 1), e outro para as bibliotecas seccionais (anexo 2), já que estas bibliotecas apresentam características diversas daquelas, ambos, porém, orientados, sobretudo, para a forma organizativa das bibliotecas, embora incluindo outros itens que pudessem vir a ter correlação com o modelo de estrutura adotado.

Enviamos questionários para as bibliotecas centrais

de todas as universidades federais, e para a Biblioteca Central da USP, num total de 31 questionários. Desses 31 questionários, 10 foram remetidos por intermédio das respectivas reitorias, pois ignorávamos se algumas dessas universidades tinham realmente uma biblioteca central, ou um órgão coordenador de suas bibliotecas.

Para as bibliotecas seccionais enviamos um total de 232 questionários, isto é, para todas as bibliotecas das quais conseguimos endereço.

Uma grande dificuldade encontrada foi, exatamente, saber que bibliotecas existem em cada universidade e os respectivos endereços. Enviar todos os questionários para as reitorias das universidades seria perda de tempo na distribuição dos mesmos.

O fato é que não existe um cadastro atualizado das bibliotecas universitárias brasileiras, exatamente pelos problemas encontrados para elaborá-lo. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT), possui um guia intitulado "Bibliotecas Especializadas Brasileiras"¹³ cujo último número é, porém, de 1969. O último cadastro de bibliotecas, publicado no "Boletim Estatístico"¹⁴ do Instituto Brasileiro de Estatística do IBGE, arrola dados de 1971.

Assim, tivemos de procurar outras fontes que nos fornecessem os endereços desejados.

¹³ BRASIL. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Bibliotecas especializadas brasileiras. 2.ed. Rio de Janeiro, 1969. 605 p.

¹⁴ CADASTRO das bibliotecas existentes no país, segundo as unidades da Federação e os municípios - 1971. Boletim Estatístico do Instituto Brasileiro de Estatística, Rio de Janeiro, IBGE, 30(119):179-245, jul./set. 1972.

Por deferência da direção do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), do Ministério da Educação e Cultura, tivemos acesso a 1.350 questionários já respondidos,¹⁵ dos aplicados pelo citado serviço por meio de agentes do IBGE, no início de 1975, sobre dados de 1974, a todos os tipos de bibliotecas do País. Daí, retiramos os endereços de 164 bibliotecas seccionais de universidades. Como muitas bibliotecas não haviam respondido o referido questionário, nossa relação de endereços não estava completa.

Outros endereços foram conseguidos, consultando-se a listagem das bibliotecas cooperantes do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos¹⁶ que nos foi gentilmente cedida pelo então IBBD.

Apesar de todas as tentativas, não foi possível conseguir o endereço de todas as bibliotecas seccionais das universidades federais, o que logo nos impossibilitou de trabalhar com o universo anteriormente estabelecido, como pretendíamos.

Apenas as bibliotecas centrais foram atingidas em sua totalidade em virtude de, por serem em menor número e funcionarem geralmente mais ligadas à reitoria, termos enviado os questionários àquelas cujo endereço não tínhamos, por intermédio das reitorias, como falamos anteriormente. Conse

¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Questionário modelo EC-G 1974 sobre bibliotecas.

¹⁶ BRASIL. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Catálogo Coletivo Nacional. Listagem das bibliotecas cooperantes do Catálogo Coletivo de Periódicos. Rio de Janeiro, IBBD, nov. 1975 (listagem do computador).

guimos os endereços das universidades no Catálogo do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, ¹⁷ publicação de grande importância, sobretudo por sua constante atualização, vindo preencher lacuna até há pouco tempo existente. Kessen timo-nos da falta de um trabalho desse tipo com referência às bibliotecas universitárias.

Apesar de insistentes solicitações de nossa parte, através da Rede de Telex do Ministério da Educação e Cultura (RETEMEC) por intermédio do IBICT, às bibliotecas centrais, para que nos informassem sobre o recebimento e devolução dos questionários, e tendo, por diversas vezes, dilatado o prazo para inclusão dos mesmos na pesquisa, acabamos por ter de en cerrar com 17 bibliotecas centrais (anexo 3). Posteriormen te, recebemos ainda outros três, porém não foi mais possível incluí-los, uma vez que os demais já haviam sido codificados e os dados já estavam sendo trabalhados pelo computador.

Quanto às bibliotecas seccionais, 133 foram incluí das (anexo 4), havendo universidades das quais não recebemos um só questionário, e outras que chegaram a nos devolver até mesmo oito. Alguns, além dos 133, deixaram de ser codifica dos por se referirem a museus, colégios de aplicação e depar tamentos de ensino, que excluímos, pois havíamos de início limitado o que considerariamos bibliotecas seccionais, para efeito deste trabalho, e que seriam bibliotecas de unidades de ensino como institutos, faculdades, escolas e cursos.

Pela quantidade de dados obtidos e pelo tipo de tra balho que nos propusemos a realizar, fomos levada a utilizar a computação, optando pelo programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

¹⁷ BRASIL. Departamento de Assuntos Universitários. Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior - 1974. Brasília, MEC, 1975.

Embora não tenhamos atingido todas as bibliotecas, conforme desejávamos, e muitas respostas tenham sido deixadas em branco no questionário - o que prejudicou muitas conclusões que poderíamos vir a tirar - a análise e interpretação dos dados nos permitiu identificar vários modelos de estrutura existentes, e determinar a relação, ou não, entre essas estruturas e variáveis ambientais.

O questionário das bibliotecas centrais nos forneceu os dados mais importantes. O das bibliotecas seccionais serviu para complementar a parte principal.

1.5 - Hipóteses

Sabemos que não existem apenas dois tipos puros de estrutura: a centralizada e a descentralizada. Há inúmeras nuances entre os dois extremos do contínuo centralização/descentralização, resultantes das exigências mesmas da combinação de variáveis ambientais as mais diversas. A própria estrutura da universidade influi na estrutura de suas bibliotecas.

Há, atualmente, uma tendência geral a uma certa centralização das bibliotecas universitárias, e/ou à criação de um órgão coordenador dessas bibliotecas, tendência essa fortalecida pela reforma administrativa como também pela reforma universitária, de que falaremos no decorrer deste trabalho.

Eis as nossas principais hipóteses de trabalho:

- a) a idade da universidade afeta a estrutura de suas bibliotecas. A própria formação histórica das universidades, resultante da reunião de escolas ou faculdades isoladas, influi na es

trutura das bibliotecas universitárias. Assim, quanto mais antiga a universidade, mais descentralizadas suas bibliotecas;

- b) a idade da biblioteca central também parece afetar a forma de organização do sistema de bibliotecas da universidade. Quanto mais antiga a biblioteca central, mais descentralizadas suas bibliotecas;
- c) o número de bibliotecas existentes em uma mesma universidade denota a maior ou menor centralização dessas bibliotecas. Quanto maior o número dessas bibliotecas, menor o grau de centralização das mesmas;
- d) a existência, ou não, de campus e o funcionamento total da universidade no campus, ou não, mantém certa relação com a centralização ou descentralização das bibliotecas universitárias. Tudo, porém, é uma questão de grau. Quanto menos dispersão houver na universidade, pela reunião de suas unidades de ensino, em uma cidade universitária, maior tendência à centralização de suas bibliotecas;
- e) a distância entre a biblioteca central e as unidades de ensino afeta a forma de organização das bibliotecas. Quanto maior a distância entre a biblioteca central e as unidades de ensino de uma universidade, menor o grau de centralização das bibliotecas dessa universidade;
- f) a soma de recursos financeiros das universidades tem relação com o modelo adotado pelas bibliotecas, pois, como medida de economia, quanto menos recursos tiver a universidade, mais propensa estará para centralizar as bibliotecas.

1.6 - Plano de apresentação do trabalho

O trabalho será desenvolvido conforme plano descrito a seguir.

Após as páginas preliminares convencionais, inclusive lista de abreviaturas, vem o capítulo 1 que corresponde a esta introdução, em que se dá uma visão geral do tema, apresenta-se as razões da sua escolha, a definição de termos, a formulação do problema, a metodologia e organização da pesquisa, as hipóteses de trabalho, terminando, enfim, com o plano que ora expomos.

O capítulo 2 trata da relação existente entre ensino superior e biblioteca, abordando inclusive a educação como investimento, e o papel da biblioteca universitária diante do ensino, da pesquisa e da extensão.

Já o capítulo 3 aborda a centralização e a descentralização como opções de organização de bibliotecas universitárias e a participação dessas bibliotecas em sistemas cooperativos automatizados, ou não, inclusive no Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), e no Sistema Mundial de Informação Científica (UNISIST).

Em seguida, o capítulo 4 é destinado à apresentação e análise dos dados dos questionários.

Finalmente, são apresentadas as conclusões, que constituem o capítulo 5.

A seguir, vêm a bibliografia consultada, o índice e os anexos.

A forma de apresentação deste trabalho está conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para trabalhos técnicos e científicos.

As notas explicativas e as referências bibliográficas aparecem em notas de rodapé com numeração contínua, por capítulo.

2 - BIBLIOTECAS, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

2.1 - Educação e desenvolvimento

A educação é, sem dúvida, fator de suma importância para o desenvolvimento econômico e social de um país.

É a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), com toda sua autoridade no assunto, que afirma: "Du point de vue économique et social, le système d'enseignement d'un pays constitue le principal moy en dont il dispose, non seulement pour perpétuer les valeurs et les compétences de sa population, mais aussi pour préparer cette population aux changements qu'appelle le progrès".¹

Não cabe à educação meramente transmitir conhecimentos, experiências e ideais, mas, sobretudo, dar a instrução necessária para que cada um, por si mesmo, seja capaz de fazer descobertas, criar e construir algo.

O papel da educação na preparação do homem, como agente de mudança social, é ressaltado também por ECHEVARRÍA: "... o processo educacional, ao mesmo tempo que consiste num fator mais ou menos decisivo nos resultados do desenvolvimento econômico, é também um dos mecanismos operativos de trans

¹ UNESCO. Introduction. In: _____ . Les aspects économiques et sociaux de la planification de l'éducation. Paris, 1965. p. 13.

formação da estrutura social (para muitos, o mais importante), a qual acompanha - queira-se ou não - todo progresso econômico".²

Se assim é, os sistemas educacionais devem estar em perfeita sintonia com a realidade e as necessidades do País.

É o próprio ECHEVARRÍA quem continua, adiante: "Apresenta-se com singular acuidade nas sociedades em desenvolvimento a assimilação do crescente progresso técnico em muitos campos - embora ainda duvidoso em outros - de técnicas mecânicas dos mais diversos tipos para facilitar e acelerar as formas de aprendizagem. É neste tipo de sociedade, mais do que nas que se encontram em plena maturidade, que importa - como problema de vida ou de morte - funcionem os sistemas escolares com a maior eficácia possível".³

E dentro desses sistemas, o subsistema universitário é de importância vital, pois se supõe, pelo menos, que daí sairão aqueles que serão os maiores responsáveis pelos destinos de seus países.

A universidade precisa, portanto, estar muito bem preparada para realmente funcionar como agente positivo das mudanças necessárias e irreversíveis.

Entre as conclusões do 11º Seminário sobre Educação Superior nas Américas, realizado em 1971, temos a destacar a que se segue: "Si entendemos que el desarrollo implica transformaciones económicas, culturales, sociales y políticas, y que la universidad debe jugar en él, el papel de

² ECHEVARRÍA, José Medina. Funções da educação no desenvolvimento. In: PEREIRA, Luiz, comp. Desenvolvimento, trabalho e educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 22.

³ Id. *ibid.* p. 24.

formadora de los líderes que han de orientar este proceso, se hace necesario que ella supere su tradicional rezago y se convierta en elemento activo cambiando la actual concepción general de su misión, no ajustándose con mayor o menor rapidez a los cambios, sino adquiriendo el poder de crear y difundir ideas, tesis y planteamientos sobre la naturaleza y la estructura del complejo proceso social, económico, cultural y político en que se está desarrollando cada país".⁴

Em 1967, dizia a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL): "O papel que a educação pode desempenhar no desenvolvimento econômico é mais evidente em relação com a formação de mão-de-obra profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas de desenvolvimento.

A idéia de que a educação tem um alto valor econômico não é nova, porém, só recentemente estão sendo intensificados os estudos para determinar qual deverá ser a alocação ótima de recursos à educação, a fim de incluí-la nos planos integrais de desenvolvimento."⁵

Nova, realmente, não era a idéia, como veremos a seguir, mas poucos eram os que a aceitavam.

⁴ SEMINÁRIO DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN LAS AMERICAS, 11º. Nuevo México, Kansas, Washington, 1971. Acotaciones a problemas fundamentales de la educación superior en las Américas. Washington, Universidad de Kansas Lawrence, Escuela de Artes Liberales y Ciencias, 1971. p. 32.

⁵ CEPAL. Desenvolvimento econômico e educação: perspectivas. In: PEREIRA, Luiz, comp. op. cit. p. 69.

JAYME ABREU nos fala sobre o assunto dizendo: "... muitos economistas, nos últimos 150 anos, proclamavam, como artigo de fé, partindo de intuições e extrapolações, sem busca de sistemática demonstração científica de causalidade, que o retorno econômico no investimento educacional era muito alto e que os aspectos econômicos da educação precisavam conquistar seu lugar ao sol, na teoria de conteúdo da mesma".

E, mais adiante, comenta ainda que Adam Smith, há cerca de 180 anos antes, também já o reconhecia.⁶

O valor econômico da educação foi por muito tempo repudiado, por ser considerado ofensivo ao homem que, assim diziam, pareceria mero objeto.

A educação era vista apenas como um direito, um conceito puramente humanista, que dava uma visão distorcida do problema. Aos poucos, essa visão se foi modificando.

Em 1964, CHARLES E. MYERS, pronunciando conferência sobre educação e desenvolvimento econômico, afirmou: "Depuis cinq ans environ, les économistes intéressés par le rapport qui s'établit entre l'enseignement et la croissance économique sont de plus en plus nombreux".⁷

Também JAYME ABREU nos dá depoimento sobre o assunto, dizendo: "O conceito de importância da educação como fa

⁶ ABREU, Jayme. Educação e desenvolvimento - uma colocação do problema na perspectiva brasileira. In: _____. Educação, sociedade e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968. p. 83.

⁷ MYERS, Charles A. Le rôle de l'éducation dans la croissance économique. In: ORGANIZATION DE COOPÉRATION ET DE DEVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE. Conférences et essais méthodologiques sur la planification de l'éducation. Bergneustadt, 6-24 juillet 1964. Paris, CCDE, 1964. p. 19.

tor no desenvolvimento econômico surgiu da observação pura e simples de certas correlações aparentemente óbvias entre ela e o estágio de desenvolvimento econômico atingido pelos povos".⁸

A correlação passou, em seguida, a ser considerada tão elevada que o citado autor observa: "A capacidade de um país utilizar efetivamente capital físico está na direta dependência do capital humano, e planos de desenvolvimento que não outorguem alta prioridade à formação do capital humano falharão inevitavelmente".⁹

Vejamos a diferença de posição, com respeito à importância do capital físico, sustentada no início dos anos 50, e a de nossos dias, que nos é mostrada por HLA MYINT: "Nos primeiros anos da década de 50, estava em voga considerar que o capital físico era o principal componente de que o desenvolvimento econômico carecia, e pôs-se muita ênfase na idéia de mobilizar a mão-de-obra não especializada com baixo nível de emprego, para a construção de estradas, trabalhos de irrigação, etc. Atualmente, se torna cada vez mais evidente que uma injeção maciça de capital num país subdesenvolvido não iniciará necessariamente um processo de desenvolvimento com êxito, a menos que esse país já possua uma estrutura institucional e produtiva adequada para absorver o capital e usá-lo de forma produtiva. Assim, a ênfase agora deslocou-se da inversão em capital físico para a inversão em capital humano e da mobilização da força muscular para a mobilização da capacidade mental dos países subdesenvolvidos".¹⁰

⁸ ABREU, Jayme. op. cit. p. 88.

⁹ Id. ibid. p. 94.

¹⁰ MYINT, Hla. Educação e desenvolvimento: um balanço teórico. In: PEREIRA, Luiz, comp. op. cit. p. 131.

Sobretudo estes países vêm dando certa prioridade à preparação de recursos humanos. Entretanto, isso precisa ser feito de uma maneira planejada e com perfeita integração entre os vários níveis de ensino, para que resulte numa ação eficaz. Economistas e educadores têm-se dado as mãos na realização dessa tarefa.

Segundo ECHEVARRÍA, a situação é a seguinte: "... atualmente se constata, por toda parte, um duplo reconhecimento: o da necessidade do planejamento escolar e o da exigência de integrar essa planificação geral da economia".¹¹

Estamos na era dos sistemas, em que o homem parece ter despertado para a grande dispersão de esforços e de recursos que havia, e sentido necessidade premente de integrar tudo o que for possível em busca de uma maior racionalidade.

Quantos planos, vistos isoladamente, nos parecem perfeitos e eficazes; entretanto, quantas vezes não conduzem a nada, por não estarem articulados com outros setores. Tornam-se fins em si mesmos, e perdem o sentido, quase sempre.

Isso tem acontecido, muitas vezes, em educação. Necessário se faz, portanto, a integração dos planos dos vários níveis de ensino, que por sua vez farão parte do plano global de desenvolvimento. Isso muitos já o reconhecem, embora nem sempre ponham em prática.

Essa integração de que falamos é vista pela CEPAL da seguinte maneira: "O desenvolvimento econômico e o educacional não de ser coerentes. O serviço educativo deve prover o país de conhecimentos técnicos e de um grau de evolução cultural que favoreça o crescimento da produção e o melhoramento do nível de vida de seus habitantes. Por outra parte,

¹¹ ECHEVARRÍA, José Medina. Funções da educação no desenvolvimento. In: PEREIRA, Luiz, comp. op. cit. p. 21-2.

os recursos que o serviço educativo requer para cumprir esses fins devem integrar-se dentro de um quadro geral de distri
buição de recursos que assegure o máximo crescimento econômi
co e social do país". ¹²

Também a Conferência sobre Educação e Desenvolvi
mento na América Latina, patrocinada por instituições como a
Unesco e a CEPAL, entre outras, demonstrou uma profunda preo
cupação com o planejamento integrado.

Uma das recomendações dessa Conferência com respei
to ao ensino superior foi: "Que as universidades e institui
ções de educação superior devidamente reconhecidas partici
pem do planejamento nacional ou regional da educação superior
e cooperem no estudo e preparação dos planos de desenvolvimen
to econômico e social, especialmente nos de educação". ¹³

A referida Conferência chamou a atenção para o pro
blema das bibliotecas, sugerindo, inclusive, entre outros i
tens, "que o planejamento educacional incorpore às suas ati
vidades o melhoramento quantitativo e qualitativo dos meios
bibliotecários em todos os seus níveis, incluindo a formação
de pessoal". ¹⁴

2.2 - Biblioteca e ensino

A biblioteca é um dos instrumentos essenciais ao
processo ensino/aprendizagem.

¹² CEPAL. Desenvolvimento econômico e educação: perspectivas.
In: PEREIRA, Luiz, comp. op. cit. p. 74.

¹³ CONFERÊNCIA SOBRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL NA AMÉRICA LATINA. Conclusões e recomendações.
Santiago do Chile, mar. 1962. In: PEREIRA, Luiz, comp.
op. cit. p. 229.

¹⁴ Id. ibid. p. 233.

Em nossos dias, não se pode mesmo conceber ensino sem utilização de bibliotecas, as quais, além de possibilitarem acesso à informação, têm um papel da maior relevância, enquanto favorecem o desenvolvimento de potenciais, capacitando pessoas a formarem suas próprias idéias e a tomarem suas próprias decisões.

Bem interessante é o testemunho de CARLOS VÍCTOR PENNA sobre o assunto, quando afirma: "Tout aussi important est la bibliothèque en tant qu'alliée de l'éducation qu'elle aidera a susciter de nouvelles attitudes d'esprit, à développer des compétences et à fournir les instruments et les aptitudes pratiques nécessaires pour s'attaquer aux problèmes économiques et sociaux".¹⁵

Aliás, muito se tem falado sobre o papel educacional das bibliotecas, mas, muitas vezes, elas têm deixado de integrar os planejamentos educacionais e não lhes têm sido dadas condições para responder às necessidades dos usuários. Apesar de tudo, já se vem sentindo maior tomada de consciência do problema por parte das autoridades educacionais.

A visão que Aristóteles possuía do assunto pode ser considerada bastante revolucionária para sua época, pois, como nos diz HAHNEMANN GUIMARÃES: "Professor genial, Aristóteles estabeleceu as bases de uma educação racional, ligando intimamente a escola e a biblioteca. A escola, que se fundou em 335 a.C. nos jardins consagrados a Apolo Liceio, era um centro de pesquisas. Os alunos dispunham de biblioteca e de abundante material didático para os estudos que correspondessem às suas aptidões, habilmente assinaladas pelo mestre.

A biblioteca de Aristóteles, a primeira grande co

¹⁵ PENNA, Carlos Víctor. La planificación des services de bibliothèque: leur rôle dans le développement national et nécessité de leur planification. In: _____. La planification des services de bibliothèque et de documentation. Paris, Unesco, 1971. p. 31.

leção de livros cuja existência pode ser demonstrada na Europa, foi adquirida por Ptolomeu Filadelfo e constituiu o núcleo em torno do qual cresceu, em Alexandria, a biblioteca unida à escola".¹⁶

A realidade retratada pelo Prof. LOURENÇO FILHO, em 1944, em conferência pronunciada no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), não é tão diferente da realidade de nossos dias. Generalizações são sempre perigosas e por isso não as fazemos como, aliás, o Prof. LOURENÇO FILHO também não as fez, desde que nos diz o seguinte: "As bibliotecas de nossas escolas, nem sempre providas de bom material, de pessoal capaz, para dirigir e orientar, desconhecidas, às vezes, dos próprios professores do estabelecimento, não executam ainda a sua verdadeira tarefa. O compêndio, regra geral, é ainda mal utilizado, e a relação de seu conteúdo, com leituras complementares, na biblioteca do estabelecimento, prática quase nunca realizada".¹⁷

Como a biblioteca é ou deveria ser, um dos meios utilizados pelos estabelecimentos de ensino para atingir suas finalidades, ambos devem andar pari passu e, à medida que o ensino vai se renovando, ela deve estar preparada para acompanhá-lo, quando não, ir mesmo à frente, provocando a adoção de novos métodos pedagógicos, a criação de novos hábitos, a formação de novas atitudes em relação aos livros, ao estudo e à pesquisa.

Segundo CARMEN PINHEIRO DE CARVALHO, a biblioteca, de um modo geral, precisa funcionar "... como uma fonte dinâmica de cultura, que deve atender às várias e amplas necessidades de

¹⁶ GUIMARÃES, Hahnemann. A educação e a biblioteca. Rio de Janeiro, DASP, 1944. p. 5. Conferência pronunciada na Biblioteca do DASP.

¹⁷ LOURENÇO FILHO, M. B. O ensino e a biblioteca. Rio de Janeiro, DASP, 1944. p. 23. Conferência pronunciada na Biblioteca do DASP.

seus frequentadores, sejam eles crianças ou adultos, estudantes ou pesquisadores. É este também o conceito de escola renovada, em que não é mais o professor, como na escola antiga, o único instrumento para transmitir conhecimentos - e sim em que o ensino se fundamenta na auto-atividade do aluno, provocado em sua natural curiosidade, motivado por sua experiência pessoal, levado agradavelmente a procurar - e a encontrar - por si mesmo, o mundo maravilhoso da cultura".¹⁸

Em geral, se forma um verdadeiro círculo vicioso em torno do problema: a biblioteca não tem condições satisfatórias porque os métodos de ensino não a pressionam neste sentido, e, por sua vez, os métodos de ensino não se renovam porque a biblioteca não tem possibilidades de atender às novas exigências dos mesmos.

Algumas vezes, porém, esse círculo é rompido por iniciativa de um ou de outro.

Para ALAÍDE LISBOA DE OLIVEIRA, "as mesmas causas que revolucionaram as normas da vida, da educação, do ensino, sacudiram as bibliotecas. Razões de fundamentação filosófica, psicológica e didática, socioeconômica e razões de fundamentação biológica. O progresso científico e tecnológico deu razões, cada vez mais fortes, para as mudanças no ensino, e o ensino pressionou, mais diretamente, mudanças de conceituação e de funcionamento das bibliotecas escolares".¹⁹

Também os modernos procedimentos da pesquisa cien

¹⁸ CARVALHO, Carmen Pinheiro de. A biblioteca e os estudantes. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, UFMG, 1(2):198, set. 1972.

¹⁹ OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. Escola e biblioteca. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 1(2):185-6, set. 1972.

tífica e tecnológica passaram a exigir maior presença e assistência das bibliotecas.

O desenvolvimento destas não acompanhou, porém, a evolução do ensino e as solicitações da ciência e da tecnologia.

Ainda que muito se fale e se afirme sobre necessidade e importância de bibliotecas, muitas vezes, elas não têm condições mínimas de funcionamento: verbas pequenas, pouco pessoal, más instalações, falta de material são problemas muito comuns.

A Conferência sobre Educação e Desenvolvimento na América Latina, já citada, chamou a atenção para os problemas das bibliotecas, concluindo pela necessidade de que elas sejam incorporadas ao planejamento educacional; que o planejamento bibliotecário se articule com os objetivos da educação; que se apóie a Unesco na iniciativa de ajudar os países latino-americanos e planificar seus serviços bibliotecários; e que se faça estudo de custos dos serviços bibliotecários, para facilitar planos e financiamentos.²⁰

2.3 - Ensino superior, pesquisa e biblioteca

Se a biblioteca é importante para o ensino em geral, no ensino superior seu papel é proeminente em virtude

²⁰ CONFERÊNCIA SOBRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA AMÉRICA LATINA. Conclusões e recomendações. In: PEREIRA, Luiz, comp. op. cit. p. 233-4.

do valor da própria universidade, pois nenhuma outra instituição ultrapassa em magnitude a contribuição universitária, a qual torna possível o formidável avanço tecnológico e científico que se registra atualmente em todos os campos do conhecimento.

Na verdade, em todo o processo educacional, é decisiva a influência da biblioteca, que se pode constituir num dos principais instrumentos de que a universidade dispõe para atingir suas finalidades.

Assim como a universidade deve estar voltada para as necessidades educacionais, culturais, científicas e tecnológicas do País, as bibliotecas devem trabalhar visando a esses mesmos objetivos, condicionadas que são às finalidades fundamentais da universidade. Por isso, as bibliotecas devem participar ativamente do sistema educacional desenvolvido pela universidade. Do mesmo modo que não há sentido em universidades desvinculadas da realidade socioeconômica, as bibliotecas universitárias só poderão ter sentido se estiverem em consonância com os programas de ensino e pesquisa das universidades a que pertencem.

Por ocasião da Conferência de Mendoza (Argentina) organizada pela Unesco, em 1962, com a colaboração do governo argentino, sobre Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina, os participantes se mostraram plenamente conscientes disso, ao se declararem "profondément convaincus que le degré de développement d'un pays est lié au niveau de son enseignement supérieur, que ce niveau dépend de la manière dont les universités s'acquittent de leur mission, et que l'avenir des universités dépend de celui des

bibliothèques universitaires".²¹

Essa importância é atribuída também à biblioteca universitária por muitos autores, como é o caso de ZULETA ALVAREZ, segundo o qual "bien puede afirmarse que la historia de la universidad no es otra cosa que la historia del crecimiento, diversificación y ampliación de sus fuentes informativas, concretadas en las bibliotecas generales y especializadas. El ejemplo, ya típico, de las universidades norteamericanas ofrece una prueba palpable de que la elevación y rendimiento cultural de la institución universitaria ha marchado en forma pareja con el desarrollo de los servicios bibliotecarios".²²

Realmente, pode-se afirmar que, pelo tipo e pela qualidade dos serviços prestados por sua biblioteca, é possível medir-se o grau de desenvolvimento de uma universidade, pois já não se admite em nossos dias a possibilidade de um trabalho intelectual sério, sem o apoio de atualizadas fontes bibliográficas.

Não é menos verdade, porém, que o valor que se dá

²¹ UNESCO. Stage d'étude régional sur le développement des bibliothèques universitaires en Amérique Latine. Bull. Unesco Bibl., 17(2):133, mars/avr. 1963 (supplément). Apud: GELFAND, M.A. Bibliothèques universitaires et de développement national. In: _____. Les bibliothèques universitaires des pays en voie de développement. Paris, Unesco, 1968. p. 20.

²² ZULETA ALVAREZ, Enrique. La universidad y la biblioteca. Mendoza, Biblioteca Central da Universidad Nacional de Tucumán, 1971. p. 10.

à biblioteca depende muito da concepção que se tenha de universidade e do que ela possa oferecer.

Na medida em que a universidade se afasta dos métodos e processos tradicionais ou superados de ensino, aproximando-se mais da pesquisa, preocupando-se em levar o aluno a fazer descobertas por si mesmo, a tirar conclusões pessoais, utilizando os métodos de seminário e discussões em grupo, ela dará maior valor à biblioteca, pois desta dependerá grande parte do seu trabalho efetivo.

A mudança dos próprios objetivos e métodos educacionais, de tempos em tempos, para atender às novas necessidades e solicitações da sociedade, é um imperativo ao qual não se pode fugir.

Em 1968, nos dizia JESUS BELO GALVÃO a esse respeito: "Na fase atual de desenvolvimento das conquistas e descobertas da ciência, de suas aplicações técnicas e formulações tecnológicas nos mais amplos e mais diversos campos da atividade humana, a escola tem de renovar-se".

E, mais adiante, o mesmo autor frisava a necessidade de o processo educativo se organizar e conciliar os instrumentos de que dispõe, de maneira harmônica, para obter melhores resultados, dizendo: "... estruturados os sistemas de ensino, em função dos objetivos específicos e agrupados em compartimentos executivos, intimamente articulados, num regime de vasos comunicantes, cumpre articulá-lo com as diversas fontes de riqueza e cultura".²³

²³ GALVÃO, Jesus Belo. Programação do ensino e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Bloch, 1968. p. 28.

A biblioteca universitária é uma dessas fontes que deve estar em perfeita sintonia com o processo educativo global. Assim, ao mesmo tempo que o influencia, é por ele, muitas vezes, influenciada. GELFAND, ao perscrutar uma mudança no ensino superior da América Latina, prevê a possibilidade de as bibliotecas universitárias serem afetadas. Diz ele: "Le mouvement qui ensemble se dessiner en faveur de l'amélioration des universités latino-américaines peut avoir de profonds effets sur le développement des bibliothèques universitaires".²⁴

Muitas reformas de ensino têm sido feitas e, apesar dos pontos positivos conseguidos, algumas não foram mais eficazes por falta de uma perspectiva geral do problema. A biblioteca universitária, por exemplo, geralmente, não era incluída como parte integrante do processo educativo.

No entanto, se dermos um enfoque sistêmico ao problema, considerando a educação como um sistema, teremos de convir que a biblioteca, sendo um de seus subsistemas fundamentais, não pode nunca ser esquecida.

À medida que a universidade melhora seus padrões de ensino e pesquisa, sente-se pressionada a dar melhores condições às bibliotecas para que funcionem com eficácia; e estas, por sua vez, funcionando adequadamente, dão melhor apoio aos programas educacionais da própria universidade. É a retroalimentação, da qual depende não só a continuidade e qualidade dos serviços oferecidos, bem como a qualidade do próprio ensino.

²⁴ GELFAND, M. A. Bibliothèques universitaires et développement national. In: _____ . Les bibliothèques universitaires des pays en voie de développement. Paris, Unesco, 1968. p. 20.

Em 1966, FLORESTAN FERNANDES já fazia uma crítica ao ensino no Brasil, desvinculado da pesquisa. Dizia ele: "O ensino superior brasileiro atribuía pouca importância à pesquisa, como recurso de preparação intelectual e como instrumento de avaliação positiva, ou de produção original do saber. Ele merece cabalmente as críticas que lhe foram dirigidas, por ser um ensino livresco no pior sentido, mais útil à transmissão dogmática de conhecimentos que à formação de hábitos produtivos de pensamento".²⁵

O fato é que, no Brasil, o descontentamento no meio universitário se acumulara a tal ponto, que levou o governo, em 1968, sentindo a necessidade de melhorar a qualidade do ensino superior, a nomear uma comissão para estudar as bases da tão discutida reforma universitária que ainda hoje está sendo implantada.

A Lei da Reforma Universitária - Lei nº 5.540/68²⁶ abordou pontos-chave, como estrutura da universidade, pessoal docente (extinção da cátedra vitalícia), metodologia de ensino, e considerou indissociáveis o ensino, a pesquisa e os serviços de extensão.

A verdade, porém, é que a referida lei não menciona especificamente as bibliotecas universitárias, mas apenas indiretamente, pois uma vez que elas existem em função da universidade, e que esta sofre modificações radicais, a biblioteca, como parte integrante do processo, deve acompanhar essas mudanças.

²⁵ FERNANDES, Florestan. Pesquisa e ensino superior. In: Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus/Editora da USP, 1966. pt. 2, c.2, p. 209.

²⁶ BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Diário Oficial, Brasília, 29 nov. 1968.

De fato, algumas bibliotecas universitárias, no Brasil, foram reorganizadas após a reforma universitária. Contudo, de uma maneira geral, ainda deixa muito a desejar a atenção que elas têm recebido na administração universitária.

Para ETELVINA LIMA, "a biblioteca é, incontestavelmente, um acervo de fontes de informação para suporte do ensino, da pesquisa, da pós-graduação e da extensão universitária e, portanto, a própria ampliação das finalidades do ensino superior implicará novos conceitos de seus serviços bibliotecários. Já será possível o dimensionamento do problema, vinculado sempre, é verdade, à própria extensão em que a instituição passe a adotar os parâmetros até mesmo formais da reforma universitária".²⁷

Nas instituições de ensino superior, já em estágio avançado de desenvolvimento, a pesquisa científica ocupa lugar de destaque e precisa do apoio das bibliotecas.

No Brasil, apenas em algumas universidades pode-se dizer que de fato existe pesquisa no melhor sentido.

O que se afirmou sobre universidades latino-americanas, no Seminário sobre Educação Superior, realizado em 1971, é válido também para o Brasil, mesmo após a reforma universitária. Senão vejamos: "En la universidad latinoamericana aun que se afirma la investigación científica como función universitaria, es muy poco lo que hace. Se pretende, sin embargo, llegar a un equilibrio entre docencia e investigación".²⁸

²⁷ LIMA, Etelvina. A biblioteca no ensino superior. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1975. p. 7-8. Trabalho apresentado ao 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Brasília, 20-25 jul. 1975.

²⁸ SEMINÁRIO DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN LAS AMÉRICAS, 11º. Nuevo Mexico, Kansas, Washington, 1971. Las universidades de los Estados Unidos, y de la América Latina: análisis comparativo de algunos aspectos. In: ____ . op.cit. p.24.

Quanto maior incremento se der à pesquisa, maior necessidade sentir-se-á de boas bibliotecas. Também, quanto mais dinâmicos forem os métodos de ensino/aprendizagem, mais se exigirá bibliotecas que respondam às necessidades criadas por esses métodos.

De qualquer maneira, nota-se que a ênfase dada à pesquisa, dentro das atividades universitárias brasileiras, vai aumentando, e, à medida que aumenta o número de professores de tempo integral, acredita-se que maior destaque ainda lhe será dado.

ETELVINA LIMA coloca nesses termos a situação: "Não se faz pesquisa sem adequado suporte de informações. Felizmente, a assimilação desta afirmativa já se nota nas altas camadas dirigentes do País, pois quase todos os convênios de financiamento a pesquisas incluem cláusulas de exigências de ordem bibliográfica". Concluindo, mais adiante, apresenta dificuldades que, geralmente, ocorrem atrapalhando a aquisição de material bibliográfico. Diz ela que os programas de suporte bibliográfico à pós-graduação e à pesquisa são prejudicados pela própria administração financeira da universidade com as restrições às importações e a conceituação do livro como material permanente.²⁹

No Seminário Regional sobre o Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina, realizado em Mendoza (Argentina), em 1962, concluiu-se que há "falta de servicios suficientes y adecuados a las exigencias de la docencia y la investigación", e recomendou-se, entre outras coisas, "que se reconozca a la biblioteca como parte de la estructura total de la universidad y como elemento fundamental de la docencia y de la investigación".³⁰

²⁹ LIMA, Etelvina. op. cit. p. 13.

³⁰ MILCZEWSKI, Marion. Estructura de la biblioteca universitaria en la América Latina. Washington, D.C., Unión Panamericana, 1967. p. 7.

Em 1968, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) publicou um trabalho sobre Reforma universitária e as bibliotecas universitárias do Nordeste, em que sugeriu, tendo em vista a reforma, que o planejamento e a reestruturação dessas bibliotecas fossem feitos paralelamente ao planejamento e à reestruturação de suas universidades. Diz ainda que na hora em que se tenta implantar, melhorar e racionalizar todo um sistema universitário de ensino e pesquisa, não poderiam estar separadas bibliotecas e universidades, ou bibliotecas e pesquisa. ³¹

Ainda no mesmo trabalho, mais adiante, afirma: "Já não é mais possível continuar-se pretendendo que a universidade possa estar atualizada sem bibliotecas e que as bibliotecas existam, sobrevivam e cumpram sua finalidade sem terem à sua frente o seu especialista - o bibliotecário". ³²

Na realidade, muitas bibliotecas, às vezes até com bom acervo, não se tornam mais eficientes por falta de bibliotecários. Esse é um dos pontos de estrangulamento de nossas bibliotecas. Falta de pessoal técnico de alto nível e em número suficiente.

No Brasil, de um modo geral, não se tem dado aos serviços bibliotecários a importância que merecem, nem, geralmente, eles têm sido considerados como parte importante do processo educativo. Essa desvinculação é, talvez, uma das falhas mais graves do nosso ensino superior.

³¹ BRASIL. Sudene/DRH. A reforma universitária e as bibliotecas universitárias do Nordeste. Recife, Sudene, 1968. p. 3.

³² Id. *ibid.* p. 22.

Entretanto, é válido assinalar que já se nota que a reforma universitária suscitou um certo interesse pelas bibliotecas, por parte das universidades e das autoridades educacionais superiores. Várias universidades demonstraram esse interesse dando maior atenção ao assunto, procurando dotar suas bibliotecas de melhores condições de funcionamento - a acervo, pessoal, equipamento - de modo que possam prestar serviço adequado às necessidades de seus programas e modificando, inclusive, a estrutura das mesmas. Além disso, o Ministério da Educação e Cultura passou a demonstrar preocupação com o assunto, tomando algumas iniciativas válidas como, por exemplo, promovendo, por meio do Conselho de Reitores, o Seminário sobre Administração de Bibliotecas Universitárias,³³ do que resultou a assinatura do convênio entre o Departamento de Assuntos Universitários (DAU) e a Universidade Federal de Pernambuco para a implantação do Núcleo de Assessoramento Técnico - NAT/08 - na área de biblioteconomia.³⁴

Ainda assim, muito há por fazer e é necessário uma maior consciência por parte de todos os responsáveis pela educação superior em nosso País.

Para atingir de fato suas finalidades e responder às reais necessidades da universidade, a biblioteca precisa estar preparada administrativa e tecnicamente; precisa possuir um bom acervo bibliográfico, ampliado pela possibilidade de acesso às coleções de outras bibliotecas, contar com pessoal capacitado e em número suficiente; dispor de equipamen

³³ O Seminário para Estudo dos Problemas de Administração de Bibliotecas Universitárias realizou-se em Brasília, de 8 a 12 de julho de 1974.

³⁴ O NAT/08 é um dos Núcleos de Assessoramento Técnico criados pelo Governo para cada um dos subsistemas do sistema educação, visando à integração perfeita de todos eles.

to e material necessário; ter estrutura operacional adequada inclusive facilidades especiais de intercomunicação; enfim, possuir todas as condições para um funcionamento perfeito e eficaz.

É a Sudene que, em trabalho citado anteriormente, apresenta sugestões para melhoria das bibliotecas universitárias do Nordeste e que podem ser estendidas às bibliotecas de todo o País. Eis algumas delas:

- a) que se incentivem as universidades, escolas e instituições de pesquisa a formular e/ou a reformular seu sistema de bibliotecas, atendendo à reforma universitária;
- b) que se motivem os reitores, diretores e coordenadores a tratar dessa questão ao mesmo nível das demais atinentes ao ensino e à pesquisa;
- c) que as universidades do Nordeste procurem discutir e compatibilizar sobre o melhor sistema para uma integração das suas bibliotecas nos processos da reforma universitária e do desenvolvimento regional. A essa reunião deverão estar presentes reitores, diretores, coordenadores e todos os bibliotecários responsáveis por chefias e direção de serviços de bibliotecas universitárias no Nordeste, e especialistas nacionais." ³⁵

A posição de importância que a biblioteca ocupa no seio da universidade deve ficar bastante clara e, como diz

³⁵ BRASIL. Sudene/DNH. A reforma universitária e as bibliotecas universitárias no Nordeste. op. cit. p. 24.

MILCZEWSKI, "no debe ser una simple aceptación teórica, sino que debe estar plasmado en una ley, decreto u otra declaración oficial que no deje lugar a dudas. Dicha ley, decreto o declaración deberá indicar la autoridad a la que corresponde la iniciativa, deberá ofrecer procedimientos para autorizar el establecimiento de nuevas unidades tales como sucursales, deberá dedicar como mínimo una proporción de los ingresos anuales totales de la universidad a la biblioteca, deberá establecer el cargo de director de la biblioteca o bibliotecas, deberá describir las responsabilidades y deberes del director, dándole el título que sea apropiado a la universidad respectiva y deberá establecer una categoría profesional de empleados al mismo nivel del cuerpo de profesores".³⁶

A simples existência de legislação sobre o assunto não é suficiente. É preciso que ela seja compreendida, estimada e observada, para que a biblioteca possa vir a ser, de fato, a coluna de apoio da universidade. Com isso, não queremos dizer que todos os problemas desaparecerão como por encanto. Certamente, muitos outros permanecerão, outros, porém, serão solucionados, porque as bibliotecas terão melhores condições de funcionamento.

A pequena ou nenhuma dotação orçamentária das nossas bibliotecas é a maior responsável por vários problemas de prédio, pessoal, material e equipamento, que se refletem nos serviços prestados.

O tema central deste trabalho, porém, é o problema bastante discutido e que se refere às vantagens e desvantagens da estrutura funcional centralizada ou descentralizada, que passaremos a abordar no capítulo seguinte, e que é comum não só a bibliotecas, mas a todos os tipos de organização.

³⁶ MILCZEWSKI, Marion A. op. cit. p. 22.

3 - BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

3.1 - Organizações centralizadas e descentralizadas

Organização, no sentido de empresa ou entidade, conforme entende ETZIONI, é a "unidade planejada intencionalmente estruturada com o propósito de atingir objetivos específicos", ¹ ou, conforme a concebe TALCOTT PARSONS, "um sistema que, atingidas suas metas, produz um elemento identificável que pode, de alguma forma, ser utilizado por outro sistema; isto é, a produção da organização representa para outro sistema uma entrada ou acréscimo (input)". ² Esse mesmo produto em relação ao sistema que o produziu é considerado uma saída (output).

Estes conceitos enfatizam os objetivos e a estrutura da organização, atendo-se o segundo ao enfoque sistêmico.

De fato, qualquer que seja o tipo da organização, ela terá sempre suas atividades voltadas para a consecução dos objetivos estabelecidos, os quais podem, no entanto, sofrer modificações em função de solicitações do próprio ambiente.

¹ ETZIONI, Amitai. Racionalismo e felicidade: o dilema da organização. In: _____ . Organizações modernas. São Paulo, Pioneira, 1967. p. 9.

² PARSONS, Talcott. Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organização. In: ETZIONI, Amitai. op. cit. p. 44.

THOMPSON mostra a integração existente entre a organização e o ambiente quando afirma que "como a fixação de objetivos é, essencialmente, um problema de definir as relações desejadas entre uma organização e seu ambiente, qualquer modificação destes exige nova análise e, talvez, a modificação dos objetivos: mesmo que os objetivos mais abstratos permaneçam constantes, a aplicação requer nova definição ou interpretação na medida em que ocorram modificações na organização, no seu ambiente de trabalho, ou em ambos". E, logo adiante, acrescenta que "... a reavaliação dos objetivos parece ser mais difícil à medida que o produto da empresa se torna menos tangível e mais difícil de ser medido objetivamente" ³ como, aliás, é o caso das universidades e das bibliotecas.

Por outro lado, os objetivos de uma organização, de acordo com o enfoque sistêmico, não interessam apenas a ela, pois, para TALCOTT PARSONS, "aquilo que, do ponto de vista da organização é a sua meta específica constitui quanto ao sistema maior do qual representa parte diferenciada, ou mesmo um subsistema, uma função especializada diferente. Esta relação constitui o vínculo básico entre uma organização e o sistema maior de que é parte, e proporciona uma base para a classificação dos tipos de organização". ⁴

Assim, toda organização precisa ser estudada como um sistema, com todas as propriedades essenciais a qualquer sistema social, e também como subsistema de um sistema social maior.

³ THOMPSON, James D. S. & McEWEN, William J. Objetivos organizacionais e ambiente. In: ETZIONI, Amitai. Organizações complexas. Rio de Janeiro, Atlas, 1967. p. 178-9.

⁴ PARSONS, Talcott. Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organização. In: ETZIONI, Amitai. Organizações modernas. op. cit. p. 45.

Entre outros fatores, a estrutura de uma organização contribui para a eficácia da mesma. Um aspecto dessa mesma estrutura, que neste trabalho nos interessa, é o grau de centralização adotado.

Aliás, o assunto é bastante discutido desde há muitos anos, nos meios administrativos do Brasil e do exterior.

A reforma administrativa no Brasil, consubstanciada no Decreto-lei nº 200/67,⁵ consagrou a descentralização como um dos seus princípios básicos, a ser aplicada em três planos principais:

- a) dentro dos quadros da administração federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;
- b) da administração federal para as unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;
- c) da administração federal para a órbita privada, mediante contratos, ou concessões.

O significado dos termos centralização e descentralização varia bastante.

PAULO REIS VIEIRA, em sua tese sobre descentralização, usa essa palavra para designar transferência de autoridade entre unidades políticas de governo central e local, explicando que a mesma consiste no "processo de investir de autoridade as estruturas político-administrativas locais, para a formulação de suas políticas e o desempenho das funções de natureza local. A determinação das políticas locais fica,

⁵ BRASIL. Presidência da República. DASP/CENDOC. Reforma administrativa. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e legislação posterior. Brasília, 1971.

em grande parte, a cargo de órgãos autônomos. Da mesma maneira, a implementação dessas políticas é da competência dos órgãos locais". Explica centralização como "a tendência para concentrar a formulação da política local ao nível do governo central. Em tais casos, pode ou não haver estruturas administrativas. Quando existem, funcionam somente na qualidade de órgãos consultivos e sua autoridade para determinar as políticas e controlar a execução das funções administrativas locais é muito restrita".⁶

Outros há que empregam os mesmos termos para indicar relação de autoridade entre níveis administrativos.

WILLIAM NEWMAN refere-se ao assunto dizendo que "em matéria de administração, o termo centralização (descentralização) pode significar: 1) departamentalização de atividades; 2) localização do desempenho efetivo; ou 3) o escalão da hierarquia administrativa em que são tomadas as decisões".⁷

É o próprio autor quem assim explica cada um desses itens:

1 - departamentalização é o processo de reunir as atividades em grupos para fins administrativos;

2 - descentralização física envolve problemas de concentração ou dispersão das instalações e a separação dos escritórios centrais das unidades operacionais. A escolha da localização não deixa de influenciar a descentralização de autoridade. A descentralização física das atividades aumen

⁶ VIEIRA, Paulo Reis. Em busca de uma teoria de descentralização. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1971. p. 17.

⁷ NEWMAN, William H. Ação administrativa; as técnicas de organização e gerência. Rio de Janeiro, Livraria Editora Guanabara, 1964. p. 217.

ta a dificuldade de comunicação criando, geralmente, problemas locais de adaptação e coordenação. A descentralização da autoridade é, portanto, mais comum nas operações muito dispersas;

3 - autoridade para decidir - em todo empreendimento que envolva duas ou mais pessoas é preciso que haja delegação de autoridade com a resultante obrigação de agir. O que é importante, porém, é a descentralização de planejar, ou seja, definir quem decidirá sobre o que deve ser feito.

Em toda organização, a decisão de centralizar ou descentralizar deve ser tomada após a análise de uma série de fatores, inclusive tipo, tamanho e objetivos da organização, localização geográfica, além de recursos humanos e materiais disponíveis.

GERALDO MIRANDA acha que "a administração centralizada resulta da necessidade de manter o controle e exercer a coordenação sobre as atividades de um empreendimento de grande porte. Por outro lado, a necessidade de obter decisões mais rápidas e mais próximas dos fatos, mais flexibilidade, iniciativa, responsabilidade e melhor desenvolvimento do pessoal, conduz à descentralização".⁸

Às vezes, o ponto ótimo está, exatamente, numa fórmula conciliatória entre os dois extremos.

O fato é que cada caso precisa ser estudado de per si, pois sabe-se que em virtude dos choques de autoridade, essas relações entre pessoas ou entre órgãos sempre têm se constituído em ponto crítico da administração.

⁸ MIRANDA, Geraldo Inácio Mac-Dowell dos Passos. Assessoramento, centralização e descentralização e concentração e desconcentração - sistemas. In: _____. Organização e métodos. 4. ed. São Paulo, Atlas, 1976. p. 89.

As bibliotecas universitárias, como um tipo específico de organização, também se ressentem dessa dificuldade em determinar o grau de centralização adequado para otimizar suas atividades.

3.2 - Centralização e descentralização como alternativas de organização de bibliotecas universitárias

A estrutura administrativa é muito importante, para que os serviços bibliotecários sejam eficientes e satisfaçam às necessidades e exigências do usuário.

No dizer de LASSO DE LA VEGA, para muitos autores, "el problema más difícil de solucionar, entre los que tradicionalmente se desarrollan en torno de la organización de las bibliotecas universitarias, el que cuenta con una literatura más numerosa y contribuciones de autoridades más destacadas en bibliotecología, es el de la sistematización de las relaciones entre la biblioteca central y las propias de las facultades, departamentos, seminarios, institutos, laboratorios, etc." ⁹

De fato, ZULETA ALVAREZ, por exemplo, diz que o relacionamento da biblioteca central com as bibliotecas seccionais é o ponto crítico da organização de bibliotecas, ¹⁰ e MOYS se refere ao assunto chamando-o de espinhoso dilema. ¹¹

-
- ⁹ LASSO DE LA VEGA, Javier. La biblioteca central universitaria y las de facultades. Boletín de la Unesco para las bibliotecas, 15(4):195, jul./ago. 1961.
- ¹⁰ ZULETA ALVAREZ, Enrique. La universidad y la biblioteca. op. cit. p. 9.
- ¹¹ MOYS, Elizabeth M. Problemas que plantea la creación de bibliotecas universitarias. Boletín de la Unesco para las bibliotecas, 20(2):62, mar./abr. 1966.

Centralizar ou descentralizar bibliotecas já deu margem a muitas discussões. "Na área de bibliotecas públicas, a descentralização de pontos de serviço aos leitores está definitivamente firmada, com as redes de sucursais locais e até mesmo regionais, ficando implícita no sistema a centralização de processos técnicos", como diz ETELVINA LIMA.¹² Seria, em nosso entender, uma centralização parcial. Porém, isso não significa que, na prática, as bibliotecas públicas já funcionem todas dessa maneira, pois, no Brasil, apesar de muitos esforços nesse sentido, há estados onde ainda não existe uma rede de bibliotecas que, por sua vez, possa integrar-se em redes regionais e nacionais.

Na área universitária, porém, o assunto continua a ser discutido sem que se tenha, até o momento, conseguido chegar a um acordo. Para ESMERALDA ARAGÃO, o fato é que, embora há mais de 20 anos se trate do assunto, existem divergências, e as soluções carecem do mesmo entusiasmo com que são feitos os debates.¹³

Está fora de dúvida, contudo, que uma definição por parte das universidades, a esse respeito, é de suma importância para a consecução dos objetivos de suas bibliotecas. É GELFAND quem nos afirma: "L'un des problèmes fondamentaux d'organisation et de gestion qui se posent aux universités, aussi bien nouvelles qu'anciennes, concerne le degré de centralisation ou de décentralisation à observer dans la répartition des ressources et des services des bibliothèques, afin de servir au mieux les buts de l'université".¹⁴

¹² LIMA, Etelvina. Estrutura organizacional da biblioteca universitária da UFMG: um estudo de centralização e descentralização. Belo Horizonte, UFMG, Escola de Biblioteconomia, 1974. 75 p.

¹³ ARAGÃO, Esmeralda Maria de. Problemas de bibliotecas universitárias brasileiras. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 1(1/3):43, jan./mar. 1973.

¹⁴ GELFAND, M. A. Bibliothèques universitaires et développement national. In. _____ . op. cit. p. 25.

O fato é que não há ainda um consenso quanto à forma mais adequada, se a centralizada ou a descentralizada, e o próprio significado desses termos difere de pessoa para pessoa tornando-se necessário conceituá-los sempre que os empregamos. Há ainda uma série de nuances entre os dois extremos com significados diversos para diferentes pessoas.

Para MAURICE TAUBER, o significado de centralização depende do adjetivo que a acompanha. Assim, podemos ter "administrative centralization which generally has meant control of a number of library units by a central officer. Or we may have physical centralization of a system of libraries in which all units are located either in a single building or a restricted number of locations. Or, we may have operational centralization, in that certain operations are performed in a single place by a single personnel for the various units of a system".¹⁵

O que TAUBER chama de centralização física é também conhecido como centralização total, centralização monolítica ou, simplesmente, centralização. Já a centralização operacional corresponde à centralização de processos técnicos ou centralização parcial. A centralização administrativa de TAUBER não implicaria centralização física, nem operacional. Comumente, ela é considerada também centralização parcial.

Há ainda o que muitos chamam de descentralização coordenada e que corresponde a bibliotecas autônomas, colaborando voluntariamente com a biblioteca central, sem que, entretanto, haja qualquer vínculo legal entre elas.

TAUBER, Maurice F. Introduction. In: CENTRALIZATION and de centralization in academic libraries: a symposium. op. cit. p. 327.

Enfim, a descentralização pode ser empregada, tanto no sentido de descentralização coordenada, como para indicar total independência e nenhuma coordenação ou colaboração sistemática, ainda que espontânea.

Assim, varia muito, como falamos anteriormente, o significado que cada um atribui aos termos citados, o que nos levou a definir, na introdução ao nosso trabalho, esses termos e outros mais que pudessem vir a provocar dúvidas quanto ao que desejávamos expressar.

Para efeito deste estudo, apresentaremos no capítulo seguinte um contínuo por nós construído e que vai da centralização monolítica à descentralização total, existindo entre um extremo e outro vários tipos intermediários, ou seja, vários graus de centralização, formando uma escala em que iremos enquadrar as bibliotecas das universidades federais brasileiras incluídas em nossa pesquisa.

Embora tanto a corrente centralizadora, quanto a descentralizadora continuem a apresentar uma série de argumentos que justifiquem a sua posição, vai-se sentindo, aos poucos, uma tomada de consciência geral da necessidade de um órgão centralizador, ou, pelo menos, coordenador. Isso está ocorrendo não só nos países estrangeiros, mas também no Brasil. É fácil comprovar-se a veracidade dessa assertiva através da literatura sobre o assunto, das conclusões de congressos, seminários e outros tipos de reuniões, bem como pela própria criação de bibliotecas centrais ou órgãos congêneres, o que há cerca de 20 anos vem ocorrendo sistematicamente.

Em 1961, por exemplo, uma das conclusões do 1º Seminário Interamericano sobre Bibliotecas Universitárias, que se realizou em Illinois, nos Estados Unidos, convocado pelo Council of Higher Education in American Republics (CHEAR) foi, exatamente, sobre a necessidade de criação de uma bibli

oteca central que controlasse ou, pelo menos, coordenasse todas as bibliotecas da Universidade. Com isso, conseguir-se-ia:

- a) maior economia, pois a centralização da aquisição evita desnecessária duplicação de material bibliográfico;
- b) maior racionalização no uso do pessoal, porque permite que os técnicos se ocupem da organização técnica de todas as bibliotecas, enquanto que os especialistas nos vários campos executam os trabalhos de referência e pesquisa;
- c) aumento da possibilidade da aquisição e catalogação cooperativas entre bibliotecas das diferentes universidades, conseguindo-se a padronização dos processos técnicos, com vista a facilitar a troca de informações.¹⁶

Outras recomendações do referido Seminário viriam ajudar a biblioteca central a cumprir seus reais objetivos, pois apenas a criação de um órgão centralizador seria uma solução por demais simplista para os problemas de informação e documentação nas universidades. Se não lhe forem dadas condições reais de funcionamento, a biblioteca central passará a ser apenas uma biblioteca a mais entre as já existentes.

Também o RELATÓRIO PARRY,¹⁷ na Grã-Bretanha, mostra os problemas resultantes da inexistência de uma biblioteca central.

¹⁶ MILCZEWSKI, Marion A. La universidad y sus bibliotecas. In: _____ . Estructura de la biblioteca universitaria en America Latina. op. cit. p. 4-6.

¹⁷ RELATÓRIO PARRY resultou de um exame dos fatores que afetam a organização das bibliotecas universitárias, feito por uma subcomissão nomeada pelo University Grants Committee para estudar as bibliotecas universitárias, na Grã-Bretanha, em 1967.

SPILLER comenta o RELATÓRIO PARRY dizendo: "Alguns das desvantagens são óbvias; o desperdício de verbas, através da necessidade de várias cópias de um mesmo título; o fato de que as bibliotecas departamentais se transformam em inúmeros e pequeninos impérios difíceis de controlar e que tornam impossível, como admitem professores e bibliotecários, formar uma coleção planejada para a universidade como um todo".¹⁸

Cumpramos ressaltar que o citado autor emprega a expressão bibliotecas departamentais no sentido em que estamos usando bibliotecas seccionais, pois, no início do nosso trabalho, conceituamos a expressão bibliotecas departamentais como coleções existentes nos departamentos de ensino, e não no sentido amplo em que, geralmente, é utilizada, de bibliotecas de faculdades, institutos e cursos.

A Sudene, em estudo sobre bibliotecas universitárias do Nordeste brasileiro, coloca muito bem esse problema quando diz que "a implantação de órgãos centralizadores e coordenadores das bibliotecas, em cada universidade, será a solução para o problema atual. Entretanto, somente terá êxito se, simultaneamente, cuidarem-se da formação e treinamento sistemáticos de pessoal e de uma bem orientada programação orçamentária. Esses problemas devem ser tratados pelas universidades ao mesmo nível dos demais, atinentes ao ensino e à pesquisa."¹⁹

Em 1962, houve, na Universidade de Costa Rica, uma reunião de bibliotecários de universidades da América Cen

¹⁸ SPILLER, David. Comentários sobre as bibliotecas das universidades brasileiras. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):105, mar. 1975.

¹⁹ BRASIL. Sudene/DRH. A reforma universitária e as bibliotecas universitárias. op. cit. p. 1.

tral, para estudar problemas e tentar descobrir soluções. A conclusão a que chegaram foi de que um grande obstáculo ao funcionamento das bibliotecas universitárias era a inexistência de bibliotecas centrais com suas funções e características próprias.²⁰

No mesmo ano, conclusão idêntica resultou do Seminário Regional sobre Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina, a que já nos referimos anteriormente. Foi constatada a proliferação de bibliotecas, não só na universidade, mas dentro mesmo de cada faculdade e, em vista disso, foi recomendada a criação de uma biblioteca central, ou órgão coordenador, tendo como atribuições realizar:

- "a) el planeamiento y administración;
- b) el control de las actividades de las restantes bibliotecas;
- c) la centralización de los procesos técnicos;
- d) el mantenimiento y la utilización del fondo bibliográfico y documental; y
- e) la extensión bibliotecaria."²¹

²⁰ MILCZEWSKI, Marion A. La universidad y sus bibliotecas. In: . Estructura de la biblioteca universitaria en América Latina. op. cit. p. 6.

²¹ LASSO DE LA VEGA, Javier. Encuesta sobre el estado actual de las bibliotecas universitarias en América Latina; informe resumido de las contestaciones recibidas al cuestionario circulado a las bibliotecas universitarias y de centros docentes superiores de la América Latina. En Seminario Regional sobre el Desarrollo de las Bibliotecas Universitarias en América Latina. Informe, Paris, Unesco/LBA/Sept. 1/12. Apud: MILCZEWSKI, Marion A. Estructura de la biblioteca universitaria en América Latina. op. cit. p. 7.

Em 1972, uma das conclusões do 1º Encontro Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais, realizado em Porto Alegre, de 28 a 31 de maio, com a presença do Sr. L. E. Samasinghe, especialista da Unesco, foi sobre a necessidade de coordenação efetiva das bibliotecas universitárias por um órgão central. ²²

No ano seguinte, o Seminário para Estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias, realizado na Universidade de Brasília, de 8 a 12 de julho, sob o patrocínio do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), recomendou, entre outros itens, "que a biblioteca central seja única, ou seja uma unidade de coordenação de uma rede de bibliotecas da universidade; ocupe posição administrativa em nível mais elevado possível na hierarquia, diretamente subordinada ao reitor ou ao vice-reitor". ²³

As atribuições da biblioteca central variam conforme o grau de centralização adotado. É interessante notar que, em algumas universidades, existem, junto às reitorias, bibliotecas consideradas ou denominadas centrais que realmente realizam apenas as funções próprias das bibliotecas seccionais.

²² GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS, Niterói. 1º Encontro Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias. In: _____. Relatório. Belém, 1973. Anexo 1, p. 4. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e 2º Encontro Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias. Belém, 29 jul.-4 ago. 1973. mimeogr.

²³ LEMOS, Antonio Agenor Briquet de & MACEDO, Vera Amália Amarante. Posição da biblioteca na organização operacional da universidade. Tema apresentado ao 1º Seminário sobre Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias realizado em Brasília de 8 a 12 de julho de 1974, sob o patrocínio do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Revista da Escola de Biblioteconomia, Belo Horizonte, UFMG, 4(1):49, mar. 1975.

Entretanto, é evidente que a tendência atual é mais para a centralização em diferentes graus, pois a descentralização total vem sendo reconhecida como irracional e prejudicial à qualidade dos serviços prestados, além de ser muito mais onerosa para a universidade. Mas, como foi assinalado, ainda existem bibliotecas de universidades autônomas, sem nenhuma ligação com a biblioteca central. Infelizmente, temos de reconhecer que ainda há desses casos.

A tendência centralizadora pode ser perfeitamente sentida, através da literatura especializada no assunto.

A União Pan-Americana, por exemplo, em trabalho sobre Educação na América Latina, em 1964, comenta as mudanças que se estavam verificando nas universidades, no campo biblioteconômico, dizendo: "Otro servicio universitario cuyo mejoramiento ha sido motivo de considerables esfuerzos es el servicio bibliotecario; en varios países se han tomado medidas para la centralización de las bibliotecas universitarias, el aumento y la catalogación de sus recursos, el adiestramiento de su personal y la reorganización de sus servicios, a fin de lograr una mayor divulgación de las obras disponibles".²⁴

Também WILLIAM VERNON JACKSON, em trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre o Planejamento de Serviços Bibliotecários, referindo-se ao Brasil, diz que uma série de fatores estão levando a uma centralização e coordenação dos serviços bibliotecários. Entre esses fatores, destacam-se a reestruturação da administração e dos programas universitários, uma compreensão cada vez maior do papel da biblioteca no processo educacional, a conscientização de

²⁴ UNIÓN PANAMERICANA. Departamento de Assuntos Económicos. Educación. In: _____. Anuario del desarrollo de la educación, la ciencia y la cultura en América Latina - 1964. Washington, D. C., 1966. sec.2, c.1, p. 189.

que as bibliotecas devem servir a todos os discentes e docentes, recomendações de consultores, pressões econômicas e planos para novas cidades universitárias.²⁵

Essa situação, a que o autor se refere, corresponde ao período após a reforma universitária que, sem nenhuma dúvida, influenciou e continua influenciando em nossas bibliotecas universitárias.

Os partidários da centralização, do mesmo modo que os da descentralização, apresentam vantagens do sistema que defendem.

As vantagens geralmente apresentadas pelos defensores da centralização, segundo LASSO DE LA VEGA, são:²⁶

1. Oportunidade de haver uma biblioteca completa, sobre os mais variados assuntos, o que é bem interessante, uma vez que,
 - a grande inter-relação entre as ciências leva o leitor à necessidade de pesquisar assuntos afins, o que, nesse caso, pode fazer sem locomover-se de uma para outra biblioteca;
 - evita duplicações desnecessárias, exigidas por bibliotecas diferentes, dada a própria inter-relação das ciências, podendo empregar racionalmente os recursos financeiros disponíveis na aquisição de novos títulos importantes.

²⁵ JACKSON, William Vernos. O programa de livros didáticos e as bibliotecas no Brasil. In: ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Planeamiento Nacional de Servicios Bibliotecarios. Washington, D.C., 1970. v.2, pt.3, Brasil. p.5.

²⁶ LASSO DE LA VEGA, Javier. La biblioteca central universitaria y las facultades. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 15(4):196-8, jul./ago. 1961.

2. Melhor qualidade dos serviços, com menor custo, evitando-se duplicação desnecessária de todo tipo de material e equipamentos, bem como utilização racional do pessoal técnico e diminuição do pessoal de outras categorias, como porteiros e zeladores, por exemplo, sem que isto prejudique a segurança do patrimônio.

3. Uma só biblioteca poderá ter melhores instalações, pois, geralmente, multiplicidade de bibliotecas dá origem a instalações inadequadas.

Embora haja quem se atenha simplesmente ao aspecto econômico ao apoiar uma estrutura centralizada para nossas bibliotecas universitárias, ou o coloque em primeiro plano, o mais importante é, de fato, a qualidade e a adequação dos serviços que podem e devem ser prestados.

Os defensores da descentralização, coordenada ou não, apresentam como principais justificativas para o seu ponto de vista:

1. Necessidade de o material bibliográfico estar localizado próximo aos leitores, sem que os mesmos precisem locomover-se de sua unidade de ensino para a biblioteca central.

2. Maior rapidez na aquisição do material bibliográfico solicitado por professores e pesquisadores.

Uma posição intermediária entre os dois extremos citados é a da centralização parcial, em que apenas o acervo é descentralizado, sendo o processamento técnico realizado pela biblioteca central. Neste caso, as publicações estarão junto dos leitores, mas o órgão central tem possibilidade de exercer controle, senão na aquisição, pelo menos padronizando o tratamento das publicações, passando, portanto, a possuir registro do acervo bibliográfico de toda a universidade.

SPILLER acha que, mesmo existindo um controle central, as desvantagens das bibliotecas seccionais são enormes, não justificando, para criação das mesmas, o argumento de que as coleções devem estar próximas aos leitores, pois que, de qualquer modo, as coleções de obras que possam adquirir serão certamente insuficientes e incompletas. Considera-as, além do mais, anti-econômicas. ²⁷

Como vemos, enquanto a corrente centralizadora acredita que o tempo que o leitor gasta de sua unidade até a biblioteca central pode ser amplamente compensado, pois ali ele terá possibilidade de pesquisa mais ampla e de contato com estudiosos afins, a corrente descentralizadora acha mais interessante ter mais próximo dos leitores uma coleção especializada, ainda que, para pesquisar assuntos correlatos, tenha de locomover-se para outras bibliotecas da universidade e assim, talvez, gastar ainda mais tempo.

Há um estudo de RAFFEL & SHISHKO exatamente sobre esse problema das distâncias, em termos de custo. Dizem eles: "Yet many have argued that there is a cost to the university community which is not shown in the university budget - a cost in time, energy, and decreased use resulting from locating the library a longer distance from users". ²⁸

Acham eles que, por meio da matemática, pode-se conseguir elementos que ajudem a opção pelo sistema adequado, e consideram que "the decision to centralize thus depends upon

²⁷ SPILLER, David. Comentários sobre as bibliotecas das universidades britânicas. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):106, mar. 1975.

²⁸ RAFFEL, Jeffrey & SHISHKO, Robert. Centralization and de centralization; a location analysis approach for librarians. Special Libraries, New York, N.Y., 63(3):136, Mar. 1972.

the amount of crossover in alternative systems and economies of scale".²⁹

Quanto à descentralização total, existe quase que unanimidade de que a mesma é desaconselhável, por ser irracional, embora ainda algumas universidades adotem esse sistema, por dificuldades internas de modificá-lo. Há sempre resistência à mudança por medo de se ser afetado por ela.

O fato é que a adoção deste ou daquele sistema e, sobretudo, a mudança de um para outro, não é tão simples quanto possa parecer à primeira vista, pois as universidades são organizações bastante complexas, com toda uma tradição e uma série de variáveis outras, que afetam, sem nenhuma dúvida, a eficácia do sistema utilizado, ou orientam sua escolha. A decisão precisa ser tomada tendo-se em conta a realidade de cada universidade. Não existe solução única que se ajuste a todos os casos.

Segundo MOYS, o tipo de estrutura a adotar deve ser decidido durante os primeiros anos de existência da biblioteca, levando-se em conta no planejamento que:

1. O edifício principal deve ser construído em lugar amplo, situado no centro, de fácil acesso aos diversos institutos, faculdades, cursos e departamentos.

2. Cada biblioteca seccional deve ter pessoal de limpeza e segurança.

3. Havendo várias seccionais, os custos são multiplicados, tendo em vista a duplicação de publicações necessárias a mais de uma unidade.

²⁹ Id. *ibid.* p. 143.

4. É mais fácil criar bibliotecas seccionais que suprimi-las.³⁰

Realmente, é imprescindível que ao planejar uma biblioteca universitária se pense em sua estrutura organizacional, o que não impede que essa mesma estrutura venha a ser modificada mais tarde por imperativo dos próprios objetivos da biblioteca, revistos para se adequar a novas necessidades surgidas.

Vê-se claramente que MOYS se inclina para a centralização, entretanto, deve-se ressaltar que ela admite, se necessário, a criação de bibliotecas seccionais, dedicadas a um conjunto de disciplinas afins. É o caso de algumas universidades no Brasil em que bibliotecas de faculdades, escolas e cursos correlatos se reuniram numa só biblioteca para servir a um determinado centro ou setor, na acepção que os mesmos possuem, hoje, de órgãos coordenadores de unidades universitárias de uma mesma área de conhecimento. Assim, inclusive, reduzindo-se o número de bibliotecas, a qualidade do acervo e dos serviços poderá ser melhorada e a coordenação facilitada.

Atualmente, a tendência crescente de automatização dos processos técnicos de preparação das coleções e do controle da circulação das obras, através de programas em computador, contribuiu para fazer ampliar, sobremaneira, a necessidade de maior coordenação central dos trabalhos das bibliotecas universitárias.

³⁰ MOYS, Elizabeth M. Problemas que plantea a la creación de bibliotecas universitarias. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 20(2):62, mar./abr. 1966.

Aliás, os programas em computador que nos Estados Unidos incluem praticamente todas as bibliotecas universitárias do país, no mais estreito e perfeito sistema de cooperação, está fazendo com que elas se unam em redes de intercâmbio interbibliotecário do maior valor. Essas redes desenvolvem programas comuns de tratamento das coleções bibliográficas e usam terminais para a consulta de todas as obras existentes, onde quer que estejam.

Assim, as universidades brasileiras precisam estar com seu sistema bibliotecário organizado para poderem integrar os programas cooperativos, automatizados ou não, que já se ensaiam em nosso País.

A nosso ver, porém, os modelos de estrutura organizacional recomendáveis para nossas bibliotecas universitárias são:

- a) centralização monolítica, e/ou
- b) centralização parcial, em que apenas o acervo é descentralizado.

A centralização monolítica, em que há unidade de direção, de administração, de serviços e de localização, é bastante vantajosa, pois facilita a aquisição planejada, o controle administrativo, a utilização mais racional do pessoal e dos recursos financeiros levando, conseqüentemente, a uma melhoria dos serviços.

Nem sempre, porém, a centralização monolítica é a estrutura mais aconselhável ou possível. A dispersão geográfica da universidade é um ponto a ser levado em conta, uma vez que os estudiosos do assunto sugerem que a distância máxima entre a biblioteca e as unidades de ensino seja de 10 a 15 minutos. Outras vezes, são problemas internos que impedem a mudança do sistema.

A centralização parcial é o outro modelo que consideramos bom. Embora neste caso haja uma certa duplicação de recursos, esta poderá ser controlada desde que se adote uma política de coordenação da aquisição. Além disso, poderá ser estabelecido controle sobre a criação de novas bibliotecas, evitando-se a proliferação das mesmas. Algumas universidades brasileiras, após a reforma universitária, realizaram a fusão de várias bibliotecas, por áreas de conhecimento, ou por unidades básicas de ensino, com certa afinidade. O processamento técnico centralizado garante a padronização, tão necessária ao intercâmbio de informações e à colaboração entre bibliotecas, hoje indispensável a um serviço sério e de qualidade. Também, a organização e manutenção do Catálogo Coletivo da Universidade, que permite a localização imediata de toda e qualquer publicação existente nas bibliotecas seccionais, é facilitada pela centralização dos processos técnicos.

Enfim, não podemos afirmar que a estrutura totalmente centralizada é sempre mais eficaz que a parcialmente centralizada. Isso exatamente pelo fato de que cada universidade possui sua própria realidade, e que uma pode ser bastante diferente da outra.

Logicamente, na centralização parcial os custos são maiores e a própria eficiência também pode ser atingida, pois, entre outros pontos, é muito difícil manter em cada biblioteca seccional pessoal qualificado em número suficiente para atender às necessidades da biblioteca.

Outro ponto que tem dado margem a muitas discussões é quanto à criação e manutenção de bibliotecas departamentais, no sentido de coleções de departamentos de ensino, como nos propusemos a utilizar a expressão neste trabalho.

Geralmente, elas são defendidas por professores, a quem interessa ter sempre à mão as publicações de que necessitam.

Na verdade, a nosso ver, poderia haver nos departamentos livros-ferramenta para consulta imediata, e, temporariamente, os departamentos poderiam solicitar por empréstimo, à biblioteca central, obras ligadas a estudos e pesquisas que estivessem realizando. Para isso, porém, a universidade precisa ter condições de atualizar essas coleções e, ao mesmo tempo, cuidar para que essas bibliotecas não cresçam demais, transformando-se em pequenos impérios, difíceis de controlar e perdendo, assim, seu verdadeiro sentido. Por outro lado, os departamentos necessitam também de condições para poder se responsabilizar e controlar os livros a eles emprestados pela biblioteca central.

Vejamos algumas experiências estrangeiras, no que diz respeito a estruturas de bibliotecas, pois, embora não consideremos válida a mera transposição de modelos, em virtude das diferentes realidades, dentro até do mesmo país e da mesma universidade, acreditamos que feita a devida "redução sociológica" a que se refere GUERREIRO RAMOS,³¹ essas experiências nos podem ser de grande utilidade. Há, também, sempre alguns pontos comuns, sobretudo entre as universidades da América Latina.

Na América do Norte, as correntes centralizadoras (centralização parcial) predominam, como que numa tomada de posição diante da situação verdadeiramente espantosa que che

³¹ GUERREIRO RAMOS, Alberto. A redução sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965. p. 80.

gara a existir, como testimunha LASSO DE LA VEGA: "Hubo un momento en que la biblioteca universitaria de Brown tenía un conjunto formado por 20 bibliotecas; la de Chicago, 15; la de Indiana, 21; la de Iowa, 21; la de Michigan, 18; la de Ohio, 10; la de Pennsylvania, 12; la de Washington, 13; la de Yale, 34, etc.

Esta descentralización, sobre ser costósísima por la multiplicación de libros, revistas, personal y servicios, desarticulaba la unidad de la ciencia, que no consiste en una serie de ramas separadas entre sí de crecimiento aristotélico y monodimensional, sino en una red tupidísima de desarrollo coordinado, interdependiente y multidimensional".³²

ZULETA ALVAREZ nos dá una idéia de como funcionan hoje esas bibliotecas, quando afirma que "el sistema centralizado es el que prepondera en las universidades norteamericanas en su casi totalidad, de acuerdo con principios y prácticas aconsejadas por los técnicos bibliotecarios de los Estados Unidos. Este sistema toma como eje la existencia de una biblioteca central que congrega la casi totalidad de las colecciones en un solo edificio - o grupo de edificios; centraliza la administración (recursos, personal, etc.), el procesamiento de los materiales y los servicios de circulación. Este tipo de centralización no es absoluto ni rígido y si bien la biblioteca central reúne las colecciones de tipo general admite la existencia de bibliotecas departamentales relativamente autónomas, tales como las de Medicina, Derecho y Ciencias Físicas".³³

³² LASSO DE LA VEGA, Javier. La biblioteca central universitaria y las de facultades. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 15(4):196, jul./ago. 1961.

³³ ZULETA ALVAREZ, Enrique. La universidad y la biblioteca. op. cit. p. 13.

Como vemos, os Estados Unidos utilizam a centralização parcial. Cumpre lembrar a ênfase que lá se dá aos programas biblioteconômicos e os recursos que se destinam a esses mesmos programas, bem como a existência de campus, no qual o sistema bibliotecário ocupa uma posição cêntrica.

Há, porém, exceções, como é o caso da Biblioteca Universitária de Harvard, que reflete perfeitamente a descentralização da própria universidade. BRYANT diz que "Harvard University as a whole is a relatively decentralized institution; its many units enjoy perhaps more autonomy and carry more responsibility than is generally the custom in American Universities". ³⁴

Nesse caso, a forma adotada é a descentralização coordenada. O sistema é formado por várias bibliotecas independentes da biblioteca central, administrativa e tecnicamente. Entretanto, está sendo conseguida uma coordenação cada vez maior e o Catálogo Coletivo já vem funcionando, perfeitamente, demonstrando que os bibliotecários estão conscientes do valor da colaboração, em seus trabalhos.

A importância do Catálogo Coletivo é afirmada por BRYANT, ao dizer que "a major role in holding the libraries together is taken by the union catalog maintained in the Widener building. This catalog contains main entries for the titles of nearly all books in the University Library". ³⁵

³⁴ BRYANT, Douglas W. Centralization and decentralization at Harvard. In: CENTRALIZATION and decentralization in Academic Libraries: a symposium. College and Research Libraries, Chicago, Ill., 22(5):328-9, Sept. 1961.

³⁵ Id. ibid. p. 331.

Na Universidade de Boston, também havia muitas bibliotecas e todas elas com perfeita autonomia. A situação vem se modificando. Já existe centralização física de muitas dessas bibliotecas, conforme atesta DONALD SMITH.³⁶

Na Grã-Bretanha, segundo SPILLER, enquanto a maioria das universidades mais novas funciona em campus e possui apenas a biblioteca central, algumas das universidades mais antigas mantêm ainda um elevado número de bibliotecas, como a de Manchester, que possui 60.³⁷

LASSO DE LA VEGA³⁸ nos conta a situação da Alemanha, da França e da Espanha.

Diz ele que, na Alemanha, desde o século XIV as bibliotecas universitárias começaram a reunir-se para formar uma só unidade, de modo que, no século XVIII, já não existiam bibliotecas de faculdades. Assim, a centralização monolítica é defendida pelos alemães, para quem outras bibliotecas além da biblioteca central só se justificam quando a universidade, por falta de recursos, ainda tem suas unidades de ensino dispersas por prédios muito distantes da biblioteca central.

Na França, comenta o citado autor, há bibliotecas descentralizadas exatamente pela falta de prédios únicos, mas os técnicos defendem o princípio da centralização como demonstra um decreto de 29 de agosto de 1923, determinando a fusão de várias bibliotecas nacionais.

³⁶ SMITH, Donald T. Centralization and decentralization at Boston. In: CENTRALIZATION and decentralization in academic libraries: a symposium. College and Research Libraries, Chicago, Ill., 22(5):338, Sept. 1961.

³⁷ SPILLER, David. Comentários sobre as bibliotecas das universidades britânicas. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):104-5, mar. 1975.

³⁸ LASSO DE LA VEGA, Javier. La biblioteca central universitaria y las de facultades. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 15(4):195-6, jul./ago. 1961.

A Espanha também inclina-se para a centralização e já em 1932 um decreto determinava a unidade da biblioteca universitária. No plano de construção da Cidade Universitária de Madri, figurou um edifício destinado a centralizar as bibliotecas.

Está fora de dúvida, portanto, que não só nos Estados Unidos, mas também na Europa, a tendência maior é para a centralização. Há casos, porém, na Europa, de universidades fracionadas em faculdades e organismos menores, todos eles com muita autonomia o que, segundo ZULETA ALVAREZ, dificulta o estabelecimento de um sistema centralizado de bibliotecas, levando muitas universidades a optarem pela coordenação de serviços.³⁹

Na América Latina, diz ETELVINA LIMA, referindo-se às bibliotecas universitárias, que "a estrutura organizacional não planejada e/ou não coordenada é sempre apontada como um dos principais entraves ao desenvolvimento daquelas instituições".⁴⁰

É exatamente a situação das universidades refletindo-se em suas bibliotecas. À medida que novas faculdades ou escolas eram criadas, também bibliotecas o eram. "Así, por ejemplo, las bibliotecas de la Universidad Nacional Autónoma de México estaban dispersas por toda la ciudad de México, para estar junto a las escuelas, facultades e institutos de los que formaban parte. Lo mismo ocurría con la Universidad Mayor de San Marcos, la Universidad Central de Venezuela y la

³⁹ ZULETA ALVAREZ, Enrique. La universidad y la biblioteca. op. cit. p. 14.

⁴⁰ LIMA, Etelvina. Centralização e descentralização como estrutura organizacional de bibliotecas. In: _____. Estrutura organizacional da biblioteca universitária da Universidade Federal de Minas Gerais: um estudo de centralização e descentralização. Belo Horizonte, UFMG, 1974. p. 25.

Universidad Nacional de Colombia, antes de que se trasladaran a sus nuevas ciudades universitarias, donde sus muchas escuelas, facultades e institutos podían estar reunidos", como atesta MILCZEWSKI.

O fato é que mesmo depois que passaram a funcionar na Cidade Universitária - continua a citada autora - cada unidade continuou com sua biblioteca, pois, no próprio plano de construção de campus, já estavam previstas bibliotecas separadas e mais uma biblioteca central. É o caso das Universidades de Bogotá e de Caracas. Há, porém, exceções, como é o caso da Universidade de Brasília e da Universidade del Valle, em Cali, na Colômbia. ⁴¹

Assim, ainda hoje há resquícios dos vícios de formação de nossas universidades e suas bibliotecas.

O assunto tem sido por demais debatido em congressos, seminários, simpósios, e as conclusões são sempre pela necessidade de um maior controle administrativo e técnico.

Já se sente que, aos poucos, se vai conseguindo uma certa centralização ou, pelo menos, coordenação. As próprias reformas das universidades têm favorecido algumas mudanças.

Dificuldades de comunicações, muitas vezes, impedem que haja maior intercâmbio de informações entre os países latino-americanos, até mesmo prejudicando uma troca maior de experiências, quanto aos resultados da utilização de uma estrutura mais ou menos centralizada.

⁴¹ MILCZEWSKI, Marion A. Estructura de la biblioteca universitaria en America Latina. Washington, Unión Panamericana, 1967. p. 13.

Outras vezes, no próprio país, ainda não se conseguiu fazer um diagnóstico geral da situação de suas bibliotecas universitárias.

No Brasil, por exemplo, sabe-se que sempre houve tendência para a descentralização total, uma vez que a maioria das universidades foram constituídas pela agregação de escolas e faculdades que já existiam anteriormente, com suas respectivas bibliotecas. Contudo, atualmente, o panorama geral já se modificou e estão sendo adotados vários modelos para a organização das bibliotecas universitárias. Entretanto, não existe ainda um levantamento global da situação, sendo, portanto, quase impossível uma avaliação precisa dos resultados obtidos nas várias experiências, que sirva como elemento básico para decisão quanto à adoção de determinado tipo de estrutura organizacional para as bibliotecas de nossas universidades.

Existem, no entanto, vários trabalhos, sobretudo de congressos, apontando falhas e apresentando recomendações já que o assunto, desde há muito tempo, vem sendo alvo da preocupação dos bibliotecários.

Vale destacar-se a recente tese de ETELVINA LIMA⁴² que, realmente, retrata o sistema bibliotecário na Universidade Federal de Minas Gerais, reportando-se também, embora de maneira resumida, aos sistemas da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Propomo-nos, neste trabalho, a uma pesquisa mais ampla, baseado que foi num levantamento da situação funcional das bibliotecas das universidades federais brasileiras.

⁴² LIMA, Etelvina. Estrutura organizacional da biblioteca universitária da UFMG: um estudo de centralização e descentralização. cit.

Naturalmente, algumas conclusões a que chegamos podem parecer que não apresentam nada de novo em relação ao assunto estudado, porém, antes não passavam de suposições ou hipóteses, agora verificadas e registradas objetivamente.

Não se pode negar que o panorama bibliotecário brasileiro tem sofrido várias alterações, muitas delas baseadas nos princípios da reforma administrativa, Decreto-lei nº 200⁴³ e da reforma universitária, Lei nº 5.540/68,⁴⁴ sem esquecer todo o imenso trabalho que a ABBU vem realizando.

No Decreto-lei nº 200/67, é bastante evidente a preocupação do Governo federal com a racionalização de serviços visando ao aperfeiçoamento e eficiência pela integração dos vários setores e atividades. Para assegurar essa racionalização sugere, inclusive, a criação de coordenações centrais.⁴⁵ Preconiza, também, o funcionamento dos órgãos federais de forma sistêmica, sob coordenação em vários níveis, a fim de garantir perfeita integração e harmonia de todos os serviços da área federal.

⁴³ BRASIL. Presidência da República. DASP/CENDOC. Reforma administrativa. Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967 e legislação posterior. Brasília, 1971.

⁴⁴ BRASIL. Leis, decretos, etc. Reforma universitária, leis, decretos-leis, decretos, portarias, pareceres, resoluções, 1968-1969. Rio de Janeiro, MEC, 1969. 174 p.

⁴⁵ BRASIL. Presidência da República. DASP/CENDOC. Reforma administrativa. Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967 e legislação posterior. cit. p. 7-8.

Naturalmente, as universidades federais estão também incluídas e, por conseguinte, as bibliotecas universitárias não poderão fugir à regra geral.

O art. 30 do referido decreto diz: "Serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria e serviços gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central".⁴⁶ Entre essas atividades auxiliares, a nosso ver, estão as bibliotecas dos vários órgãos do Governo, inclusive as bibliotecas universitárias.

Essa necessidade de coordenação e de integração foi reafirmada pela reforma universitária que, consubstanciada na Lei nº 5.540/68, consagrou como um de seus princípios, a não-duplicação de meios para fins idênticos.⁴⁷ Com base nesse princípio, muitos serviços dentro de uma mesma universidade foram centralizados, ou passaram a ter uma coordenação central. A partir daí, foram criadas várias bibliotecas centrais ou órgãos coordenadores de bibliotecas universitárias onde ainda não existiam.

Outras modificações, como fusão de bibliotecas, também se fizeram sentir.

O Projeto 1 do Plano Setorial de Educação 1975/1979 diz que: "A reorganização e modernização administrativas podem ser definidas como sendo procedimentos que têm por finalidade eliminar barreiras operacionais, criando climas de mu

⁴⁶ Id. *ibid.* p. 14.

⁴⁷ BRASIL. Sudene/DRH. A reforma universitária e as bibliotecas universitárias do Nordeste. op. cit. p. 3.

dança e inovação dentro da organização, de modo a se conseguir a maior racionalidade possível".⁴⁸

E esses procedimentos não podem ser constituídos a penas de normas e leis, mas de medidas outras, que levem a modificação de atitude e mentalidade das pessoas envolvidas no processo de mudança, para que, de fato, haja transformações benéficas, substanciais e duradouras.

Apesar das reorganizações realizadas em muitas bibliotecas universitárias, de um modo geral, elas ainda não ocupam a posição que lhes cabe na estrutura universitária, e muitas delas carecem de condições mínimas para bem exercer suas reais funções.

Aliás, a falta de infra-estrutura que sofrem as bibliotecas universitárias vem preocupando, há bastante tempo, os bibliotecários de nossas universidades. O assunto tem sido objeto de discussão e estudo em vários congressos de biblioteconomia e documentação, tendo-se chegado a constatar a necessidade de um diagnóstico geral da situação.

Por causa dessa preocupação comum, por ocasião da 3ª Jornada Sul-Riograndense de Biblioteconomia,⁴⁹ realizou-se o 1º Encontro Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias.⁵⁰

Nesse Encontro, a que estiveram presentes 12 diretores de bibliotecas centrais de universidades brasileiras,

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Pleno Setorial de Educação e Cultura. 1975/1979. Brasília, 1974. pt. 1, v. 1, p. 34.

⁴⁹ JORNADA SUL-RIOGRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA, 3ª. Realizada em Porto Alegre no período de 28 de maio a 2 de junho de 1972.

⁵⁰ ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS, 1ª. Porto Alegre, 1972. Resumos dos trabalhos. Porto Alegre, 1972. 8 p. mimeogr.

ou de órgãos coordenadores de bibliotecas universitárias, concluíram pela criação de um órgão de âmbito nacional para estudar os problemas das bibliotecas universitárias.

Assim, foi criado um grupo para realizar estudos sobre organização e implantação da Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias (CNBU).

Os objetivos da CNBU eram:

- "a) estudar problemas relativos ao desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras;
- b) desenvolver estudos, projetos e programas de coordenação de bibliotecas, aquisição centralizada, centralização de processos técnicos, racionalização de normas e processos;
- c) desenvolver programas de intercâmbio de informações e de material bibliográfico entre as bibliotecas universitárias do País;
- d) desenvolver programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para a coordenação de bibliotecas universitárias". 51

O grupo tentou, através de questionários, fazer o diagnóstico da situação real de nossas bibliotecas universitárias, tendo encontrado uma série de dificuldades que o impediram de alcançar o resultado esperado. Os componentes do grupo iniciaram a reformulação do questionário que pensavam

51 GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS, Niterói. Reunião de Belo Horizonte, Minas Gerais. In: _____ . Relatório. Belém, 1973. Anexo 3. cit.

aplicar in loco através de entrevistadores preparados para esse fim. Não conseguiram, porém, o necessário financiamento e, em virtude de o Ministério da Educação e Cultura ter instituído na época o Programa Global de Desenvolvimento, que se constituía de formulários sobre vários aspectos da infraestrutura do ensino superior, tendo um formulário apenas para as bibliotecas, o grupo resolveu esperar o resultado desse trabalho.

O Grupo de Implantação da CNBU manteve, em seguida, contato com a Comissão Executiva do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), para tentar uma fórmula de afiliação e apoio.

Do mesmo modo que aconteceu com outras instituições, por questões de linha de ação e atribuições estatutárias, não foi possível afiliar a CNBU ao CRUB.

Como também por questões legais não pudesse ser considerada uma comissão nacional, o Grupo de Implantação resolveu transformá-la em Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), tendo, inclusive, ampliado sua área de ação, atingindo não mais apenas as bibliotecas centrais, mas todas as bibliotecas universitárias brasileiras, federais, estaduais ou particulares.

Uma das maiores preocupações da ABBU era conseguir uma crescente centralização de coleções e serviços nas bibliotecas universitárias.

A 1ª Comissão Executiva da ABBU tomou posse a 11 de julho de 1974, durante o Seminário sobre Administração e Funcionamento de Bibliotecas Universitárias,⁵² realizado em

⁵² SEMINÁRIO SOBRE ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. Brasília, de 8 a 11 de julho de 1974.

Brasília, sob o patrocínio do CRUB e com a presença de bibliotecários e administradores universitários.

Entre os vários assuntos, falou-se dos problemas resultantes da descentralização total ou da falta de coordenação existente em nossas bibliotecas universitárias, bem como da importância e necessidade de essas bibliotecas estarem preparadas para poder participar de redes ou sistemas nacionais de informações a serem criados para, por sua vez, integrarem o Sistema Internacional de Informações Científicas e Técnicas (UNISIST). Isso tudo, visando maximizar a utilização efetiva das fontes de informação.

Após a apresentação do tema "A posição da biblioteca na organização operacional da universidade", por ANTONIO AGENOR BRIQUET DE LEMOS e VERA AMÁLIA AMARANTE MACEDO,⁵³ o assunto foi discutido pelos presentes e tiradas algumas conclusões.

Entre as recomendações daí resultantes, figura a abordagem sistêmica que deve ser dada aos serviços de informação na universidade e a necessidade de uma biblioteca central única ou que coordene uma rede de bibliotecas na universidade.

Quanto ao tema "A participação das bibliotecas uni

⁵³ LEMOS, Antonio Agenor Briquet de & MACEDO, Vera Amália Amarante. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):40-51, mar. 1975. cit.

versitárias nos sistemas de informação", foram apresentados trabalhos por HAGAR ESPANHA GOMES ⁵⁴ e PAULO PY CORDEIRO. ⁵⁵ Ambos abordaram a criação do UNISIST e os estudos que o Governo brasileiro vinha fazendo para estabelecer um sistema de apoio ao mesmo, e que seria o Sistema Nacional de Informações Científicas e Tecnológicas (SNICT).

Entre as recomendações dos participantes, estão:
a) a necessidade de maior apoio às bibliotecas universitárias, de modo a terem participação mais ativa em programas cooperativos de âmbito regional, a fim de servirem como infra-estrutura da pesquisa no País; b) maior interação entre os programas educacionais e a biblioteca universitária.

Acreditamos que esse Seminário tenha sido muito importante, pois foi uma oportunidade, e parece-nos, a primeira, para que, conjuntamente, bibliotecários e administradores discutissem sob vários ângulos os problemas das bibliotecas universitárias que não estão isolados, mas que fazem parte e merecem destaque no contexto universitário.

Tudo indica que está havendo uma conscientização crescente de que nossas bibliotecas universitárias, como outros setores da administração universitária, necessitam ter

⁵⁴ GOMES, Hagar Espanha. A participação da biblioteca universitária no sistema de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informação. Trabalho apresentado ao Seminário para Estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias, Brasília, 8-12 jul. 1974. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):63-78, mar. 1975.

⁵⁵ CORDEIRO, Paulo Py. A participação da biblioteca universitária no sistema de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informação. Trabalho apresentado ao Seminário para Estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias, Brasília, 8-12 jul. 1974. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 4(1):79-89, mar. 1975.

seus problemas diagnosticados e superados, para que possam contribuir de uma maneira mais efetiva para a consecução dos objetivos universitários.

Acreditamos, por exemplo, que a criação da ABBU, o Seminário sobre Administração e Funcionamento de Bibliotecas Universitárias e, mais recentemente, a criação do Núcleo de Assessoramento Técnico (NAT-08), na área de biblioteconomia, possam ser considerados como prova dessa conscientização de que falamos anteriormente.

Os NATs foram criados pelo MEC como um sistema de assistência técnica, interuniversitária, por área de conhecimento, sob coordenação do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), conforme aparece no Plano Setorial de Educação 75/79.⁵⁶

Na área de bibliotecas foi criado o NAT-08 com especialização em sistemas de bibliotecas universitárias, a fim de oferecer estágio a profissionais de biblioteconomia e prestar consultoria às Instituições de Ensino Superior (IES), de preferência federais, interessadas no assunto.

A esse respeito foi assinado convênio entre o MEC/DAU e a UFPE⁵⁷ responsabilizando-se esta última pelo funcionamento do NAT-08 e comprometendo-se a proporcionar-lhe material permanente e espaço físico necessário. Já os recursos financeiros são da responsabilidade do DAU.

⁵⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Plano Setorial de Educação e Cultura 1975/1979. Brasília, 1974. v. 2, pt. 1, p. 483-94. (Projeto 21.)

⁵⁷ CONVÊNIO celebrado a 23 de janeiro de 1976 entre o MEC/DAU e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para manutenção do NAT-08, especializado em sistemas de bibliotecas universitárias.

Entre as áreas de atuação do NAT, especializado em sistemas de bibliotecas, acha-se a de centralização e descentralização de serviços de bibliotecas.

O primeiro treinamento do NAT-08 realizou-se de 27.10.75 a 19.12.75, com a participação de representantes de cinco universidades brasileiras.

O controle e avaliação das atividades do NAT-08 é feito por um consultor-residente e dois consultores assistentes, sendo que o primeiro citado participa também da equipe de Coordenação de Assistência Técnica do DAU (CODEAT/DAU), com a qual se reúne periodicamente.

Esse treinamento constou de 320 horas, incluindo aulas teóricas e práticas e estágio supervisionado nas instalações da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, na qual o processo de centralização iniciou-se em 1955.

Em setembro de 1976 haverá novo treinamento, e nos próximos anos haverá outros visando assim atingir uma das metas do MEC no que se refere a capacitação de pessoal.

Portanto, apesar da situação geral em que se encontram nossas bibliotecas universitárias, que realmente não é a ideal, no que se refere a aquisição, tratamento técnico, armazenagem e recuperação da informação, essas iniciativas parecem demonstrar que alguma coisa objetiva está sendo feita para que, em breve, possam ser obtidos melhores resultados.

3.3 - Automação, cooperação e sistemas em bibliotecas universitárias

3.3.1 - O "caos documentário"

A grande soma de informações e dados, e a importância que se lhes vem sendo atribuída, em todos os campos do conhecimento, inclusive como elemento precioso para o processo decisório, tem levado as bibliotecas a se transformarem em verdadeiros centros de informação, revisando seus processos e técnicas de tratamento, armazenagem e utilização dos conhecimentos reunidos.

Como diz LYDIA SAMBAQUY, as inúmeras transformações científicas, tecnológicas, econômicas e sociais, que ocorrem no mundo, fazem aumentar a importância e a dificuldade da biblioteconomia e da documentação.⁵⁸

Exatamente, essas dificuldades é que impulsionam o progresso pela busca de novas soluções.

E "as descobertas e invenções crescem, atualmente, em progressão geométrica, acelerando os processos civilizatórios, a própria história da humanidade, modificando os modos de vida, alterando as concepções, as convenções, as tradições e as crenças; transformando até mesmo a conduta humana⁵⁹ no dizer da autora anteriormente citada.

⁵⁸ SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. A biblioteca do futuro. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 1(1):62, mar./set. 1972.

⁵⁹ Id. ibid.

As informações resultantes do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural são registradas, em geral, em publicações ou em documentação nas mais variadas formas - filmes, discos, fitas magnéticas, etc. - que ampliam, assim, a chamada "explosão bibliográfica".

NEUSA MACEDO comenta como "essa produção livresca desenfreada cria grandes problemas aos leitores, principalmente a pesquisadores e cientistas que necessitam saber o que há de novo na sua especialidade, a fim de não duplicar temas de pesquisa. O grande fato moderno falta de tempo, mais a produção caótica de documentos de todos os tipos, sufocam o estudioso nessa avalanche de publicações".⁶⁰

Diante disso, como diz HAGAR ESPANHA GOMES, nenhuma biblioteca pode esperar adquirir todos os títulos de revistas, em sua área de especialização e, ainda que isso fosse possível, algumas falhas haveria, pois uma certa quantidade de documentos relevantes continuaria a ser publicada em periódicos de áreas afins.⁶¹

Mesmo o número de resumos publicados anualmente - conforme a autora citada - é de tal monta que os especialistas

⁶⁰ MACEDO, Neusa Dias. A biblioteca como centro de pesquisa e informação. São Paulo, Associação Paulista de Bibliotecários, 1972. p. 2. Palestra proferida no Seminário "Biblioteca, Ontem, Hoje e Amanhã", realizado no SESC, São Paulo, 18.4.71, com revisão e acréscimos.

⁶¹ GOMES, Hagar Espanha. A participação da biblioteca universitária no sistema nacional de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informações. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):73, mar. 1975.

tas já não conseguem tomar, de maneira completa, conhecimento dos trabalhos no assunto em que estão pesquisando. Alguns dos maiores serviços de resumos do mundo, como Chemical Abstracts e Biological Abstracts, publicam, cada um, aproximadamente, 150 mil resumos anuais, e isso sem realizar cobertura exaustiva. ⁶²

Cabe aos bibliotecários e documentalistas enfrentar o desafio que se lhes apresenta, procurando as formas mais práticas e eficientes para controlar toda essa literatura, de modo a colocá-la ao alcance dos usuários.

É a própria experiência que demonstra que todos esses recursos bibliográficos e documentários só poderão ser controlados e devidamente utilizados, pelo emprego cada vez maior da automação e pela cooperação crescente entre os organismos possuidores desses recursos.

3.3.2 - Automação em bibliotecas universitárias

A automação tem contribuído bastante para que as bibliotecas e, em nosso caso, as bibliotecas universitárias possam organizar, tratar e controlar eficazmente as informações.

Nos Estados Unidos e na Europa, a automação em bibliotecas já é praticamente uma realidade. Vem sendo utili

⁶² SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. A biblioteca do futuro. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 1(1):67, mar./set. 1972.

zada no controle da aquisição e do empréstimo, na catalogação cooperativa ou centralizada e na recuperação e disseminação da informação.

Assim, além da automação de serviços, foram criados sistemas automatizados para disseminação da informação on-line e em real-time.

Temos, por exemplo, o projeto MARC (Machine Readable Cataloging) da Library of Congress, nos Estados Unidos.⁶³ Esse projeto fornece informações bibliográficas sobre a maior parte dos livros atuais, em inglês, através dos registros em fita de computador. Paulatinamente, vai incluir na memória do computador todo o acervo constante do Catálogo Coletivo das bibliotecas norte-americanas.

Outros sistemas foram criados baseados no MARC, como é o caso, no Brasil, do projeto CALCO (Catalogação Legível em Computador), da autoria da Prof.^a ALICE PRINCIPE BARBOSA e desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do CNPq.⁶⁴

Conforme BORKO, devido à necessidade de informações atualizadas, muitas sociedades científicas criaram sistemas de informação em sua área de interesse. Na área biomédica, por exemplo, havia inicialmente o sistema MEDLARS (Medical Literature Analysis and Retrieval Systems) que respon

⁶³ U.S. LIBRARY OF CONGRESS. MARC Development Office. Books: a MARC format. Washington, D.C., Library of Congress, 1972. 107 p.

⁶⁴ BARBOSA, Alice Príncipe. Projeto CALCO; catalogação cooperativa automatizada. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1973. 1 v. em f. soltas.

dia às perguntas dos usuários feitas através de cartas à Biblioteca Nacional de Medicina (National Library of Medicine), em Washington, no prazo de 7 a 15 dias. A partir de 1972, a resposta passou a ser imediata através do serviço MEDLINE (MEDLARS on-line), criado por esta biblioteca, que permite, por meio de terminais de computadores, ligados ao sistema de processamento de dados central, "buscar uma grande variedade de literatura médica mais frequentemente usada e receber relações de citações relevantes em poucos minutos".⁶⁵

No Brasil, o sistema já vem sendo utilizado pela Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), que usa o computador do Instituto de Energia Atômica da Universidade de São Paulo (USP). Nesse sistema estão integradas várias bibliotecas universitárias da área biomédica.

Na França, o Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS) criou o Projeto PASCAL, que está sendo empregado na composição do seu Bulletin Signalétique.

Outro programa bem interessante é o Approval Program, criado pela firma Richard Abel & Company distribuidora de livros a bibliotecas universitárias e de pesquisas. As bibliotecas participantes do programa - em número superior a 2 mil - recebem periódica e continuamente informações sobre livros a serem publicados e, até mesmo, os próprios livros, dentro de sua área de interesse, podendo devolvê-los se não desejarem adquiri-los. Para o Brasil, porém, são enviados apenas os announcements, devido ao elevado custo da remessa de livros. O computador é empregado "para solicitar os li

⁶⁵ BORKO, Harold. Information science and technology. 1973. Britannica Yearbook of Science and the Future, p.253-60. apud: PFROMM NETTO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):33-4, mar./set. 1972.

vros das editoras e para identificá-los com os interesses de cada biblioteca", como informa ALEXANDRE DO ESPÍRITO SANTO.⁶⁶

Dessa maneira, a seleção de obras é bastante facilitada e as bibliotecas universitárias têm a possibilidade de estar sempre bem informadas sobre o que se está publicando no mundo.

Como esses, muitos outros programas estão sendo utilizados, e acreditamos que muitos outros surgirão, pois não se pode negar que, utilizando o computador, a informação é tratada de modo mais prático e eficiente, permitindo a resposta precisa e rápida de que o usuário necessita.

Cada vez mais, por conseguinte, como decorrência natural das necessidades de informações e dados, a automação vai se implantando, já existindo atualmente serviços de bibliotecas totalmente automatizados, tais como os da Biblioteca da Universidade Estadual de Ohio, Columbus, Estados Unidos, onde os usuários consultam diretamente a memória do computador através de "terminais". O catálogo do público já foi dispensado e o empréstimo é feito pelo computador em online e real-time.⁶⁷

ANDERLA acredita que, em 1985, a quantidade de informações científicas e técnicas existentes será de quatro a sete vezes maior que a quantidade que havia em 1970. Daí, nos mostra a necessidade de acelerar a automação para poder

⁶⁶ ESPÍRITO SANTO, Alexandre do. Sistema de aquisição computarizada. Belém, 1973. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em Belém, de 29 de julho a 4 de agosto de 1973.

⁶⁷ OHIO STATE UNIVERSITY LIBRARIES. Office of Educational Services. Library Circulation System; user's guide. Columbia, 1974.

atender à demanda dos usuários, pois continuando na marcha em que vamos não será possível o controle da literatura publicada.⁶⁸

PFROMM NETTO considera que, por volta de 1990, a informação tradicional se constituirá exceção e, em função disso, os administradores e bibliotecários universitários brasileiros têm um trabalho muito grande a realizar, levando em conta a situação atual de nossas bibliotecas universitárias. Diz ele que: "A integração de computadores e recursos eletrônicos de comunicação à rotina de trabalho da biblioteca universitária poderá parecer alvo muito remoto, mas é dramaticamente necessária, se a universidade pretende desempenhar, com a pesquisa, o ensino e o atendimento às solicitações externas, um papel significativo no desenvolvimento do país".⁶⁹

A visão das bibliotecas do futuro, apresentada em 1972 por LYDIA SAMBAQUY, era a seguinte: "Tudo indica que no ano 2000, centrais de informação funcionarão, compondo catálogos gerais, que estarão a serviço indiscriminadamente de todas as bibliotecas e centros de informações, mesmo dos mais atualizados". E logo adiante, continuava: "Serão maravilhosos os equipamentos eletrônicos utilizados para a comunicação de idéias e para a troca de dados e de informações. Circuitos fechados de TV e de telecomunicação, para contatos orais e para a transferência de textos e de figuras, constituir-se-ão a maravilha do mundo bibliotecário e documentário do amanhã".⁷⁰

⁶⁸ ANDERLA, G. Information in 1985: a forecasting study of information needs and resources. Paris, OLDC, 1973. p. 122-3. In: PFROMM NETTO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):35, mar. 1975.

⁶⁹ PFROMM NETTO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):35-6, mar. 1975.

⁷⁰ SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. A biblioteca do futuro. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 1(1):67, mar./set. 1972.

Contudo, não foi preciso que os bibliotecários e usuários de bibliotecas esperassem o ano 2000. Já agora, o Ohio College Library Center, em Columbus, Estados Unidos, estende os seus serviços a todo o território norte-americano através de 1.211 terminais de computador. É surpreendente a constatação de que o Ohio College Library Center (OCLC) iniciou os seus trabalhos em 1972, com o objetivo de utilizar as fitas magnéticas produzidas pela Biblioteca do Congresso, por meio do Programa MARC II. Entretanto, teve tal aceitação a catalogação cooperativa, por meio de terminais de computador, que, atualmente, recebe oito vezes mais títulos diretamente das bibliotecas cooperantes, do que por intermédio das fitas da Library of Congress. Por exemplo, de 21 a 26 de junho de 1976, o OCLC recebeu 12.846 títulos das bibliotecas cooperantes através dos terminais, e 2.326 da Biblioteca do Congresso, cifras essas realmente notáveis em relação ao tempo em que foram produzidas. Em 26 de junho de 1976, o OCLC já possuía 2.284.659 títulos registrados, trabalho realizado no período de 1972 a 1976. ⁷¹

Caminhamos, assim, para um trabalho bibliotecário cada vez mais cooperativo, que reúna esforços a serviço de toda a comunidade. E a própria automação favorece, facilitando a atuação de redes ou sistemas de bibliotecas, que aproximam os serviços bibliotecários e ampliam substancialmente sua capacidade de servir.

É lógico que o trabalho cooperativo e automatizado exige uma grande dose de padronização de normas e processos. Na verdade, a normalização de processos técnicos sempre foi

⁷¹ OCLC NEWSLETTER. Columbus, Ohio College Library Center, n. 101, July 1973. p. 4.

uma ambição das bibliotecas de todos os tipos, e elas muito têm progredido nessa direção. Assim, nesse aspecto, as dificuldades são superáveis desde que as bibliotecas tenham consciência da importância de sua integração e cooperação e da impossibilidade de prestarem bons serviços, se se mantiverem isoladas.

3.3.3 - Cooperação e sistemas em bibliotecas universitárias

LYDIA SAMBAQUY aponta "a cooperação entre bibliotecas como a forma mais eficiente e progressista do trabalho bibliotecário", tendo em vista que dependem dessa cooperação:

- a) "o controle e domínio da literatura existente", através da aquisição planejada, da catalogação centralizada ou cooperativa, dos catálogos coletivos;
- b) "a localização das obras desejadas";
- c) "a utilização da documentação existente, por meio de empréstimos, ou pela obtenção de cópias fotográficas".⁷²

E, de fato, somente através da mais estreita e perfeita cooperação dos órgãos de informação e documentação será possível aos estudiosos, em geral, acesso a toda uma gama de informações e dados relevantes que, de outro modo, seria impossível conseguir. Uma biblioteca só pode realizar serviços realmente eficientes adotando a política de cooperação interbibliotecária em todas as suas formas.

⁷² SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. op. cit. p. 67.

Na realidade, há mais de 100 anos vem sendo desenvolvida essa cooperação, considerada como uma das formas mais eficientes de solucionar o problema do controle da literatura universal.

Embora, em nossos dias, pareça ser ponto pacífico o reconhecimento da interdependência existente no campo da biblioteconomia, sente-se ainda a necessidade de maior entrosamento entre os órgãos dedicados à informação e documentação, porque, na prática, muitas dificuldades são encontradas para obtenção de maior participação em programas cooperativos.

No Brasil, esses programas têm feito das bibliotecas universitárias o seu ponto de apoio. Com isto, não queremos dizer, porém, que todas as bibliotecas universitárias participem, pois sabemos que há muitas omissões, geralmente causadas por falta de toda uma infra-estrutura na própria universidade, ou mesmo na própria biblioteca. Os recursos humanos, materiais e financeiros, quase sempre deficientes, dificultam o bom funcionamento das mesmas e, por conseguinte, impedem ou dificultam a participação em programas cooperativos. Cria-se um verdadeiro círculo vicioso. Não cooperam porque não têm condições técnicas e seus serviços são precários, e se seus serviços não são satisfatórios, e elas se isolam em função disso, logicamente, sua organização e eficiência não podem melhorar.

Cumprе ressaltar, porém, o importante papel das bibliotecas universitárias brasileiras nos primeiros sistemas ou redes de cooperação, pois é justamente nessas bibliotecas que se encontram os maiores recursos de informação em ciência e tecnologia, apesar de todas as suas deficiências, con

forme testemunho de HAGAR ESPANHA GOMES ⁷³ e PAULO PY CORDEIRO. ⁷⁴

Essas bibliotecas, portanto, precisam estar preparadas e organizadas internamente para se integrarem e ampliam esses programas.

De qualquer modo, elas vêm cada vez mais participando de programas cooperativos, porque têm compreendido o quanto eles são importantes para a melhoria de seus serviços de documentação e informação. E esse entrosamento se iniciou com os primeiros programas criados.

No Brasil, conforme EDSON NERY DA FONSECA, coube "à bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy a precedência nas iniciativas do estabelecimento dos sistemas, tanto de catalogação cooperativa, como de catálogos coletivos e de aquisição planejada". ⁷⁵

Para implantar um programa de catalogação cooperativa, foi organizado, em 1942, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), sob responsabilidade do DASP, da Fundação Getulio Vargas e do Departamento de Imprensa Nacional, passando posteriormente para responsabilidade do antigo IBBD, atual IBICT. Desse programa, que incluía impressão de fichas, participaram bibliotecas de todo o País, inclusive bibliotecas universitárias. Hoje, foi transformado no Programa de Catalogação Legível por Computador (Programa CALCO), que está sendo implantado pelo IBICT.

⁷³ GOMES, Hagar Espanha. op. cit. p. 65.

⁷⁴ CORDEIRO, Paulo Py. op. cit. p. 84.

⁷⁵ FONSECA, Edson Nery da. Condição essencial para o estabelecimento de uma rede nacional de informação científica e técnica. Belém, 1973. p. 1. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Bibliografia e Documentação, realizado em Belém, de 29 de julho a 4 de agosto de 1973.

Quanto ao Catálogo Coletivo, iniciou-se em 1947, na Fundação Getúlio Vargas, e foi transferido em 1954 para o atual IBICT. Corresponde a um registro de todas as publicações existentes nas bibliotecas cooperativas brasileiras, com a finalidade de localizar os documentos solicitados pelo usuário e até de fornecer-lhe cópias xerográficas ou microfilmadas. Atualmente, encontra-se em perfeito funcionamento o Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos que, além de atualizado, já tem divulgado catálogos em várias áreas do conhecimento. Em 1970, publicou o Catálogo Coletivo de Periódicos em Tecnologia e, em 1975, o de Ciências Agrícolas. Acha-se no prelo o de Biomedicina, enquanto o de Tecnologia está em fase de atualização e o de Ciências Sociais e Humanidades começa a ser preparado.

Uma das grandes dificuldades desses programas é conseguir colaboração regular dos participantes. Atualmente, as bibliotecas cooperantes são aproximadamente 700, de todos os estados brasileiros.

Entre essas bibliotecas, muitas são universitárias, pois é justo afirmar que todo esse trabalho do IBICT tem-se apoiado sobremaneira nas bibliotecas universitárias, participantes que são da Comissão Brasileira de Catálogo Coletivo Nacional. O IBICT criou centros regionais, atualmente em número de 12, com sede em algumas das bibliotecas centrais

universitárias. ⁷⁶ Esses centros coletam dados das bibliotecas de sua região, e além de organizarem um catálogo a nível regional, enviam cópia das fichas obtidas para o Nacional. Algumas universidades, com melhores condições de trabalho, já estão enviando esses dados, em parte, processados para o computador, a fim de facilitar o trabalho do Centro Nacional ou IBICT.

O Catálogo Coletivo é um instrumento valioso nos serviços de informação, básico para o estabelecimento dos sistemas de cooperação. Tendo como principal objetivo localizar o documento solicitado pelo usuário, possibilita e apóia outras iniciativas, como a aquisição coordenada ou planificada e o empréstimo-entre-bibliotecas.

⁷⁶ Os centros regionais com suas sedes e seus componentes são os seguintes: Rede de Bibliotecas da Amazonia - REBAM - (incluindo Estados do Amazonas, Pará, Acre e territórios de Roraima, Rondonia e Amapá), Biblioteca Central da Fundação Universidade do Maranhão (responsável pelos estados do Maranhão e Piauí), Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará (responsável pelo Ceará), Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco (Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas), Universidade Federal da Bahia (Estados da Bahia e Sergipe), Serviço de Informação Bibliográfica e Documentária da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (Estado de Minas Gerais), Biblioteca Central da Fundação Universidade de Brasília (Brasília, Goiás, Mato Grosso), Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense (antigo Estado do Rio e Universidade Federal do Espírito Santo), Universidade de São Paulo (Estado de São Paulo), Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná (Estado do Paraná), Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (Estado de Santa Catarina), Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Estado do Rio Grande do Sul), e Catálogo Coletivo Nacional do IBICT (regional do Rio de Janeiro e Nacional do Brasil).

EDSON NERY DA FONSECA diz que "é através dele que uma rede nacional de bibliotecas alcança seu objetivo final: o de localizar em, pelo menos, uma biblioteca da nação, qualquer documento produzido no mundo. Objetivo que os Estados Unidos procuraram alcançar através de sistemas coordenados de aquisição de material estrangeiro, como o Plano Farmington, ou o Latin-American Cooperative Acquisitions Program (LACAP)". 77

Realmente, não se pode entender o funcionamento de redes sem Catálogos Coletivos. É ele o seu ponto de apoio fundamental.

Para HAGAR ESPANHA GOMES, o "Catálogo Coletivo é um dos instrumentos para a solução do acesso a um documento, que se completa com a existência de uma rede de telecomunicações e de equipamentos para reprodução de documentos". 78

Quanto à publicação de catálogos coletivos, EDSON NERY DA FONSECA acha que "pode contribuir para a desejável conscientização do problema, ao escancarar perante os olhos estarecidos dos contribuintes as inúmeras duplicações resultantes da falta de uma política nacional em matéria de bibliotecas". 79

77 FONSECA, Edson Nery da. O Catálogo Coletivo como instrumento de coordenação entre bibliotecas. Revista do Serviço Público, 107(1):94, jan./abr. 1972.

78 GOMES, Hagar Espanha. A participação da biblioteca universitária no sistema nacional de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informações. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):73, mar. 1975. cit.

79 FONSECA, Edson Nery da. op. cit. p. 95.

De fato, dentro de uma mesma universidade e, às vezes, num único prédio, existe o mesmo título de periódico duplicado sem necessidade, quando outro título poderia ser adquirido.

O Catálogo Coletivo publicado pode chamar a atenção para esse ponto de suma importância e orientar, assim, programas de aquisição planejada.

Esse tipo de programa cooperativo - aquisição planejada - não teve muito êxito no Brasil. Entretanto, muitas universidades ainda que não tenham optado pela centralização total de suas bibliotecas já centralizam a aquisição, visando, assim, à racionalização desse serviço.

A cooperação tem-se desenvolvido também através de permuta e doação de publicações, algumas vezes, tomando por base listagens de duplicatas preparadas pelas bibliotecas e enviadas a outras congêneres e, outras vezes, aproveitando as publicações editadas pela universidade a que pertencem.

É digno de nota o trabalho em colaboração que vem sendo desenvolvido no Brasil, pelos chamados "Grupos de Bibliotecas" em áreas especializadas. Esses grupos são ligados às Associações de Profissionais Bibliotecários, a nível estadual, e se integram a grupos regionais e, finalmente, a Comissões Nacionais filiadas à Federação Brasileira de Associações Bibliotecárias (FEBAB).

A Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) tem tido um papel de destaque no campo das informações biomédicas. Resultante de um convênio entre a Organização Pan-Americana da Saúde, e o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Saúde, aproveitou, inclusive, serviços já existentes, pois está sediada na Escola Paulista de Medicina. A BIREME não

só elabora bibliografias, a pedido, como também envia cópias de artigos científicos solicitados pelos usuários por intermédio dos Subcentros Regionais. Esses Subcentros têm por se de bibliotecas universitárias. ⁸⁰

Outro programa, este de nível regional, que iniciou suas atividades em 1973, foi a Rede de Bibliotecas da Amazô

⁸⁰ Vale salientar que o trabalho de informação bibliográfica em Ciências Biomédicas, realizado em base de sistema regional pela BIREME, constitui também um dos primeiros sistemas internacionais de que o Brasil participa, porque está ligada, por telex, ao computador da Biblioteca Nacional de Medicina de Washington, Estados Unidos, beneficiando-se, portanto, de rápidas informações produzidas pelos programas MEDLARS II (Medical Literature Analysis and Retrieval Systems). O MEDLARS II é constituído, entre outros, pelos seguintes sistemas: MEDLINE (que significa MEDLARS on-line), CATLINE (Current Catalog on-line), CANCERLINE (bibliografia corrente sobre cancer), TOXLINE (bibliografia corrente sobre tóxicos) e SDILINE (Selective Dissemination on-line).

Desses, os mais importantes são o MEDLINE e o SDILINE. O MEDLINE teve início em outubro de 1971 e a memória-central (data-base) foi ampliada para incluir referências de 1.200 revistas, das 2.300 relacionadas no Index Medicus, passando o sistema a servir a 250 entidades médicas dos Estados Unidos, Havaí, Alasca, Canadá, Grã-Bretanha, França, Suécia e Brasil (BIREME, em São Paulo). O SDILINE, em 1972, ficou disponível para todos que de sejassem pesquisar somente na literatura médica mais recente. Assim, todas as citações do Index Medicus podem ser consultadas antes que o volume correspondente seja impresso.

Estas informações foram obtidas em "Automação de Bibliotecas nos Estados Unidos", que constituem notas de viagem de Lydia de Queiroz Sambaquy e outros, aos Estados Unidos, no período de 4 a 16 de agosto de 1975.

nia (REBAM), cuja finalidade principal é fazer um levantamento completo das publicações, de interesse da Amazônia Legal, existente nas bibliotecas dessa região e que se propuseram a integrar a rede. Esse sistema nasceu da dificuldade de se localizar, ou mesmo tomar conhecimento do que se publica na Amazônia Legal, ou sobre ela, considerada hoje importante pólo de desenvolvimento. A REBAM é, pois, uma espécie de grande sistema de documentação e informação, tendo por base um catálogo coletivo regional.

Portanto, todos esses programas cooperativos a que nos referimos podem ser considerados redes ou sistemas, para usar uma terminologia atual.⁸¹

⁸¹ Cabe, aqui, salientar que os conceitos de sistemas e redes, no campo da biblioteconomia, diferem de autor para autor, sendo, às vezes, empregados como sinônimos. LÉLIA GALVÃO DA CUNHA comenta que no trabalho resultante dos estudos para implantação do UNISIST de que falaremos adiante (UNESCO & ICSU. UNISIST; étude sur la réalisation d'un système mondial d'information scientifique. Paris, 1971.), a diferença entre rede e sistema estaria no tipo de integração realizada por cada um deles. Diz ela que os sistemas fazem a "integração vertical e, portanto, de forma hierárquica, dentro dos limites das organizações e dos serviços existentes ou planejados", enquanto "os contatos recíprocos ou não, entre tais sistemas ou entre bibliotecas isoladas constituem as redes - integração horizontal". Para a referida autora, o UNISIST seria, pois, uma rede de sistemas de uma rede de redes (veja CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. Sistemas de bibliotecas e redes de informação. Brasília, 1975. p. 3. Trabalho apresentado ao 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Brasília, de 20 a 25 de julho de 1975.). Mas, continua-se a fazer referência ao UNISIST como um sistema, e o próprio documento citado anteriormente, sobre sua implantação, dá um só conceito para sistema e rede. Diz ele: "Un système (ou réseau) mondial d'information scientifique est un ensemble d'éléments interdépendants qui contribuent ensemble au transfert de l'information des producteurs aux utilisateurs, selon des règles et des procédures identiques ou compatibles, dans la perspective d'échanges et d'interconnexions à l'échelle mondiale. Chaque composant peut lui-même être considéré comme un système, en égard à sa sous-intégration interne (verticale) ou encore un sous-système si l'on se réfère à ses connexions externes (horizontales) avec d'autres composants dans le projet mondial" (UNESCO & ICSU. op. cit. p. 94).

E essas redes e esses sistemas surgiram, como diz LÉLIA GALVÃO CALDAS DA CUNHA, da "necessidade de intensificar os trabalhos executados em cooperação e do interesse em acelerar o processo de transferência da informação".⁸²

Para atender a essa necessidade, em termos internacionais, a Unesco pensou em criar um Sistema Internacional de Informações Científicas e Técnicas (UNISIST).

Para estudar a viabilidade do UNISIST, em 1966 foi organizada uma comissão pela Unesco e pelo Conselho Internacional de Associações Científicas (CIUC).

Conforme documento apresentado pela referida comissão, o que inspirou a criação de um sistema mundial de informação foi "la constatation du rôle fondamental de l'information scientifique et technique dans presque tous les aspects de la vie moderne: non seulement la recherche scientifique et les applications technologiques, mais aussi l'action gouvernementale, l'activité industrielle, l'éducation, etc. Vient ensuite le souci tardif mais insistant d'assurer une maîtrise universelle du savoir scientifique, rendu accessible à toutes les sociétés, quels que soient leur localisation géographique, leur langue, leur statu économique, etc."⁸³

A referida comissão enfatiza que o problema da transferência de informação é apenas agravado pela explosão bibliográfica, pois resulta também de defeitos dos métodos de distribuição da informação, da insuficiência de fundos e de pessoal nas bibliotecas, barreira lingüística, enfim, de

⁸² CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. op. cit. p. 1.

⁸³ UNESCO & ICSU. Responsabilités de la société dans le transfert de l'information scientifique. In: UNISIST; étude sur la réalisation d'un système mondial d'information scientifique. Paris, 1971. c. 1, p. 13.

problemas estruturais dos canais de informação, além das novas e maiores necessidades de informação de pesquisadores e técnicos.

Tais problemas mereciam uma solução a nível internacional. E assim foi que surgiu o UNISIST, após quatro anos de estudos da comissão para tal fim designada. Foi ele então concebido como "un réseau souple procédant d'un élargissement de la coopération volontaire des services existents et à venir".⁸⁴

Logicamente, o UNISIST teria de ser alimentado por sistemas nacionais que passaram a ser designados como NATIS.

O papel do Governo é muito importante na organização desses sistemas nacionais, que podem ter formas diversas de um país para outro, mas precisam de uma certa normalização, já que farão parte de um sistema maior.

O sistema internacional não será simplesmente a soma dos sistemas nacionais, como cada um destes, por sua vez, não será o resultado da reunião de vários subsistemas especializados, e estes, de várias unidades de informação. A realidade de um todo não equivale à simples junção das partes.

Visto desta maneira, o Sistema de Informações Nacional, por outro lado, é um subsistema, tendo em vista o ambiente externo.

A ação conjunta deve, pois, ser inicialmente planejada em cada unidade de informação - biblioteca ou centro de documentação - de maneira integrada, visando aos contextos,

⁸⁴ UNESCO & ICSU. Présentation du rapport du Comité Central. In: _____. UNISIST; étude sur la réalisation d'un système mondial d'information scientifique. op. cit. p. préliminaires.

local, nacional, regional e internacional, sem esquecer a compatibilidade e a normalização.

Os NATIS devem, pois, integrar e complementar o UNISIST.

Entre as recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Planejamento de Infra-Estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, realizada em Paris, em setembro de 1974, figura maior ajuda da Unesco na organização de sistemas nacionais, especialmente nos países em desenvolvimento. A Conferência sugeriu também que, em dezembro de 1978, no máximo, estejam estabelecidos órgãos nacionais de coordenação, com atribuições claramente definidas, para examinar problemas e elaborar planos para aplicação do NATIS correspondente. Solicitou com empenho aos países-membros que, ao colocarem em prática os objetivos do NATIS, desenvolvam um sistema integrado que compreenda bibliotecas, documentação e arquivos.⁸⁵

O Governo brasileiro, que já se vinha preocupando em criar um sistema nacional de informações, com o estabelecimento do UNISIST procurou intensificar os estudos para implantação do Sistema Nacional de Informações Científicas e Técnicas (SNICT) que seria o NATIS brasileiro.⁸⁶

O SNICT reuniria sistemas setoriais e subsistemas, respeitando a total autonomia dos órgãos integrantes, sendo a participação de cada unidade programada de acordo com as suas possibilidades.

⁸⁵ CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE PLANEJAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS NACIONAIS DE DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. Paris, 1974. Informe final. Paris, Unesco, 1975. 67 p. (COM/MD/30).

⁸⁶ BRASIL. Secretaria do Planejamento. Plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico, 1973/74. PBDCT. Rio de Janeiro, IBGE, 1973. p. 141.

Os sistemas setoriais e subsistemas seriam estabelecidos por área de especialização e por clientela, podendo uma só entidade participar de vários subsistemas.

Integrariam o SNICT, como subsistemas, todos os órgãos da administração federal, sob a coordenação de um órgão central vinculado aos ministérios.

O SNICT atuaria "para execução de serviços e atividades de forma descentralizada, e de forma centralizada na coordenação de seus componentes".⁸⁷

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), antigo Conselho Nacional de Pesquisas, seria o órgão central que, por meio da Comissão de Coordenação, composta pelos coordenadores dos órgãos centrais dos subsistemas de informação, e presidida pelo presidente do CNPq, exerceria as funções de coordenação e operação.

O IBBD (atual IBICT) e a Biblioteca Nacional (BN) seriam os órgãos de apoio.

As bibliotecas universitárias participariam do SNICT através dos subsistemas setoriais dos quais fazem parte.

Conforme HAGAR ESPANHA GOMES,⁸⁸ o SNICT, depois de citado em Metas e bases para ação do Governo⁸⁹ constou de

⁸⁷ GRUPO DE TRABALHO SNICT. Relatório final. Rio de Janeiro, IBBD, 1973. 7 p. datilogr.

⁸⁸ GOMES, Hagar Espanha. A participação da biblioteca universitária no sistema nacional de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):70, mar. 1975.

⁸⁹ BRASIL. Presidência da República. Metas e bases para a ação do Governo. s. 1, Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1970. p. 116.

outros documentos como o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PNDES) 1972/74⁹⁰ e do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT).⁹¹

Apesar de os estudos sobre o SNICT terem se verificado em 1972 e 1973, somente agora em 1976 o Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica está sendo realmente criado pelo IBICT.

Contudo, anteriormente foram estabelecidos vários sistemas e subsistemas, tendo em vista a possível integração no SNICT, cuja criação era prevista, tais como o Sistema de Informação Jurídica (SIJUR), a cargo do Sistema Eletrônico de Processamento de Dados do Senado (PRODASEN), o Sistema de Informação Agrícola, tendo como órgão central o Centro Nacional de Documentação e Informação Agrícola (CENDIA) do Ministério da Agricultura, o Sistema Integrado de Documentação e Informática (SIDI) do Ministério da Fazenda, que comporia o Sistema de Informação Econômico-Financeira e Fisco-Tributária (SIEFT), o Sistema do Ministério dos Transportes, entre outros.

Mais recentemente, foi criado o Sistema de Informações Educacionais (SIEC) resultante do convênio entre o CNPq e o MEC.

Como esses, outros sistemas estão sendo criados no Brasil, em várias áreas governamentais, como resultado de um despertar ou conscientização das áreas governamentais, quanto ao valor das informações e à necessidade de organizá-las.

⁹⁰ BRASIL. Leis, decretos, etc. Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1972/74. PNDES (Lei nº 5.727 de 4 de novembro de 1971). Diário Oficial, 8 nov. 1972. Suplemento ao nº 211.

⁹¹ BRASIL. Secretaria do Planejamento. Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1973/1974. PBDCT. Rio de Janeiro, IBCE, 1973. p. 141.

O CNPq, após recente reformulação sofrida, criou o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em substituição ao IBBB, com vistas a dinamizar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT). A estrutura aglomerada coordenada de LISTON foi o modelo escolhido para a estrutura nacional de informação. No modelo citado, o IBICT pode interagir com a coordenação regional, e esta por sua vez com o nível subsequente, ou seja, a unidade de informação que contatará o usuário; ou pode se comunicar diretamente com qualquer um dos níveis de informação. O interessante, porém, é que, para evitar sobrecarga do órgão central, as consultas sejam feitas ao nível da estrutura de informação imediatamente superior ao de quem solicita. A cadeia natural, portanto, é a seguinte: o usuário recorre às bibliotecas ou centros de documentação; este, não possuindo a informação, dirige-se ao órgão de coordenação regional que, não tendo a informação solicitada, recorre então ao IBICT.

Essa estrutura lembra o enfoque sistêmico em que cada sistema é alimentado por vários subsistemas e sempre faz parte de um sistema maior.

No exterior, a cooperação em documentação está sendo feita em grande escala. Por isso, não é possível estudar atualmente sistemas e/ou redes de cooperação entre bibliotecas sem mencionar duas obras de interesse capital: a primeira, publicada pelo Departamento de Educação e Ciência da Grã-Bretanha - The scope for automatic data processing in the British Library - é um relatório sobre a aplicação do processamento de dados às operações e serviços da Biblioteca Britânica, em edição da Imprensa Real Inglesa. Esse relatório analisa a automação das bibliotecas nacionais inglesas, ou seja, Biblioteca do Museu Britânico (BMB), Biblioteca de Referência em Ciência (SRL), Biblioteca Nacional Central (BCL), Biblioteca Nacional de Empréstimos em Ciência e Tecnologia

(NLLST) e, finalmente, a Bibliografia Nacional Inglesa (BNB).⁹²

Assim, cinco das mais importantes organizações bibliotecárias da Grã-Bretanha se associaram, através de um programa de cooperação tão estreito que passaram a ser consideradas e tratadas como uma só instituição: "British Library", sendo o seu programa de automação e funcionamento programado e realizado em conjunto na mais perfeita integração de objetivos e serviços.

A segunda obra de valor primordial, para estudo das formas de intercâmbio entre bibliotecas, é a que descreve e analisa a cooperação bibliográfica nos Estados Unidos, trabalho da mais alta significação pelo exemplo extraordinário que apresenta. Trata-se de relatório encomendado pela National Commission for Libraries and Information Science, em 1974, à WESTAT INC. e que tem o título: "Resources and bibliographic support for a nation wide Library program".⁹³

Através desse estudo, fica-se sabendo que os Estados Unidos estão cobertos por sistemas e/ou redes de cooperação interbibliotecários. O relatório em questão identificou, em 46 estados, 164 redes de cooperação entre bibliotecas, sendo que em 16 estados existe apenas uma rede de cooperação estadual; em nove Estados, duas; em dez Estados, três; e, em onze Estados, mais de três. Somente no Estado da Califórnia existem 21 sistemas e/ou redes de cooperação entre as bibliotecas.

⁹² LINE, Maurice Bernard. The scope for automatic data processing in the British library. Report of a study into the feasibility of applying ADP to the operations and services of the British library. London, Her Majesty's Stat-Off., 1972. 2 v. xerogr.

⁹³ WESTAT, INC. Resources and bibliographic support for a nation wide library program. Final report to the National Commission for Libraries and Information Science. Washington, Got. Printing Off., 1974. 267 p.

As funções realizadas por essas redes são exatamente as mesmas, por exemplo:

- 118 redes realizam o empréstimo-entre-bibliotecas;
- 108 dispõem de teletipos para a troca de informações;
- 88 verificam entre si as citações bibliográficas duvidosas;
- 107 se incumbem de localizar a documentação que estiver sendo procurada, onde quer que se encontre;
- 52 fazem aquisição planejada;
- 37 mantêm serviços conjuntos para aquisição de publicações;
- 29 catalogam em cooperação;
- 26 mantêm serviços centralizados de tratamento das publicações;
- 28 desenvolvem vários programas de documentação e informação em conjunto.

É justo fazer lembrar que, nas redes mencionadas, estão incluídas quase todas, ou mesmo a totalidade das bibliotecas universitárias norte-americanas, entre elas, algumas que possuem coleções bibliográficas extremamente ricas, tais como a da Harvard University (8.859.478 livros), a da Columbia University (4.500.000 livros), sendo fácil compreender que já não é mais possível aceitar o divórcio ainda existente entre muitas das bibliotecas universitárias brasileiras, ou, até mesmo, entre as bibliotecas seccionais de uma mesma universidade.

Por tudo o que se falou, ficou bem claro que a participação ativa e crescente das bibliotecas universitárias brasileiras nos vários sistemas de informações, criados e a criar, são um imperativo resultante da sua própria importân

cia e responsabilidade. Não se pode negar a atuação que várias dessas bibliotecas vêm tendo em sistemas setoriais, como se afirmou anteriormente, mas a muitas delas falta um mímo de condições necessárias que permita e possibilite essa participação. A própria disfuncionalidade da estrutura de muitas bibliotecas universitárias também dificulta a integração dessas bibliotecas em redes. Há muitos casos em que, ao lado de problemas como falta de recursos humanos, materiais e financeiros, existe uma total falta de coordenação das atividades biblioteconômicas e documentárias dentro da mesma universidade.

Cumpra, portanto, que sérias e eficazes medidas sejam adotadas, de modo a capacitar cada vez mais as bibliotecas universitárias brasileiras a se desenvolverem em sistemas, ou em redes de cooperação interbibliotecária, de âmbito local, nacional, regional e mesmo internacional.

Hoje em dia, é esta a única forma de organização racional para setores de documentação e da informação, onde quer que estejam.

Será a falência das bibliotecas universitárias a sua atuação isolada, quer do ponto de vista de sua economia doméstica (ou seja, dentro de cada unidade universitária, ou mesmo em cada universidade individualmente), quer sob o aspecto mais geral de sua atuação em relação a outras bibliotecas de outras universidades.

Uma biblioteca pode ser considerada como um sistema aberto e dinâmico na medida em que integra todos os seus serviços, todas as suas atividades, e se desenvolve em íntima relação com o ambiente onde está inserida.

Um grupo de bibliotecas também pode ser considerado um sistema. É o caso, por exemplo, do conjunto de bibliotecas de uma universidade, ou da reunião de bibliotecas de várias instituições, pertencentes a uma mesma área de conhecimentos, ou a uma mesma região geográfica.

Por sua vez, cada uma dessas bibliotecas é parte de um sistema maior - a organização a que pertence.

Há, além disso, os sistemas locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais a que essas bibliotecas devem se integrar, quer isoladamente, quer através de outros sistemas.

É mister, pois, como imperativo categórico, que as bibliotecas universitárias se organizem em sistemas e/ou redes de cooperação, para bem servir às suas nobres finalidades.

Enquanto se pensa em coordenar as informações a nível internacional, em várias de nossas universidades há proliferação e desarticulação de bibliotecas.

No capítulo seguinte, abordaremos o resultado da nossa pesquisa sobre formas de organização, adotadas pelas bibliotecas das universidades brasileiras.

4 - PESQUISA SOBRE CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

4.1 - Apresentação e limitação da pesquisa

Nesta parte do trabalho, é apresentada a análise e interpretação dos dados colhidos através de questionários respondidos por 17 bibliotecas centrais universitárias e por 133 bibliotecas seccionais (veja Introdução da presente monografia).

As informações fornecidas pelas bibliotecas centrais foram complementadas, em certos pontos e aspectos, por dados coletados nas bibliotecas seccionais das 31 universidades brasileiras contatadas para a realização desta pesquisa.

Todas as bibliotecas incluídas na investigação realizada para este estudo pertencem a universidades federais, com exclusão das bibliotecas central e seccionais da Universidade de São Paulo (USP), que, pelos motivos já expostos na Introdução, foram também consideradas e analisadas.

Os muitos itens deixados em branco no questionário e algumas respostas inadequadas impediram-nos de tirar algumas conclusões conforme fora planejado e ter-se-ia concretizado, se tal não tivesse ocorrido.

Concordamos perfeitamente com o Grupo de Implantação da CIBU quando afirma que, pela complexidade do assunto, só a entrevista in loco, feita por pessoas devidamente treinadas, pode permitir um diagnóstico completo e autêntico da situação de nossas bibliotecas universitárias.¹

Há uma série de pormenores impossível de especificar nas perguntas de um questionário, pois o mesmo ficaria por demais longo, o que já predisporia, psicologicamente, os respondentes a uma não-resposta, levando-se em conta, muitas vezes, o acúmulo de trabalho e a não-disponibilidade de alguns dados, geralmente resultantes da insuficiência de pessoal em nossas bibliotecas universitárias.

Algumas questões, apesar de bastante claras, tiveram respostas inadequadas. É o caso, por exemplo, em que solicitamos o número de títulos de periódicos existentes na biblioteca, havendo quem respondesse o total do número de fascículos. Aliás, isso é fato que, quase sempre, ocorre em pesquisas desse tipo. A comparação dos dados de várias bibliotecas, nesse ítem, bem como o cruzamento dessa variável com outras, nos levaria a cometer graves enganos, pois haveria uma distorção completa dos resultados.

Embora longe de nós a pretensão de fazer uma análise global do panorama das bibliotecas universitárias no Brasil, algumas relações, ligadas aos problemas por nós enfocados, não puderam ser feitas pelos motivos já expostos.

¹ GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS, Niterói. Relatório. Belém, 1973. p. 3. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e 2º Encontro Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias. Belém, 29 jul. a 4 de ago. 1973. mimeog.

Entretanto, esperamos ter alcançado nosso principal objetivo de, não só levantar modelos de organização centralizada ou descentralizada das bibliotecas universitárias brasileiras, mas, sobretudo, identificar qual o modelo utilizado por esta ou aquela universidade.

Acreditamos também que algumas dessas informações possam colaborar para uma tomada de decisão mais racional, por parte de algumas universidades que ainda não optaram por uma forma de organização mais ou menos definitiva para suas bibliotecas.

Alguns itens do questionário visavam ao ponto principal, ou seja, determinar quais as universidades com bibliotecas mais centralizadas ou menos centralizadas, no sentido por nós já estabelecido na introdução deste trabalho.

4.2 - Graus de centralização

Várias bibliotecas têm modificado sua forma de organização, pressionadas, muitas vezes, por uma série de circunstâncias e fatores ambientais, numa tentativa de maximizar suas atividades e atingir seus objetivos.

Sabemos também que muitas mudanças ainda ocorrerão, sobretudo levando-se em conta que algumas dessas universidades e, portanto, algumas bibliotecas universitárias também atravessam um período de transição que se iniciou após a reforma universitária.

Muitas universidades ainda estão se adaptando a um dos cinco modelos de organização prescritos pela legislação

vigente, a que se refere NEWTON SUCUPIRA.²

Algumas universidades, entretanto, escolheram de início um dos modelos e aos poucos vão passando para outro. A Fundação Universidade do Maranhão (FUM), por exemplo, atualmente - início de 1976 - ainda mantém unidades tradicionais, como institutos e faculdades, aos quais estão ligados os departamentos, porém já criou os centros, a quem cabe coordenar faculdades e institutos de áreas de conhecimentos afins. Esse, porém, é um modelo transicional, devendo num futuro bem próximo, desaparecer as faculdades e institutos, ficando os departamentos diretamente ligados aos centros.

Além dessa mudança estrutural nas universidades, a questão da dispersão geográfica das unidades de ensino, quer pela falta de campus, quer pelo funcionamento apenas parcial do mesmo, parece afetar as bibliotecas. Estas também se organizam provisoriamente, muitas vezes, mantendo certa indefinição em termos de futuro, quanto à forma de organização a adotar.

Voltando ao caso da FUM, atualmente - início de 1976 - ela possui 11 bibliotecas. Esse número, porém, tende a diminuir à medida que as unidades de ensino continuam a se transferir para o campus. Isso

² SUCUPIRA, Newton. A condição atual da universidade e a reforma universitária. Brasil Universitário, São Paulo, Anais Científicos, 27(86/87):63, 1972.

porque, ocupando as unidades orédias próximos uns dos outros, possibilitam a fusão de bibliotecas. Apesar da dispersão geográfica existente, a aquisição e o processamento técnico do material bibliográfico já são feitos pela biblioteca central.

Quando da construção do prédio da biblioteca central, no campus, deverá então ser tomada a decisão quanto à adoção da centralização monolítica ou não. Em caso negativo, deverá ser resolvido se as bibliotecas deverão estar junto aos centros ou, enfim, qual a política a adotar quanto ao número e localização das bibliotecas.

Na realidade, com a criação dos centros, em algumas universidades houve fusão de várias bibliotecas de faculdades. Assim, ao invés de haver uma biblioteca em cada faculdade, em várias universidades passou a haver uma biblioteca por centro ou setor. Estes, como já falamos anteriormente, são órgãos coordenadores de faculdades, escolas e departamentos.

Nesse caso está a UFRJ, que reuniu na biblioteca do setor de tecnologia e setor de ciências exatas, o acervo de várias bibliotecas de antigas unidades, algumas com as publicações ainda sem nenhum preparo técnico.

A UFRJ possui, atualmente, um grande número de bi

bibliotecas bastante dispersas geograficamente, pois apenas parte da universidade funciona na Cidade Universitária. Está planejada, porém, sua nova estrutura, inclusive um sistema de bibliotecas.

Haverá diversas bibliotecas servindo aos centros, ocorrendo assim a fusão de várias bibliotecas de unidades. Aliás, isso já vem acontecendo, pois, conforme VILMA CORDEIRO, "no Centro de Ciências da Saúde, fundiram-se as antigas bibliotecas da Faculdade de Medicina, do Instituto de Nutrição, do Instituto de Biofísica e da Escola de Enfermagem. No Centro de Tecnologia, a da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) e as coleções de periódicos da Escola de Engenharia, do Instituto de Química e do Instituto de Eletrotécnica, possuindo o Centro uma listagem padronizada em computador, dos livros da Escola de Química, da Escola de Engenharia e do Instituto de Eletrotécnica".³ À medida que o mesmo for acontecendo nos demais centros, o trabalho bibliotecário irá se tornando cada vez mais integrado. Também a Biblioteca Geral, ligada ao Fórum de Ciência e Cultura, poderá nesse sistema ocupar a posição cêntrica de coordenadora das atividades bibliotecárias da universidade.

Na USP há uma grande descentralização de bibliotecas. A biblioteca central possui, entretanto, um Catálogo Coletivo das publicações existentes nas várias bibliotecas da universidade. Existe, também, uma Comissão de Integração das Bibliotecas, visando a um trabalho mais coordenado e racional.

³ CORDEIRO, Vilma de Lemos. A Universidade Federal do Rio de Janeiro e suas bibliotecas. In: _____ . O problema da informação na universidade. Rio de Janeiro, UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, 1976. p. 25-6.

Com alguns exemplos, demonstramos que, de fato, muitas bibliotecas universitárias estão passando por um período de transição, como afirmamos anteriormente.

Sem desconhecer o fato, o nosso propósito, porém, é determinar o estágio atual de nossas bibliotecas universitárias com referência a uma maior ou menor centralização.

Achamos que, para isso, seria necessário antes de tudo criar uma escala para medir o grau de centralização dessas bibliotecas. No contínuo centralização/descentralização haveria vários graus intermediários entre os dois extremos.

De acordo com critérios preestabelecidos (anexo 3), construímos inicialmente uma escala com sete graus de centralização onde, em seguida, procuramos colocar a(s) biblioteca(s) de cada universidade, conforme as respostas dadas a determinados itens do questionário aplicado às bibliotecas centrais. O grau de centralização/descentralização obtido refere-se ao conjunto de bibliotecas de cada universidade, se houver mais de uma, e não apenas à biblioteca central, pois as questões, embora respondidas por esta, são bastante abrangentes.

Assim, teremos a posição, na escala a seguir, das bibliotecas das 17 universidades brasileiras incluídas na pesquisa. O grau de centralização mais elevado é representado pelo algarismo 1. Logo, os algarismos aparecem em ordem crescente, e o grau de centralização decresce, à medida que se aproxima do final da escala.

ESCALA CENTRALIZAÇÃO/DESCENTRALIZAÇÃO COM 7 GRAUS

UnB							
UFV	UFAM						
UFRRJ	FUM						
UFACRE	UFGO			UFPB			
FUFMT	UFPI			UFRN			
UFROPE	UFSC	UFRGS	-	UFPR	USP	UFRJ	
1	2	3	4	5	6	7	

Vimos, assim, que na maioria das universidades brasileiras pesquisadas existe um elevado grau de centralização de suas bibliotecas, uma vez que, das 17, 11 estão distribuídas pelos graus 1 e 2.

Verificamos também que não existem bibliotecas, entre as pesquisadas, com o grau de centralização igual a 4, ou seja, que centralizem apenas os serviços técnicos, continuando a fazer a aquisição descentralizadamente. Existem, no entanto, três bibliotecas que centralizam a aquisição, o que nos leva a crer que, possivelmente, a centralização dos processos técnicos vem sempre após a centralização da aquisição, e não o inverso. Quando já existe centralização de aquisição e processos técnicos, o que chamamos de centralização operacional, a biblioteca já atingiu grau de centralização 3 e, no caso de haver também centralização administrativa, chega ao grau 2.

Aliás, a aquisição planejada que é recomendada desde muitos anos como medida de racionalidade, uma vez que é verdadeiramente impossível a uma biblioteca possuir tudo o que é publicado, em todos os campos do conhecimento, torna-se mais fácil, na universidade, quando há centralização da aquisição, como acontece, aliás, em 15 das 17 universidades estudadas.

Dissemos que é mais fácil em virtude do controle que pode haver, entretanto, outras variáveis interferem, como é o caso da dispersão geográfica, obrigando, muitas vezes, a haver duplicação de publicações em várias bibliotecas de uma mesma universidade.

Segundo GELFAND, "un accord assez général s'est fait, semble-t-il, sur l'idée que, dans une université, il est possible et souhaitable de centraliser assez fortement les acquisitions de la bibliothèque, du moins lorsque les diverses unités de l'université sont suffisamment proches les unes des autres pour qu'on puisse assurer entre elles des communications et des transports rapides et faciles".⁴

Outro ponto que podemos notar ao observar a posição relativa das bibliotecas universitárias na escala é que, geralmente, quando há centralização operacional, existe também centralização administrativa. Neste trabalho, a exceção é representada por um único caso - a UFRGS - onde há apenas centralização operacional.

Consideramos realmente importante a subordinação administrativa das bibliotecas seccionais às centrais, pois, quando isto não se dá, geralmente ocorrem problemas, uma vez que certas medidas administrativas atingem a operacionalidade de técnica das bibliotecas.

Uma vez alocadas as bibliotecas na escala, e, assim, determinado o grau de centralização de cada uma delas, passaremos a testar as hipóteses levantadas.

⁴ GELFAND, Morris. Gestion financière. In: _____ . Les bibliothèques universitaires des pays en voie de développement. Paris, Unesco, 1968. p. 163.

As variáveis que, em princípio, consideramos que afetam a centralização das bibliotecas universitárias e, assim, podem ser consideradas variáveis independentes são: o funcionamento total da universidade em campus, fatores históricos relativos à formação da universidade, pessoal e recursos materiais, acervo e população universitária.

Como não temos dados disponíveis que tornem possível testar a relação entre a variável dependente e todas as variáveis independentes que acabamos de citar, limitar-nos-emos àquelas que nos podem levar a alguma conclusão, esperando que as demais constituam objeto de outras pesquisas que possam vir a ser feitas, dando continuidade ao nosso trabalho.

Achamos, porém, que para os cruzamentos, uma escala com sete graus seria muito grande e resolvemos reduzi-la para apenas três graus (anexo 4). Ficou, assim, alterada a distribuição das bibliotecas pela escala que passou a ser a seguinte:

ESCALA DE CENTRALIZAÇÃO COM 3 GRAUS

	UFRGS	
	UFPb	
	UFRN	
UnB	UFPr	
UFV	UFAm	
UFRRJ	FUM	
UFACre	UFGO	
FUFMT	UFPI	USP
UFRPe	UFSC	UFRJ
<hr/>		
1	2	3
<hr/>		

Cruzaremos, então, a variável dependente centralização/descentralização com algumas variáveis independentes. Procuraremos ainda relacionar variáveis independentes entre si.

Quando falamos de variáveis dependentes, queremos nos referir àquelas cujos valores são influenciados por outras variáveis. Estas, por sua vez, são chamadas de variáveis independentes.

Também nesta escala o maior grau de centralização corresponde a 1 e, logicamente, o menor grau é 3, atribuído este às bibliotecas descentralizadas, como é o caso das bibliotecas da USP e da UFRJ.

4.3 - Cruzamento de variáveis

Vejamos, a seguir, os resultados dos cruzamentos das variáveis.

4.3.1 - Idade da universidade

Pareceu-nos interessante testar a existência, ou não, de relação entre a idade da universidade e grau de centralização de suas bibliotecas, pois, pela formação histórica das universidades, achamos que, quanto mais antigas, maior resistência apresentam à adoção de sistemas tendentes à centralização de suas bibliotecas.

Geralmente, as universidades brasileiras, sobretudo as mais antigas, resultaram da reunião de escolas isoladas, totalmente independentes, e que, mesmo após formarem

universidades, continuaram a gozar de grande autonomia. Assim, cada escola ou faculdade possuía uma biblioteca subordinada ao diretor dessas unidades de ensino. Apenas a biblioteca central, quando existia, era subordinada ao reitor e tinha sua função - de direito ou de fato - de coordenar as bibliotecas seccionais, dificultada pela subordinação destas aos diretores de faculdades, ou seja, por sua grande autonomia.

Diante dessa realidade, qualquer tentativa para uma certa centralização, ainda que de processos e técnicas, implicaria a perda e/ou diminuição de autonomia das bibliotecas seccionais, provocando reações contrárias à medida, por parte de muitos dirigentes dessas bibliotecas, ou mesmo da direção de algumas faculdades.

Entretanto, com o passar do tempo, tendeu-se a uma certa centralização ou coordenação das bibliotecas universitárias, apesar das resistências de muitos.

A universidade, como um todo, vem sofrendo uma série de modificações, inclusive estruturais, através da centralização de vários serviços, pois, dentro de uma mesma universidade, cada unidade de ensino montava a sua própria estrutura, com grande duplicação de meios e sem coordenação geral.

A partir de 1968, sobretudo, a reforma universitária desencadeou um processo de mudança que continua até nos dias, afetando também as bibliotecas.

ROBERTO FIGUEIRA SANTOS fala sobre a mudança que se operou na estrutura do poder da universidade, tendo os departamentos de ensino sido fortificados, enquanto que, nos lugares onde os diretores de unidades continuaram a existir,

seu poder diminuiu consideravelmente. Comenta que a centralização de numerosos serviços, antes afetos às diretorias de unidades, foi resultado da integração acadêmica pregada pela reforma universitária.⁵ Logicamente, entre esses serviços encontram-se os biblioteconômicos e documentários que, embora não mencionados especificamente, foram beneficiados pela reforma universitária.

A seguir, apresentaremos a tabela obtida através do computador, pelo cruzamento da variável dependente - Grau de centralização das bibliotecas - com a variável independente - Ano de criação da universidade.

Tabela 1

Cruzamento das variáveis Grau de centralização das bibliotecas e Ano de criação da universidade

		<u>Ano de criação</u>		
		Até 1940	1941-1960	Desde 1960
<u>Grau de centralização</u>	1 (muito centralizado)	1 (20%)	2 (28,5%)	2 (50%)
	2 (estr. equilibrada)	2 (40%)	5 (71,4%)	2 (50%)
	3 (muito descentralizada)	2 (40%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)

N = 16

DADOS AUSENTES = 1

TAU DE KENDALL b = -0,51

NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA = 0,0013

⁵ SANTOS, Roberto Figueira. As consequências imediatas da reforma universitária. Documenta, (160):19-33, mar. 1974. Tema apresentado ao 2º Encontro de Reitores das Universidades Públicas e Diretores dos Estabelecimentos Públicos Isolados de Ensino Superior.

Antes da interpretação da tabela, devemos determinar a técnica estatística apropriada à mesma, conforme o nível de medição adotado.⁶

- ⁶ O nível de medição mais simples é a escala nominal - agrupamento de vários elementos em categorias, conforme certas características comuns, sem dar-lhes, entretanto, uma ordem. Em seguida, vem a escala ordinal, que, além de classificar os elementos, ordena as categorias segundo o grau em que possuam uma determinada característica. A escala de intervalo, além de ordenar objetos, conforme o grau em que possuam determinada característica, indica a distância exata existente entre eles. Quando, pelo menos para uma das variáveis se empregou a escala nominal, a técnica estatística a utilizar é o Qui-quadrado (X^2), que nos permite verificar se as frequências obtidas em piricamente diferem significativamente, ou não, das frequências esperadas, conforme certos pressupostos teóricos. É mais válido, porém, usar a prova exata de FISHER, que equivale ao Qui-quadrado, quando o número de casos for muito pequeno, as escalas forem nominais e a tabela obtida for 2X2 - ou seja, tabela em que haja duas categorias para cada uma das variáveis. Por outro lado, para relacionar escalas ordinais, uma das técnicas adequadas é o TAU DE KENDALL que usamos neste trabalho, e que nos dá uma medida do grau de associação entre as duas variáveis. O TAU DE KENDALL possui algumas variações. Normalmente, usa-se TAU a, entretanto, quando há vários casos de empate nos valores das variáveis, deve-se utilizar o TAU b, ou TAU c, que são novas versões do TAU a, que, corrigindo a fórmula deste, aumentaria o valor do coeficiente TAU, evitando distorções nos resultados. Quanto a TAU b, deve ser empregado havendo empates e sendo a tabela quadrada, ou seja, 2X2, 3X3, etc. Já o TAU c é usado também no caso de haver empates, porém, quando as tabelas forem retangulares, quer dizer, 2X3, 3X4, etc. Os valores de TAU podem variar entre -1,0 e +1,0. Quando os valores são positivos, diz-se que há uma relação positiva entre as variáveis, isto é, elas estão ordenadas na mesma direção. Por exemplo: se a medida que o "grau de centralização das bibliotecas" aumenta, a "idade das universidades" aumenta, a relação entre elas é positiva. Sendo negativos os valores, a relação entre as variáveis é negativa, o que significa que elas estão ordenadas em direção diferente. É o caso, por exemplo, de a medida que aumenta o "grau de centralização das bibliotecas", diminui a "idade da universidade". Por outro lado, se o valor obtido for igual a 0 (zero), significa que não existe relação entre as variáveis. Em nossa pesquisa as escalas são sempre nominais e/ou

Na tabela apresentada, uma vez que as variáveis Grau de centralização das bibliotecas e Ano de criação das universidades obedecem a uma certa ordem, as duas constituem escalas ordinais. Além disso, como há três categorias para ambas as variáveis, dizemos que a tabela é 3×3 e, portanto, quadrada, o que nos leva a usar o TAU b, que, no caso, é igual a -0,51. Sendo este valor negativo, a relação entre as variáveis também é negativa. Realmente, observando a tabela vemos que quanto mais antigas as universidades, menos centralizadas suas bibliotecas. O nível de significância encontrado, neste caso, ⁷ foi de 0,0013, portanto, inferior ao nosso limite de 0,05, o que nos dá segurança de que existe uma relação não-casual entre grau de centralização das bibliotecas e ano de criação da universidade.

ordinais e as técnicas estatísticas que usamos foram o Qui-quadrado (X^2), a prova exata de FISHER e o TAU DE KENDALL, conforme o caso. (Veja SIGGEL, Sidney. Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento. São Paulo, McGraw-Hill, 1975. 350 p.; BLALOCK JR NICR, Hubert M. Estatística social. México, Fondo de Cultura Económica, 1966. 509 p.)

- ⁷ O nível de significância, ou seja, o limite de segurança para rejeição da hipótese nula pode variar. Para o nosso trabalho fixamos esse limite em 0,05, o que quer dizer que, quando o nível de significância encontrado for igual ou inferior a esse valor, há uma grande probabilidade de a relação encontrada entre as variáveis não ser meramente casual. No caso de encontrarmos nível de significância igual a 0,05, a probabilidade de não-casualidade atinge 95%.
- O nível de significância não indica a força da relação, mas apenas nos diz se podemos estar mais ou menos seguros de haver uma relação não-casual entre as variáveis. Ainda que provada com certa segurança a não-casualidade da relação entre as variáveis, ela se restringirá aos casos incluídos na pesquisa, não se podendo generalizar para a população, uma vez que não garantimos a representatividade da amostra, pois era nossa intenção trabalhar com a população-universo, o que não ocorreu por motivos circunstanciais (veja Introdução).

Observando a tabela 1, verificamos que das 16 universidades com dados disponíveis, cinco foram criadas até 1940, sendo que duas delas (40% das cinco) têm bibliotecas com grau de centralização 3, outras duas (40%) possuem grau de centralização 2 e, apenas uma (20%), tem grau de centralização 1; sete foram criadas entre 1941 e 1960, das quais cinco (71,4%) têm bibliotecas com grau de centralização 2, e duas (28,5%) com grau de centralização 1; quatro outras foram criadas após 1960, sendo que em duas delas (50%) o grau de centralização das bibliotecas é 1, e em outras duas (50%) o grau de centralização é 2.

A favor de nossa hipótese - quanto mais antigas as universidades, menos centralizadas são suas bibliotecas - são bastante significativos os seguintes fatos:

- a) as únicas universidades - no caso duas - com bibliotecas possuindo grau de centralização 3, encontram-se entre as mais antigas;
- b) entre as quatro universidades mais novas - criadas após 1960 - estão duas que possuem bibliotecas com grau de centralização 1.

Alguns casos apenas se comportam de maneira diferente do que esperávamos e, para melhor entender os resultados, resolvemos identificar as universidades (veja tabela 2 a seguir). Verificamos, por exemplo, que a UFV é o caso de universidade bastante antiga que possui biblioteca com grau de centralização 1, seguida pela UFRRJ. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de as referidas universidades terem tido uma formação histórica diferente da maioria de nossas universidades e, inclusive, por serem totalmente voltadas para a área de ciências agrícolas.

É inegável, portanto, uma tendência para maior cen

tralização nas bibliotecas pertencentes a universidades mais novas. Entretanto, queremos deixar bem claro que, além da variável idade da universidade, outras devem estar influenciando na variável dependente.

Observemos a tabela a seguir, em que se encontram identificadas as várias universidades:

Tabela 2

Relação das universidades de acordo com seu ano de criação e o grau de centralização de suas bibliotecas

ORDEM	UNIVERSIDADE	DATA DE CRIAÇÃO	GRAU DE CENTRAL. DE BIBLIOTECAS
1	UFPr	1912	2
2	UFV	1920	1
3	UFRJ	1920	3
4	USP	1934	3
5	UFRGS	1934	2
6	UFRRJ	1943	1
7	UFPe	1955	2
8	FUM	1958	2
9	UFRN	1959	2
10	UFGo	1960	2
11	UFSC	1960	2
12	UnB	1960	1
13	UFAm	1962	2
14	UFPI	1971	2
15	UFacre	1971	1
16	FUFMT	1972	1

4.3.2 - Ideia da biblioteca central

Todas as universidades pesquisadas possuem, hoje, bibliotecas centrais, muitas das quais criadas após a reforma universitária, com a finalidade de coordenar as atividades biblioteconômicas nas universidades.

Em 1974, ROBERTO FIGUEIRA SANTOS comentou sobre a necessidade de implantação de bibliotecas centrais universitárias como decorrência da reforma universitária para evitar fragmentação dos recursos bibliográficos. E continua dizendo que, "embora trabalhosa, é perfeitamente exequível a curto prazo e altamente vantajosa a centralização de determinados serviços, como sejam, a aquisição de livros, a assinatura de revistas, a organização do catálogo geral, a utilização da aparelhagem de reprografia, o intercâmbio com instituições estranhas à universidade, a uniformização de normas técnicas para o funcionamento das bibliotecas das unidades. E os efeitos benéficos desta centralização logo se fazem sentir pela eliminação de duplicações desnecessárias na aquisição de livros e revistas, pela melhoria da qualidade dos processos de seleção de novas aquisições, pela melhor utilização da aparelhagem de reprografias, além de outras".⁸

A nosso ver, o grau de centralização das bibliotecas universitárias brasileiras guardaria forte relação com a idade das bibliotecas centrais, pois achamos que as bibliotecas centrais mais novas já foram criadas visando, realmente, a uma certa centralização ou coordenação de serviços. Apesar disso, algumas bibliotecas centrais ainda não exercem suas reais funções, sendo apenas uma biblioteca a mais na universidade.

⁸ SANTOS, Roberto Figueira. As conseqüências imediatas da reforma universitária. Documenta, Rio de Janeiro, (160): 31, mar. 1974. cit.

no testar a nossa hipótese, de quanto mais nova a biblioteca central maior grau de centralização existe no conjunto de bibliotecas a que a mesma pertence, encontramos a tabela a seguir:

Tabela 3
Cruzamento das variáveis Grau de centralização das bibliotecas e Ano de criação da biblioteca central.

		Ano de criação		
		Até 1960	1961-1971	Desde 1972
Grau de centralização	1 (muito centralizada)	1 (25%)	2 (40%)	2 (40%)
	2 (estruturada equilibrada)	1 (25%)	3 (60,3%)	5 (29,4%)
	3 (muito descentralizada)	2 (50%)	0 (0%)	0 (0%)

N = 16

DADOS AUSENTES = 1

TAU DE KENDALL b = 0,25

NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA = 0,05

Como vemos, o nível de significância encontrado foi bom e a relação entre as variáveis é negativa, uma vez que o valor de TAU b foi negativo. Logo, a nossa hipótese foi confirmada.

Achamos que uma tabela que identificasse as universidades e as bibliotecas centrais, com seus respectivos anos de criação, permitir-nos-ia alguns comentários sobre os resultados obtidos.

Tabela 4

Relação das universidades de acordo com a data de criação da biblioteca central, a data de criação da universidade e o grau de centralização das bibliotecas

ORDEM	UNIVERSID.	DATA CRIAÇÃO BIBLI.CENTRAL	DATA CRIAÇÃO UNIVERSIDADE	GRAU DE CEN TRAL.BIBLIC.
1	UFV	1927	1920	1
2	USP	1947	1934	3
3	UFRJ	1950	1920	3
4	UFSC	1960	1960	2
5	UnB	1962	1960	1
6	FUM	1962	1958	2
7	UFPb	1968	1955	2
8	UFPr	1969	1912	2
9	UFacre	1971	1971	1
10	FUFMT	1972	1972	1
11	UFRGS	1972	1934	2
12	UFPI	1973	1971	2
13	UFGo	1973	1960	2
14	UFAM	1974	1962	2
15	UFRRJ	1974	1943	1
16	UFRR	1974	1959	2

Como achamos que a reforma universitária tenha contribuído para a criação de bibliotecas centrais e, também, para a adoção de determinado grau de centralização por nos as bibliotecas universitárias, aproveitamos para analisar os dados referentes a idade da biblioteca central e grau de centralização, relacionando-os com a idade da universidade e separando as bibliotecas centrais criadas antes e após a reforma.

São indícios dessa influência da reforma universitária nas bibliotecas:

- a) das 16 bibliotecas centrais com dados disponíveis, nove (56,2%) foram criadas após a reforma universitária, e uma (6,2%) no próprio ano da Lei nº 5.540/68,⁹ que se refere à criação de órgãos coordenadores nos vários setores da administração universitária;
- b) dessas 10 bibliotecas, duas - UFACre e FUFMT - foram criadas no mesmo ano que a respectiva universidade.

Quanto ao grau de centralização das bibliotecas das 10 universidades, há sete (70%) com grau de centralização igual a 2, e três (30%) com grau de centralização 1. Não há, portanto, universidades com bibliotecas centrais criadas após a reforma universitária com grau de centralização 3. Isso é bem sintomático.

É preciso ressaltar que, entre os graus 1 e 2, a distância existente é bem menor que entre os graus 2 e 3, uma vez que 3 indica descentralização, 2 já significa alguma centralização e 1 indica centralização total.

As seis bibliotecas centrais criadas antes da reforma possuem grau de centralização variando de 1 a 3. Dessas seis, as duas (33,3%) com grau de centralização 1 são as da UFV e da UnB. Esta última, embora tendo nascido em 1962, já trazia o germe da inovação como a própria universidade a

⁹ BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Diário Oficial, Brasília, 28 nov. 1968.

que pertence e que forneceu muitos subsídios à própria reforma universitária. A UFV também é um tipo de universidade diferente, voltada para a área de ciências agrícolas. Outras duas (33,3%), a da USP e a da UFRJ, como podemos observar pela tabela, são bem antigas e o grau de centralização de suas bibliotecas é 3, como esperávamos. Finalmente, as duas últimas (33,3%) - UFSC e FUM - têm grau de centralização igual a 2.

Como seria de esperar, apesar de comprovada nossa hipótese, concluímos que outras variáveis influem no grau de centralização das bibliotecas universitárias.

Acreditamos também que o grau de centralização do sistema bibliotecário de algumas dessas universidades não seja, atualmente, o mesmo da época em que foi criada a biblioteca central respectiva.

Muitas bibliotecas que pertenciam a faculdades isoladas sofreram modificações ao passarem a integrar a universidade. Com a criação das bibliotecas centrais, novas mudanças aconteceram. É possível, portanto, que dessa época para cá outras modificações tenham acontecido e alterado o grau de centralização das bibliotecas universitárias. Isso não implica, porém, que algumas delas tenham conservado o grau de centralização adotado desde o início. O fato é que a evolução da forma de organização das bibliotecas de cada universidade mereceria um estudo à parte.

4.3.3 - Número de bibliotecas nas universidades

Outra hipótese que levantamos é de que quanto maior o número de bibliotecas em uma universidade, menor o grau de

centralização das bibliotecas.

Ao testar essa hipótese, obtivemos a seguinte tabela:

Tabela 5
Cruzamento das variáveis Grau de centralização das bibliotecas e número de bibliotecas das universidades

		<u>Número de bibliotecas</u>		
		1	2 - 11	mais de 11
<u>Grau de centralização</u>	1 (muito centralizada)	6 (100%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
	2 (estr. equilibrada)	0 (0,0%)	4 (100%)	4 (80%)
	3 (muito descentralizada)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (20%)

N = 15

DADOS AUSENTES = 1

TAU DE KENDALL b = +0,72

NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA = 0,00

O nível de significância obtido foi ótimo, o que nos assegura a não-casualidade da relação - no caso, positiva - entre as duas variáveis.

Antes de tudo, porém, devemos frisar a relatividade dos resultados, uma vez que, a priori, já sabíamos haver relação entre as variáveis, pois o indicador usado para classificar o sistema de bibliotecas de uma universidade como tendo grau de centralização 1, era, exatamente, o fato de

aquela universidade possuir apenas uma biblioteca. É para serem classificados como tendo grau de centralização 2 e 3, o número de bibliotecas não importaria, bastando apenas que fosse diferente de 1, havendo outros indicadores que separariam as bibliotecas com grau de centralização 2, das bibliotecas com grau de centralização 3.

Pela tabela 5, verificamos que as seis universidades com grau de centralização de seu sistema biblioteconômico igual a 1, possuíam apenas uma biblioteca, como não poderia deixar de ser.

É necessário lembrar, porém, que quando falamos de centralização, não nos referimos simplesmente à centralização física, a qual seria medida apenas pelo número de bibliotecas de cada universidade.

Observamos também que as universidades que possuem de 2 a 11 bibliotecas, ou seja, quatro universidades, o grau de centralização de todas estas bibliotecas é 2. Já as universidades em que há mais de 11 bibliotecas - no caso, cinco universidades - o grau de centralização das bibliotecas de quatro dessas universidades é 2, e de uma é 3.

Na realidade, observamos que na universidade com maior número de bibliotecas, estas possuem grau de centralização 3, como esperávamos. Entretanto, vale lembrar que das duas universidades com bibliotecas com grau de centralização 3, uma deixou de ser incluída por falta de dados.

Ao identificarmos as universidades, relacionando-as com o respectivo número de bibliotecas (veja tabela a seguir), notamos que a universidade cujas bibliotecas possuem grau de centralização 3, e que não foi incluída, é a UFRJ,

que sabemos possuir muitas bibliotecas, e sua inclusão, portanto, só viria confirmar nossa hipótese.

Tabela 6

Relação das bibliotecas centrais de acordo com o número de bibliotecas da universidade

ORDEM	UNIVERSIDADE	Nº DE BIBLIOT.	GRAUS DE CENTRALIZAÇÃO
1	UFRPe	1	1
2	FUFMT	1	1
3	UFACre	1	1
4	UFRRJ	1	1
5	UFV	1	1
6	UnB	1	1
7	UFPI	2	2
8	UFERN	7	2
9	UFAM	7	2
10	UFPr	9	2
11	FUM	11	2
12	UFSC	14	2
13	UFpb	15	2
14	UFRGS	30	2
15	USP	52	3

Apesar dessa situação de multiplicidade de bibliotecas em algumas universidades brasileiras, que nada mais é que o simples reflexo da formação histórica da própria universidade, constata-se uma certa tendência para maior centralização e diminuição do número de bibliotecas.

Como já falamos antes, tem havido a fusão de muitas bibliotecas de unidades formando, quase sempre, as bibliotecas dos centros, como já vem ocorrendo na própria UFRJ, na qual, entretanto, ainda não foi dada à biblioteca geral a coordenação das atividades biblioteconômicas.

De qualquer modo, nossa hipótese foi confirmada.

4.3.4 - Funcionamento total ou parcial da universidade no campus

A nosso ver, a simples existência de campus universitário afeta o grau de centralização das bibliotecas universitárias, pois permite uma maior concentração das unidades de ensino, dificilmente conseguida fora do campus. Quando este não existe, a universidade, e, portanto, as bibliotecas também estão dispersas por toda a cidade.

Para efeito desta pesquisa, decidimos abandonar a variável "existência de campus" por não ser significativa, uma vez que, das 17 bibliotecas incluídas no trabalho, apenas uma não possui campus.

A partir daí, resolvemos trabalhar com outra variável, o funcionamento total da universidade no campus, elaborando a hipótese de que, à medida que cada universidade vai transferindo suas unidades de ensino para o campus, vai aumentando o grau de centralização de suas bibliotecas.

Testando essa hipótese, encontramos o seguinte resultado:

Tabela 7

Cruzamento das variáveis Grau de centralização das bibliotecas e localização das universidades

Funcionamento total da universidade no campus

		Sim	Não
Grau de centralização	1 (muito centralizada)	4 (80%)	1 (9,1%)
	2 (estr. equilibrada)	1 (20%)	8 (72,7%)
	3 (muito descentralizada)	0 (0,0%)	2 (18,2%)

Qui-quadrado = +8,14

NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA = 0,02

Para este caso, usamos o Qui-quadrado, pois, pelo fato de termos uma escala ordinal - para grau de centralização - e uma escala nominal - para funcionamento total no campus - faz-se a análise a nível nominal.

O nível de significância encontrado foi bom, sendo positiva a relação entre as variáveis. Podemos estar, portanto, seguros da não-casualidade dessa relação.

Olhando a tabela, observamos que em 16 universidades há cinco (31,3%) que já funcionam totalmente no campus. Dessas cinco, quatro (80%) possuem grau de centralização 1 e uma (20%) possui grau de centralização 2. Por outro lado, das 11 universidades (68,8%) que estão funcionando apenas parcialmente no campus, oito (72,7%) têm bibliotecas com grau de centralização 2, duas (18,2%) têm bibliotecas com grau de centra

lização 3, e há um caso apenas (9,1%) com grau de centralização 1. Tudo indica, pois, que com a transferência total de uma universidade para a Cidade Universitária, tende a aumentar o grau de centralização de suas bibliotecas. Vemos, perfeitamente, que isso pode ser comprovado pelo fato de que: a) quase todas as universidades que já funcionam totalmente no campus possuem grau de centralização 1; b) as duas únicas universidades que possuem bibliotecas com grau de centralização 3, ainda estão com suas unidades de ensino dispersas geograficamente. Observemos as tabelas a seguir que nos permitirão mais alguns comentários.

Tabela 8

Relação das universidades de acordo com sua localização e grau de centralização das bibliotecas

ORDEM	UNIVERSIDADES	GRAU DE CENTRALIZAÇÃO
1.	Totalmente no <u>campus</u>	
1.1	UnB	1
1.2	FUFMT	1
1.3	UFRRJ	1
1.4	UFV	1
1.5	UFRGS	2
2.	Parcialmente no <u>campus</u>	
2.1	UFRPe	1
2.2	UFGO	2
2.3	FUM	2
2.4	UFPb	2
2.5	UFPI	2
2.6	UFRN	2
2.7	UFSC	2
2.8	UFAM	2
2.9	UFPr	2
2.10	USP	3
2.11	UFRJ	3

Nota-se que a UFRPe, apesar de ainda parcialmente no campus, tem sistema bibliotecário com grau de centralização 1. Isso, porém, de nada invalida a comprovação de nossa hipótese, pois se trata de um caso isolado.

Cumpramos chamar a atenção, também, para o fato já comentado anteriormente de que a UFRJ, à medida que se está transferindo para a Cidade Universitária e funcionando em termos de centros, tem diminuído o número de suas bibliotecas. Tem havido, portanto, uma tendência à centralização, embora a biblioteca geral ainda não ocupe de fato a posição que lhe cabe no sistema de bibliotecas da UFRJ. Isso, porém, virá a acontecer possivelmente num futuro bem próximo, como também acreditamos que a USP venha a ter um sistema biblioteconômico mais centralizado.

A nosso ver, dentro de certo espaço de tempo, quando cada universidade estiver funcionando totalmente no campus, as bibliotecas universitárias terão grau de centralização igual a 1 ou 2. Não acreditamos que todas passem a adotar a centralização monolítica ou grau de centralização 1. Em certas circunstâncias, não seria funcional.

Há também uma série de outras variáveis que podem influir no modelo adotado e/ou na eficácia do mesmo, como se já, universidades com unidades de ensino em mais de uma cidade, como é o caso da USP e da UFPb, e universidades com dois campus, como a UFRPe e a UFGO.

Tendo confirmado nossa hipótese de que o grau de centralização das bibliotecas universitárias tende a aumentar com o funcionamento total da universidade no campus, achamos que seria quase óbvio que esta mesma variável influísse no número de bibliotecas dessa universidade. Isso porque o

maior grau de centralização - centralização monolítica - é indicado simplesmente pela existência de uma única biblioteca na universidade. Resolvemos, porém, testar, e obtivemos a tabela a seguir:

Tabela 9

Cruzamento das variáveis Localização das universidades no campus e Número de bibliotecas das universidades

		<u>Funcionamento total da Universidade no campus</u>	
		Sim	Não
<u>Número de bibliotecas</u>	1	4 (80%)	1 (9,9%)
	2 - 11	0 (0,0%)	5 (45,4%)
	mais de 11	1 (20%)	5 (45,4%)

Qui-quadrado = 8,4

NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA = 0,015

Pelo nível de significância obtido, concluímos que a relação existente entre as duas variáveis não é meramente casual.

Observando a tabela, vemos que:

- a) de cinco universidades, (31,3%) que funcionam totalmente no campus, quatro (80%) possuem uma única biblioteca, enquanto apenas uma universidade (20%) - UFRGS - possui mais de uma biblioteca;

- b) de 11 universidades (68,8%), parcialmente no campus, cinco (45,5%) possuem entre 2 e 11 bibliotecas, outras cinco (45,5%) têm acima de 11 bibliotecas e apenas uma (9,1%) - a UFRPe - possui uma só biblioteca.

Isso comprova que as universidades que já funcionam totalmente no campus têm optado por menor número de bibliotecas. Aliás, quase todas enquadradas nesse caso possuem apenas uma biblioteca. Ao mesmo tempo, as que estão parcialmente no campus têm sempre - com exceção de um caso - mais que uma biblioteca.

As duas únicas universidades que apresentam comportamento diferente do que esperávamos são a UFRGS e a UFRPe. Outras variáveis devem ter influenciado nesses dois casos e estudos futuros poderão revelar isso.

4.3.5 - Distância entre a biblioteca central e as unidades de ensino

Para alguns autores, a distância entre a biblioteca central e as unidades de ensino nunca deveria ir além de 10 minutos a pé. Uma grande distância, pois, entre a biblioteca central e as unidades, ainda que no campus, justificaria a descentralização do acervo.

Nossa hipótese é de que quanto maior a distância entre a biblioteca central e as unidades de ensino, menor o grau de centralização das bibliotecas.

Às vezes, inclusive, embora considerando as vantagens da centralização da aquisição e dos processos técnicos,

ela não é adotada porque as distâncias entre a biblioteca central e as bibliotecas seccionais (que funcionam nas unidades) dificultam a distribuição e o transporte das publicações.

É de se supor, também, que desejando-se a integração universitária nas universidades onde a biblioteca central já funcionasse no campus, ela ocupasse uma posição cêntrica, inclusive no sentido físico, equidistante de todas as unidades de ensino. Isso faria com que essas universidades optassem, quase sempre, pela centralização monolítica para suas bibliotecas. É lógico que tal decisão dependeria também da extensão do campus.

Vejamos os resultados encontrados:

Tabela 10

Cruzamento das variáveis Grau de centralização das bibliotecas e Distância da biblioteca central às unidades de ensino

		<u>Distância da biblioteca central às unidades</u>	
		5 a 10 minutos	mais de 10 min.
<u>Grau de centralização</u>	1 (muito centralizada)	3 (42,8%)	3 (30%)
	2 (estr. equilibrada)	4 (57,1%)	5 (50%)
	3 (muito descentralizada)	0 (0,0%)	2 (20%)

N = 17

TAU c = +0,24

NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA = 0,08

Neste caso, qualquer relação encontrada poderia ser meramente casual, uma vez que o nível de significância obtido ultrapassou os limites de segurança determinados para este estudo.

De qualquer modo, faremos alguns comentários sobre a tabela.

De início, devemos adiantar que, das 16 universidades que possuem campus funcionando total ou parcialmente, 13 (81,2%) já estão com a biblioteca central instalada na própria Cidade Universitária. Como exceção, temos a UFRJ, a FUM e a UFAM.

Pela tabela a seguir, identificaremos as universidades cujas bibliotecas centrais estão a maior ou menor distância das unidades.

Tabela 11
Relação das bibliotecas centrais de acordo com a distância que guardam das unidades de ensino e grau de centralização das bibliotecas

ORDEM	BIBLIOTECAS CENTRAIS	GRAU DE CENTRALIZAÇÃO
1.	Menos dist. das unidades	
1.1	UFV	1
1.2	UFRPe	1
1.3	FUFMT	1
1.4	UFRGS	2
1.5	UFGO	2
1.6	UFPb	2
1.7	UFPI	2
2.	Mais dist. das unidades	
2.1	UnB	1
2.2	UFRRJ	1
2.3	UFSC	2
2.4	UFPr	2
2.5	UFPA	2
2.6	FUM	2
2.7	UFAM	2
2.8	UFRJ	3
2.9	USP	3

De fato, não se constata relação entre as variáveis, pois bibliotecas com grau de centralização 1 guardam grande distância entre si e as unidades, como é o caso da UnB e da UFRRJ.

Por outro lado, o item do questionário relativo a esta variável que estamos estudando deve ter sido um tanto vago, levando a respostas inadequadas, invalidando, assim, quaisquer conclusões. Nota-se isso ao se perceber que a UFRPe, a FUFMT, a UFGO, a UFPb e a UFPI classificaram como pequena - de 5 a 10 minutos - a distância entre suas bibliotecas e as unidades de ensino. Ora, se essas universidades funcionam apenas parcialmente no campus e as suas bibliotecas centrais já estão lá, é de se supor que a distância entre estas e as unidades que ainda não estão no campus seja superior a 10 minutos a pé.

Assim, nossa hipótese deve ser abandonada, por falta nos próprios dados coletados.

4.3.6 - Recursos orçamentários

A questão de recursos orçamentários é, geralmente, tida como ponto crítico de nossas bibliotecas universitárias.

Comentando o Seminário Regional sobre Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina, realizado em Mendoza, na Argentina, MILCZEWSKI disse que "resulta muy significativo que los presentes estuvieran de acuerdo en que las deficiencias encontradas en los distintos estudios hechos en las bibliotecas podrían ser eliminados si el apoyo económico fuese más adecuado. Para conseguirlo se recomendó que la biblioteca debería recibir por lo menos un 5% del total del presupuesto universitario destinado a fines

educativos".¹⁰

Parece razoável esperar uma certa relação entre os recursos da universidade e o grau de centralização de suas bibliotecas. Levantamos a hipótese de que as universidades com menores recursos teriam bibliotecas mais centralizadas, evitando duplicação de meios para fins idênticos.

Infelizmente, os dados disponíveis quanto aos orçamentos das universidades para 1974 e 1975 e previsão para 1976 são poucos, não nos permitindo uma análise mais completa.

Resolvemos testar nossa hipótese com base no orçamento de 1975, uma vez que a média dos três últimos anos, por exemplo, não seria possível utilizar por falta de alguns dados.

Achamos válida essa decisão, pois, pelos dados que conseguimos de algumas universidades, nos três anos citados, a posição relativa das universidades, no que diz respeito a orçamento, quase não se modificou, sobretudo de 1974 para 1975.

Em todos os casos, houve um aumento de 1974 para 1975, enquanto de 1975 para 1976, houve alguns decréscimos.

Senão, vejamos:

¹⁰ MILCZEWSKI, Marion A. Las universidades y sus bibliotecas. In: _____. Estructura de la biblioteca universitaria en la América Latina. op. cit. p. 7.

Tabela 12

Relação das universidades de acordo com seus orçamentos no período de 1974-1976

ORDEM	UNIVERSIDADE	ORÇAMENTO 1974	ORÇAMENTO 1975	ORÇAMENTO 1976
1	UFRPe	-	30.040	44.107
2	FUM	32.835	42.252	66.954
3	UFPI	36.529	55.041	41.216
4	UFAM	43.952	68.484	-
5	UFRRJ	51.224	73.684	56.418
6	UFV	58.494	101.772	106.017
7	UFGO	70.038	92.920	-
8	UFRN	100.377	147.900	175.282
9	UFPb	114.500	179.667	139.345
10	UFERS	124.307	245.130	365.469

Obs. - Os valores estão divididos por 1.000.

Tendo em vista a posição relativa das universidades constatada pela tabela, com referência a 1974 e 1975, achamos que poderíamos escolher os valores orçamentários relativos a um desses dois anos, para cruzá-los com o grau de centralização das bibliotecas universitárias.

Também é bom frisar que os dados de 1976 eram apenas uma previsão.

Como as respostas ao questionário representam a situação das bibliotecas universitárias brasileiras entre novembro de 1975 e janeiro de 1976, resolvemos optar pelo orçamento de 1975.

Vejamos como se deu o cruzamento com a variável dependente:

Tabela 13

Cruzamento das variáveis Grau de centralização das bibliotecas e Orçamento das universidades em 1975

Orçamento das universidades em 1975

		Orçamento das universidades em 1975		
		Até 55.041	55.041-101.772	Mais que 101.772
Grau de centralização	1 (muito centralizada)	1 (33,3%)	2 (50%)	0 (0,0%)
	2 (estruturada equilibrada)	2 (66,6%)	2 (50%)	3 (100%)
	3 (muito descentralizada)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)

N = 10

CASOS AUSENTES = 7

TAU DE KENDALL b = +0,62

NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA = 0,005

Obs. - Os valores estão divididos por 1.000.

Neste caso, embora tenhamos agrupado os valores orçamentários em três categorias, com limites máximos e mínimos, dando idéia de escala de intervalos, de fato a variável foi tratada a nível ordinal, uma vez que não foram estabelecidos intervalos regulares. Antes, procurou-se colocar em cada categoria, um número mais ou menos aproximado de casos.

O nível de significância obtido foi bom, entretanto, vale notar que o número de casos foi bem pequeno, além

de não se encontrar, entre eles, nenhum caso de bibliotecas com grau de centralização 3, o que se não tivesse ocorrido poderia, talvez, nos permitir algumas inferências.

Algumas observações, porém, poderão ser feitas.

Nota-se uma grande disparidade nos orçamentos das universidades, que variam de 30 a 245 milhões de cruzeiros. É lógico que os orçamentos variam em função de uma série de variáveis, inclusive, tamanho das universidades, número de cursos oferecidos e número de alunos. Entretanto, acreditamos que os valores apresentados incluem verbas de convênios, enquanto algumas, talvez, não o tenham feito, o que bastaria para invalidar os resultados.

Vejamos a seguir como se tem comportado o orçamento das bibliotecas no período de 1974 a 1976.

Tabela 14

Relação das bibliotecas universitárias de acordo com seus orçamentos de 1974 a 1976

ORDEM	UNIVERSIDADES	ORÇAMENTO BIBL. 1974	ORÇAMENTO BIBL.1975	ORÇAMENTO BIBL.1976
1	FUM	80	85	210
2	UFGO	180	300	350
3	UFRN	320	190	5.019
4	UFPr	570	1.100	-
5	UFRGS	995	1.110	-
6	UnB	6.500	9.600	120.000

Obs. - Os valores estão divididos por 1.000.

Da mesma maneira que as universidades, as bibliotecas têm, geralmente, a mesma posição quanto aos valores orçamentários nos anos de 1974 e 1976. Apenas a UFRN teve em 1975 orçamento menor que em 1974; porém, em 1976 houve um aumento muito grande. É provável que esse aumento tenha se verificado em função de convênios.

Também a UnB teve em 1976 um grande aumento no orçamento, possivelmente pelo mesmo motivo apontado.

A seguir, relacionaremos o orçamento das bibliotecas em 1975 com o grau de centralização das mesmas.

Tabela 15

Relação das bibliotecas de acordo com Grau de centralização e orçamento para 1975

ORDEM	UNIVERSIDADES	ORÇAMENTO BIBLIOTECAS 1975	GRAU DE CENTRALIZAÇÃO
1	FUM	85	2
2	UFRN	190	2
3	UFGo	300	2
4	UFPr	1.100	2
5	UFRRGS	1.110	2
6	UnB	9.600	1

Obs. - Os valores estão divididos por 1.000.

Este caso é bem semelhante ao anterior, em que temos amostra muito pequena e quase todas as bibliotecas possuem grau de centralização 2, não permitindo, assim, que se façam inferências sobre o assunto.

Outro ponto importante, em relação a orçamento, é conhecer a percentagem destinada pelas universidades às suas bibliotecas.

Já nos referimos antes (nota 10) a comentários de MIICZEWSKI sobre o assunto. Também GELFAND fala sobre isso dizendo: "Les dépenses afférentes à la bibliothèque, exprimées en pourcentage des dépenses que l'université consacre à l'enseignement et à la recherche, constituent une donnée à laquelle on attache de plus en plus d'importance. On considère communément que 5% représentaient le pourcentage minimal pour les bibliothèques de collège universitaire et de petite université. Cependant, toutes ces normes doivent être maniées avec précaution. Une bibliothèque nouvelle en voie de développement peut exiger beaucoup plus que ces 5% et une bibliothèque ancienne en cours de réorganisation et d'accroissement davantage encore".¹¹

Vejamos quanto as nossas universidades têm, geralmente, dedicado às suas bibliotecas:

Tabela 16

Relação das universidades de acordo com a percentagem do seu orçamento dedicada às bibliotecas nos anos de 1974-1976

ORDEM	UNIVERSIDADES	Percentagem em 1974	Percentagem em 1975	Percentagem em 1976
1	FUM	0,24%	0,20%	0,31%
2	UFRN	0,32%	0,13%	2,8%
3	UFGo	0,26%	0,32%	-
4	UFGRS	0,80%	0,45%	-

¹¹ GELFAND, M. A. Gestion financière. In: Les bibliothèques universitaires des pays en voie de développement. Paris, Unesco, 1968. p. 157-8.

Infelizmente, foram poucos os dados disponíveis, com respeito a esse item, só nos permitindo conhecer a referida percentagem em quatro universidades. Ao contrário do que é, geralmente, recomendado, nessas universidades é muito pequena a percentagem destinada às bibliotecas.

Cumprе lembrar que nesses quatro casos os valores se referem não só à biblioteca central, mas a todo o sistema bibliotecário dessas universidades.

Também se pode observar que de 1974 p r 1975, na FUM, na UFRN e na UFRGS o percentual baixou ainda mais. Já na UFRN o percentual subiu de 0,13%, em 1975, para 2,8% em 1976.

Assim, pode-se sentir que, de fato, o orçamento é um dos pontos de estrangulamento de nossas bibliotecas universitárias, responsável por muitos de seus problemas de acervo, pessoal, material e equipamento e instalações. Por outro lado, esses orçamentos, muitas vezes, são fragmentados por um sem número de bibliotecas que terminam sem poder, de fato, realizar algo com verba tão irrisória. Um orçamento global para o sistema bibliotecário de uma universidade, a ser movimentado pela biblioteca central, parece ser a medida mais racional e econômica. Há, inclusive, com respeito a orçamento, outros problemas como o fato de algumas bibliotecas não constituírem unidade orçamentária, o que faz com que elas não saibam com quanto podem contar para a sua programação. Acontece também que, muitas vezes, a biblioteca não participa da elaboração do orçamento-programa.

A aquisição de publicações é, geralmente, muito sacrificada em algumas universidades, pois, além dos problemas citados, há também sérios entraves burocráticos à compra de material bibliográfico.

O fato de a aquisição ser feita descentralizadamente em várias universidades é um processo totalmente irracional e dispendioso. Além disso, se a verba da biblioteca já é normalmente irrisória, é lógico que a parte destinada a material bibliográfico será ainda menor e, portanto, insuficiente para atender às necessidades dos usuários, sobretudo levando-se em conta o alto preço dos livros e documentação em geral.

Pela tabela a seguir, podemos ter uma idéia de quanto nossas bibliotecas universitárias têm despendido com material bibliográfico.

Tabela 17

Relação das universidades de acordo com a verba para material bibliográfico no período de 1974-1976

ORDEM	UNIVERSIDADES	VERBA MAT. BIBL. 1974	VERBA MAT. BIBL. 1975	VERBA MAT. BIBL. 1976
1	UFRRJ	18	250	600
2	UFACre	35	65	100
3	UFPI	70	328	-
4	UFMT	100	120	100
5	UFGo	100	80	90
6	UFPe	110	110	-
7	UFRN	300	113	3.500
8	UFPr	464	937	-
9	UFERS	850	957	1.400
10	UnB	3.250	4.800	72.000
11	UFPA	-	-	700

Obs. - Os valores estão divididos por 1.000.

Embora na maioria dos casos tenha havido um incremento de ano para ano, em termos das necessidades existentes, de um modo geral, isso representa muito pouco.

Houve também casos de decréscimo, como aconteceu com a UFGO e a UFRN no ano de 1975 em relação a 1974, e com a FUFMT no ano de 1976 em relação a 1975.

Nota-se ainda grandes diferenças entre os valores destinados a material bibliográfico pelas várias bibliotecas, o que, aliás, em parte, é reflexo das diferenças de orçamentos das próprias universidades e de suas bibliotecas. Essas desigualdades são explicáveis, até certo ponto, por uma série de variáveis, como tamanho da universidade, número e tipos de cursos e de usuários, entre outras. Não se pode negar, porém, que influi bastante a visão que a administração superior da universidade tem a respeito de bibliotecas e de acordo com a qual traça sua política biblioteconômica.

Sendo a verba para material bibliográfico pequena, de um modo geral, deve-se procurar a maneira mais racional possível para utilizá-la.

O que se constata, muitas vezes, porém, é a duplicação desnecessária de inúmeros títulos, não só de livros, mas também de periódicos, em várias bibliotecas de uma mesma universidade, inclusive funcionando, às vezes, no mesmo prédio.

De um modo geral, a existência de várias bibliotecas em uma mesma universidade, com orçamentos independentes e sem coordenação geral, é responsável por essa situação.

Assim, a aquisição centralizada ou, pelo menos, planejada, com a conseqüente localização do acervo bibliográfico

fico nas várias bibliotecas de uma mesma universidade, obceq vando critérios racionais, propicia melhor aproveitamento dos recursos, para esse fim destinados.

Seria por demais simplista, porém, acreditar que a aquisição centralizada resolve totalmente o problema, pois há várias universidades com bibliotecas seccionais ainda dis persas, obrigando, não raro, a uma duplicação desnecessária e onerosa.

Pela tabela a seguir, podemos ver que, além das seis bibliotecas com centralização monolítica, há nove outras que têm aquisição centralizada. Dessas nove, apenas três - FUM, UFPI e UFRN - afirmam não possuir o mesmo título de pu blicação em várias bibliotecas seccionais. Aliás, a UFPI possui apenas duas bibliotecas, incluindo a biblioteca cen tral.. A FUM realmente coloca as publicações nas bibliotecas conforme o assunto das mesmas. As outras cinco, que têm aqui sição centralizada, possuem o mesmo título de publicação em várias bibliotecas seccionais. Assim, vemos que apenas a centralização da aquisição não resolveu o problema de manei ra categórica, embora, acreditamos, possa ter contribuído pa ra minorá-lo, restringindo-o ao mínimo admissível.

Observemos a tabela: Tabela 18

Relação das universidades em relação à aquisição centralizada e distribuição do acervo

-
1. Universidades com o mesmo título de publicação em várias bibliotecas
 - 1.1 UFAM
 - 1.2 UFPr
 - 1.3 UFRGS
 - 1.4 UFSC
 - 1.5 UFAM
 2. Universidades em que o mesmo título de publica ção não se repete em várias bibliotecas
 - 2.1 FUM
 - 2.2 UFPI
 - 2.3 UFRN
-

4.3.7 - Pessoal

Além do problema orçamentário de nossas bibliotecas universitárias, outro realmente crucial é a falta de pessoal qualificado em número suficiente para realizar um trabalho à altura das necessidades dos usuários, professores e estudantes.

Segundo GASTON LITTON, "un personal bien calificado y suficiente numericamente es el requisito imprescindible para que la biblioteca universitaria pueda aspirar razonablemente a cumplir su importante función. El personal de la biblioteca ocupa una posición central y clave, ya que actúa a la vista de todo el estudiantado, el profesorado y demás público que utiliza la institución. Esa misma circunstancia pone en evidencia las deficiencias de los empleados".¹²

Nossa intenção era testar a existência de relação entre o grau de centralização, a quantidade de pessoal existente e necessário conforme o acervo, e o número de usuários, embora o Brasil ainda não tenha estabelecido padrões para suas bibliotecas no tocante à relação usuários/pessoal/acervo, como afirma JARDINA ASSUNÇÃO e já acontece em outros países.¹³

Entretanto, por falha nos dados recebidos, não nos foi possível testar o que desejávamos. Aconteceu, por exemplo, que algumas bibliotecas apresentaram o número de bibliotecários e auxiliares existente e necessário referente ape

¹² LITTON, Gaston. Personal. In: _____ . La biblioteca universitaria. México, Bowker Editores/Centro Regional de Ayuda Técnica, Agencia para el Desarrollo Internacional, 1974. p. 59-79.

¹³ ASSUNÇÃO, Jandira Batista et alii. Recursos humanos em bibliotecas universitárias. Tema apresentado ao Seminário para estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias, realizado em Brasília, de 8 a 12 de julho de 1973. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 4(1):54, mar. 1975. cit.

nas à biblioteca central, como foi o caso da UFRJ, enquanto outras apresentaram a quantidade de pessoal necessária às bibliotecas do sistema como um todo. Foi o que aconteceu com a FUM. Assim, tornou-se impossível nossa análise, sobretudo pelo fato de que em outros casos não sabemos se os dados se referem apenas à biblioteca central, ou a todas as bibliotecas da universidade.

Faremos, porém, algumas observações baseadas nos dados obtidos.

Em todas as bibliotecas centrais, existe pelo menos um bibliotecário. A insuficiência de pessoal é reclamação de 14 bibliotecas centrais, enquanto as três restantes se omitiram de responder o que, porém, não nos autoriza a concluir que possuam pessoal suficiente.

Em algumas universidades, tentam substituir bibliotecários por auxiliares, o que resulta, possivelmente, em prejuízo para a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Em outras universidades, há também carência de auxiliares, o que redundará na subutilização do bibliotecário, prejudicando, em última análise, a qualidade e a quantidade dos serviços oferecidos aos usuários.

Como diz ESTELVINA LIMA, referindo-se à UFMG, mas que é válido para a grande maioria de nossas bibliotecas universitárias, "a deficiência de pessoal auxiliar nas bibliotecas é notória e conduz ao subaproveitamento dos bibliotecários, funcionários de nível superior que se vêem obrigados a dividir seu tempo em tarefas não profissionais, onerando,

assim, o custo operacional dos serviços das bibliotecas da UFMG". ¹⁴

Da posição do bibliotecário na universidade depende muito o que ele pode realizar. É verdade que o inverso também tende a ser verdadeiro: a posição do bibliotecário na universidade pode depender muito do que ele possa realizar.

Há muitos autores que se referem ao status que o bibliotecário precisa ter na estrutura administrativa da universidade. GELFAND, por exemplo, acha que o bibliotecário deve estar no mesmo nível do pessoal docente, pois, diz ele que, exigindo-se qualificação semelhante à dos professores e dando-se a eles o mesmo tratamento destes, há possibilidade de contratação de pessoal altamente qualificado. ¹⁵

Quanto à subordinação da biblioteca central, eis a palavra da Sudene, em trabalho sobre as bibliotecas universitárias do Nordeste: "As bibliotecas centrais, serviços centrais de bibliotecas, ou serviços de documentação, quando de subordinação direta ao gabinete do reitor, essa subordinação elimina todos os possíveis entraves burocráticos entre o sistema de bibliotecas e a administração central da universidade. E, nesse caso, as decisões urgentes e imediatas poderão ser resolvidas com muita flexibilidade, porque entre o sistema

¹⁴ LIMA, Etelvina. Análise da situação atual do sistema bibliotecário da UFMG. In: _____. Estrutura organizacional da biblioteca universitária: um estudo de centralização e descentralização. Belo Horizonte, UFMG, Escola de Biblioteconomia, 1974. p. 61.

¹⁵ GELFAND, M. A. Controle et direction de la bibliothèque universitaire. In: _____. Les bibliothèques universitaires des pays en voie de développement. Paris, Unesco, 1968. p. 38.

ma de bibliotecas e o reitor não há um acumulado de divisões, departamentos, etc." ¹⁶

Realmente, isso facilita bastante o trabalho do diretor da biblioteca central, permitindo-lhe tomadas de decisão mais rápidas. A maior parte das bibliotecas centrais pesquisadas está subordinada diretamente ao reitor. Senão vejamos:

Tabela 19

Relação das bibliotecas centrais
de acordo com sua subordinação

1.	Bibliotecas centrais subordinadas ao reitor
1.1	UFACre
1.2	UFAM
1.3	UnB
1.4	UFGO
1.5	FUM
1.6	UFPb
1.7	UFRPe
1.8	UFRJ
1.9	UFRRJ
1.10	UFRN
1.11	UFV
2.	Bibliotecas centrais subordinadas ao vice-reitor
2.1	UFSC
2.2	FUFMT
3.	Bibliotecas subordinadas a outros
3.1	UFPI
3.2	UFPr
3.3	USP
3.4	UFRGS

¹⁶ BRASIL. Sudene/DRH. A reforma universitária e as bibliotecas universitárias do Nordeste. op. cit. p. 10.

Sobre a necessidade de o diretor da biblioteca central participar dos colegiados superiores da universidade, temos, entre outras, a afirmativa de EDSON NERY DA FONSECA. Diz ele: "O diretor das bibliotecas deverá fazer parte do Conselho Universitário. Esta medida é indispensável. Só assim os professores conhecerão melhor as necessidades bibliotecnômicas e o diretor das bibliotecas, os problemas pedagógicos da universidade".¹⁷

Apenas as bibliotecas centrais da UnB, da UFGO e da FUM - a primeira com grau de centralização 1 e as outras duas com grau de centralização 2 - participam dos colegiados superiores.

Pode demonstrar, também, uma certa posição de destaque na biblioteca central o fato de o cargo de diretor ser considerado cargo em comissão, a nível de diretores de faculdades ou de institutos, ou de receberem gratificação de função.

Encontram-se, neste caso, 15 bibliotecas das 17 pesquisadas. As exceções são apenas a UFACre e a FUFMT, ambas possuindo grau de centralização 1. A nosso ver, nas bibliotecas mais centralizadas, os seus diretores possuiriam mais status. Tudo indica, porém, não haver relação entre as variáveis.

Tentamos, também, descobrir se na biblioteca central haveria chefia de seção - com a devida gratificação - como nos demais órgãos da universidade..

¹⁷ FONSECA, Edson Nery da. Organização e direção. In: ____ . Roteiro para organização de bibliotecas universitárias. Brasília, UnB, 1967. p. 38.

Constatamos que há chefias com gratificação em nove bibliotecas centrais - UFAM, UFGO, FUFMT, UFPr, UFRPe, UFRJ, UFRRJ, USP, UFPI - não havendo também relação do fato com o grau de centralização das bibliotecas.

Em algumas universidades o pessoal das bibliotecas seccionais é lotado na biblioteca central, que pode remanejá-lo conforme as necessidades do sistema. Algumas são também responsáveis pela movimentação do orçamento das bibliotecas da universidade. Isso dá um certo poder ao diretor da biblioteca central e, ao mesmo tempo, facilita sua administração. Vejamos os dados colhidos a esse respeito relacionados com o grau de centralização das bibliotecas.

Tabela 20

Relação das bibliotecas centrais conforme sua situação quanto a orçamento e pessoal das bibliotecas seccionais

	Grau de centralização
1. Bibliotecas centrais que movimentam orçamento e pessoal	
1.1 FUM	2
1.2 UFGO	2
1.3 UFPr	2
1.4 UFRN	2
2. Bibliotecas centrais que não movimentam orçamento nem pessoal	
2.1 UFAM	2
2.2 UFPb	2
2.3 UFRJ	3
2.4 USP	3
3. Bibliotecas centrais que movimentam apenas orçamento	
3.1 UFRGS	2
4. Bibliotecas centrais que movimentam apenas pessoal	
4.1 UFPI	2

Logicamente, as seis bibliotecas com centralização monolítica foram excluídas, pois, sendo a biblioteca central única na universidade, não teria sentido incluí-las nesta tabela.

Nota-se pela tabela que as bibliotecas com grau de centralização 2 estão dispersas; entretanto, as de grau de centralização 3 não movimentam orçamento, nem pessoal das seccionais.

Cumprе lembrar, porém, que a movimentação de pessoal e verbas foram indicadores por nós utilizados para de terminar os graus de centralização da nossa escala. Assim, as bibliotecas com grau de centralização 3 só poderiam realmente ocupar o lugar onde estão, na tabela anterior.

4.4 - Caracterização das bibliotecas seccionais

Os dois itens anteriores referem-se aos sistemas bibliotecários de nossas universidades, portanto, incluem as bibliotecas seccionais e suas ligações com as bibliotecas centrais.

Achamos, porém, que seria conveniente, para completar o trabalho, uma rápida análise descritiva dos dados mais importantes colhidos em 133 bibliotecas seccionais através do questionário.

É necessário lembrar, porém, que, como foi explicado anteriormente, não podemos dizer que essas bibliotecas constituam amostra representativa do universo, tendo em vista a razão que nos levou a incluí-las na pesquisa. Assim, os resultados obtidos são bastante relativos e não podem ser

estendidos ao universo das bibliotecas seccionais. Também é preciso esclarecer que há bibliotecas seccionais, incluídas no trabalho, que pertencem a universidades cujas bibliotecas centrais não participaram do mesmo. Isso pode ser deduzido comparando-se os anexos 3 e 4.

Passemos, então, ao estudo das variáveis.

4.4.1 - Ano de criação da biblioteca seccional

Após agruparmos as bibliotecas pesquisadas conforme a data de sua criação chegamos à conclusão de que foram criadas:

- 32 bibliotecas seccionais (24,1%) até 1939;
- 35 (26,3%) entre 1940-1959;
- 49 (36,8%) a partir de 1960, e
- 17 (12,7%) não responderam.

Vemos, assim, que de 1960 em diante continuaram a ser criadas muitas bibliotecas seccionais apesar das tendências de centralização existentes e provadas anteriormente. Não podemos afirmar, por falta de dados, que o número de bibliotecas criadas a partir de 1960 foi superior ao número de fusões verificadas, ou melhor ainda, ao número de bibliotecas seccionais que se fundiram nesse mesmo período.

Além do mais, o número maior ou menor de bibliotecas seccionais não seria o único indicador das tendências centralizadoras a que nos referimos, uma vez que dizem respeito apenas à centralização física. Ter-se-ia que levar em conta a centralização da aquisição e dos processos técnicos.

4.4.2 - Acervo

Há bibliotecas seccionais de vários tamanhos, algumas com acervo insignificante e outras com um bom acervo, qualitativa e quantitativamente.

Vejamos o número de livros e folhetos existente nas bibliotecas pesquisadas:

- 32 (24,1%) bibliotecas seccionais possuem menos de 2.999 livros e folhetos;
- 29 (25,6%) possuem de 3.000-5.999;
- 29 (25,6%) possuem de 6.000-11.999;
- 30 (26,5%) possuem de 12.000-39.999;
- 7 (6,1%) possuem de 40.000-79.999;
- 2 (1,7%) possuem de 200.000-299.999; e
- 4 (3,5%) não responderam.

Deixamos de apresentar os dados referentes a periódicos uma vez que algumas bibliotecas apresentaram o número de títulos como foi solicitado, enquanto outras apresentaram o número de fascículos.

Muitas bibliotecas seccionais possuem outro tipo de material além de livros, folhetos e periódicos, como podemos ver pelos dados a seguir:

- 62 (46,6%) bibliotecas seccionais possuem outro tipo de material;
- 9 (6,8%) não possuem; e
- 62 (46,6%) deixaram de responder.

Esse acervo serve a uma população universitária (alunos, professores e técnicos da universidade) cujo número varia muito de uma unidade de ensino para outra.

Senão vejamos:

- 48 (42,4%) bibliotecas seccionais possuem menos de 999 usuários em potencial;
- 29 (25,6%) de 1.000-7.999;
- 5 (4,4%) de 8.000-99.999; e
- 51 (45,1%) não responderam.

4.4.3 Serviços oferecidos ao usuário

Quase a totalidade das bibliotecas tem empréstimo domiciliar, como seria de esperar.

Os outros serviços prestados por elas em ordem de crescente são, entre outros, o empréstimo entre bibliotecas, a compilação de bibliografias e traduções. Vejamos a tabela:

Tabela 21

Serviços oferecidos pelas bibliotecas seccionais

SERVIÇOS	SIM	NÃO	SEM RESP.
Empréstimo domiciliar	123 (92,5%)	5 (3,8%)	5 (3,8%)
Emprést. entre bibliot.	97 (72,9%)	27 (20,3%)	9 (6,8%)
Compil. de bibliograf.	83 (62,4%)	45 (33,8%)	5 (3,8%)
Traduções	11 (8,3%)	107 (80,5%)	15 (11,3%)

4.4.4 - Aquisição e processos técnicos

Em muitas universidades a aquisição e o processamento técnico (registro, classificação, catalogação) são feitos pela biblioteca central, que envia à bibliotecas seccionais o material bibliográfico já totalmente preparado para ser colocado nas estantes e utilizado pelos usuários.

Há, entretanto, bibliotecas seccionais que realizam todos ou parte desses serviços.

Tabela 22

Serviços descentralizados nas bibliotecas seccionais

	SIM	NÃO	SEM. RESP.
Aquisição	75 (56,4%)	41 (30,8%)	17 (12,8%)
Processos técnicos	97 (72,9%)	28 (21,1%)	8 (6%)

Pela tabela, nota-se que uma grande percentagem das 133 bibliotecas seccionais é responsável pela aquisição e pelos processos técnicos de seu material bibliográfico.

4.4.5 Subordinação

A maioria dessas bibliotecas está subordinada aos diretores de unidades e/ou aos diretores das bibliotecas centrais. Algumas afirmam ser subordinadas ao reitor, a superintendentes ou a outros.

Enquanto 88 bibliotecas (66,1%) estão subordinadas a uma única pessoa, 39 (29,3%) estão subordinadas a duas pessoas e 5 (3,7%) a três pessoas, Senão, vejamos:

Tabela 23

Subordinação das bibliotecas seccionais

1. Subordinadas a uma só pessoa	
1. Reitor	2 (2,2%)
1.2 Diretor biblioteca central	38 (43,1%)
1.3 Diretor faculdade	45 (51,1%)
1.4 Outros	3 (3,4%)
2. Subordinadas a duas pessoas	
2.1 Reitor e outra pessoa	1 (2,5%)
2.2 Diretor faculdade e outra pessoa	2 (5,1%)
2.3 Diretor faculdade e diretor biblioteca central	36 (92,3%)
3. Subordinadas a três pessoas	
3.1 Diretor faculdade, diretor biblioteca central e outro	4 (80%)
3.2 Reitor, diretor biblioteca central e outro	1 (20%)
4. Não responderam	1

4.4.6 - Programas cooperativos

O número de bibliotecas que participam de programas cooperativos é bastante elevado, como podemos ver pelos dados obtidos:

- 107 (80%) participam;
- 25 (18,8%) não participam; e
- 1 (0,8%) não respondeu.

Isso é realmente sintomático, pois indica o reconhecimento da necessidade de colaboração e integração que se organizem serviços mais eficientes.

4.4.7 - Pessoal

Quanto a pessoal, a maioria das bibliotecas não dispõe de pessoal suficiente e qualificado. Conforme as referidas bibliotecas:

- 21 (15,8%) têm pessoal suficiente;
- 111 (83,5%) têm insuficiência de pessoal; e
- 1 (0,8%) não respondeu.

Há, inclusive, bibliotecas seccionais sem bibliotecários, e outras com um número irrisório. Para efeito dos dados a seguir, todos os bibliotecários devem ser considerados de tempo integral, pois os que havia de tempo parcial foram reunidos dois a dois, passando a representar um de tempo integral. Por esse motivo haverá números decimais. Senão vejamos:

- 15 bibliotecas seccionais (11,3%) não possuem bibliotecários;
- 12 (10,6%) possuem 0,5 bibliotecários;
- 57 (50,4%) possuem entre 1-2;
- 29 (23%) possuem entre 2,5-5;
- 5 (4,4%) possuem entre 6-9; e
- 15 (11,3%) deixaram de responder.

Os chefes ou responsáveis pelas bibliotecas seccionais nem sempre recebem gratificação de função. Talvez, em parte, isso ocorra pelo fato de muitos deles não serem bibliotecários. Observemos os dados obtidos quanto a gratificação:

- 59 (44,4%) recebem gratificação;
- 73 (54,9%) não recebem; e
- 1 (0,8%) não respondeu.

4.4.8 - Orçamento

Apesar de muitas seccionais já possuírem seu orçamento movimentado pela biblioteca central, ainda há um número elevado que possui orçamento independente desta biblioteca movimentado, às vezes, pelo diretor da unidade. Foram os seguintes os dados coletados:

- 55 (41,4%) possuem orçamento independente;
- 70 (52,6%) não possuem; e
- 8 (6%) não responderam.

4.4.9 - Localização das bibliotecas seccionais

Da mesma forma que as bibliotecas centrais, há bibliotecas seccionais que funcionam no campus, e outras longe do mesmo. A situação dessas 133 bibliotecas é a seguinte:

- 60 (45,1%) funcionam no campus;
- 71 (53,4%) não; e
- 2 (1,5%) não responderam.

4.4.10 - Problemas apresentados pelas bibliotecas seccionais

Os problemas apresentados - em questão aberta - pelas bibliotecas seccionais, como entrave a um melhor funcionamento das mesmas, foram por nós classificados em oito categorias.

Pela tabela a seguir, identificaremos essas categorias e o número de vezes que cada problema foi apresentado:

Tabela 24

Problemas das bibliotecas seccionais

TIPO DE PROBLEMA	NÚMERO DE VEZES
Carência de pessoal	73
Prédios inadequados	57
Orçamento insuficiente	47
Carência de material, mobiliário e equipamento	26
Insuficiência de acervo	17
Problemas administrativos, desaparecimento de publicações	15
Entraves burocráticos à aquisição	6
Distância entre a biblioteca e as unidades	5

Somando os números da tabela obteremos um número superior a 133, que foi o total de bibliotecas seccionais incluídas na pesquisa. Isso se explica pelo fato de as bibliotecas poderem apresentar tantos problemas quantos desejassem.

Os problemas mais citados foram pessoal, prédio e orçamento, como podemos constatar.

Assim, com uma rápida caracterização das bibliotecas seccionais - as 133 incluídas no trabalho - completamos o nosso estudo sobre a forma de organização das bibliotecas universitárias brasileira.

5 - CONCLUSÕES

Pela análise da literatura pertinente e dos dados coletados nas bibliotecas universitárias brasileiras, bem como em observações motivadas por longa e cuidadosa experiência em trabalhos de bibliotecas universitárias, chegamos às seguintes conclusões:

a) a maioria das bibliotecas universitárias brasileiras, atualmente, tende para a centralização, às vezes parcial, ou seja, apenas de aquisição e/ou de processamento técnico; outras vezes, até mesmo para a centralização total ou monolítica, como é o caso de 6 das 17 universidades incluídas na pesquisa;

b) embora nos últimos anos, ou seja, após 1960, muitas bibliotecas seccionais tenham sido criadas em várias universidades onde o modelo adotado é a centralização parcial - em qualquer uma de suas formas - sentiu-se através da pesquisa certa preocupação em reunir o acervo de várias bibliotecas de unidades de ensino afins, como é o caso das bibliotecas dos centros, diminuindo, assim, o número de bibliotecas dessas universidades.

c) mesmo nas universidades onde o sistema de bibliotecas é descentralizado, existem algumas iniciativas visando a certa integração, pelo menos em determinadas áreas do conhecimento, como é o caso de alguns centros que reuniram numa só as antigas bibliotecas de faculdades ou institutos que os integram;

d) o grau de centralização das bibliotecas universitárias brasileiras está condicionado a uma série de variáveis, tendo-se constatado na pesquisa realizada que bibliotecas mais centralizadas pertencem a:

- universidades mais novas;
- universidades com bibliotecas centrais mais novas;
- universidades que possuem menor número de bibliotecas no sistema;
- universidades que já funcionam totalmente na Cidade Universitária;

e) algumas universidades já têm um modelo bem definido para suas bibliotecas, enquanto outras ainda estão em fase de transição, quase sempre resultante das mudanças estruturais da universidade como um todo e da dispersão geográfica existente em muitas delas;

f) não existe um modelo ótimo para todos os casos. Há, isto sim, modelos mais ou menos adequados às condições especiais de cada biblioteca. Depende de uma série de variáveis a escolha definitiva do modelo a utilizar, visando à consecução de determinados objetivos;

g) a centralização monolítica, por exemplo, tem suas vantagens, pois possibilita o contato entre os pesquisadores das várias áreas do conhecimento. Além disso, é um tipo de organização econômico e facilita a sistematização do trabalho, uma vez que reúne em um só prédio, acervo, pessoal, material, equipamento, etc. Torna-se, no entanto, desvantajosa em função dos usuários quando a distância entre a biblioteca e as unidades de ensino é relativamente grande;

h) a centralização parcial pode assumir formas as mais variadas, porém, a mais vantajosa, a nosso ver, é quando as bibliotecas seccionais são subordinadas, técnica e administrativamente, à biblioteca central, sendo esta última responsável pela aquisição bibliográfica, pelo processamento técnico, pelo remanejamento de pessoal e movimentação de verbas das seccionais;

i) já o modelo totalmente descentralizado - no sentido em que usamos o termo neste trabalho - apresenta apenas desvantagens; a descentralização coordenada já é um tanto melhor, uma vez que subentende um mínimo de coordenação;

j) o fato é que, devido à complexidade crescente de grande número de fatores, já não é mais possível trabalhar-se isoladamente em qualquer setor de atividade. No campo da documentação e da biblioteconomia a exigência de cooperação, ou mesmo integração, tornou-se condição fundamental de sucesso. Foi por isso que a Unesco e o CIUS promoveram a criação do UNISIST - sistema de informação a nível internacional - e incentivaram a criação dos NATIS - sistemas nacionais de informação - aos quais as bibliotecas universitárias, constituídas em subsistemas ou participando de subsistemas setoriais do sistema nacional, deverão integrar-se como órgãos de maior destaque;

l) se as universidades não organizarem suas bibliotecas em forma de sistema, e não tiverem toda uma infraestrutura que lhes possibilite contribuir para os grandes sistemas de informação já em funcionamento, ou apenas planejados, ficarão à margem do processo de automação que se desenvolve vertiginosamente no campo da informação. Não é possível a automação integral de bibliotecas com acervo e serviços de proporções limitadas. A integração em sistemas possibilita melhores condições de trabalho e maiores recursos para servir;

m) na verdade, além do problema de estrutura, as bibliotecas universitárias brasileiras enfrentam sérios obstáculos, como foi verificado nesta pesquisa, destacando-se entre eles os problemas de pessoal - no sentido quantitativo e qualitativo - orçamento, quase sempre deficiente, instalações e as dificuldades de caráter burocrático que envolvem a aquisição para complementação e atualização dos acervos bibliográficos;

n) tem faltado aos serviços bibliotecários nas universidades tratamento equânime que os coloque no mesmo nível em que os demais órgãos dedicados ao ensino e à pesquisa e, de um modo geral, as bibliotecas não estão sendo utilizadas como poderiam e deveriam, como ponto de apoio fundamental do processo educativo;

o) algumas iniciativas já demonstram uma certa tomada de consciência do problema por parte de bibliotecários, da administração superior da universidade e do próprio MEC, como, por exemplo: a criação da ABBU; os Encontros de Diretores de Bibliotecas Universitárias; a realização do Seminário para Estudo de Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias, sob o patrocínio do Conselho de Reitores; e a criação do NAT/08;

p) em Metas e bases para ação do Governo¹ e no Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico² apareceram referências ao NATIS brasileiro - o SNICT - de

¹ BRASIL. Presidência da República. Metas e bases para ação do Governo. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1970. 265 p.

² BRASIL. Secretaria de Planejamento. PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1973/1974. Rio de Janeiro, IBAE, 1973. p. 141.

monstrando, por parte do Governo federal, o reconhecimento da necessidade e importância de se organizar a informação a nível nacional;

q) ao que tudo indica, é urgente a necessidade do estabelecimento de um programa de ação mais eficaz, de uma política bibliotecária realmente efetiva por parte do Governo federal, como já foi enfatizado por AFRÂNIO COUTINHO³ em recente artigo sobre o assunto. É verdade, porém, que nenhum programa governamental de caráter cultural, científico e técnico, como o destinado às bibliotecas universitárias, poderá realmente ter êxito se não contar com o apoio integral e decisivo das universidades do País.

A presente pesquisa, que nos possibilitou o levantamento e a análise dos modelos de organização adotados pelas bibliotecas universitárias brasileiras, poderá ser continuada visando a um diagnóstico completo da situação dessas bibliotecas, o que fornecerá elementos concretos e significativos para elaboração do programa de ação que fortalecerá as atividades de documentação, biblioteconomia e informação, no Brasil.

³ COUTINHO, Afrânio. Por uma política bibliotecária nas universidades. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 out. 1976. p. 11, c. 1.

FERRERA, Lusimar Silva. Centralização e descentralização das bibliotecas universitárias brasileiras. Rio de Janeiro, 1976. Monografia apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

RESUMÉ

Le développement scientifique et technologique et l'enseignement supérieur au Brésil. La bibliothèque universitaire comme instrument d'appui à l'enseignement, à la recherche et à l'extension universitaire. Des alternatives d'organisation de bibliothèques universitaires et leur participation à des systèmes coopératifs et automatisés. Des formes d'organisation des bibliothèques universitaires brésiliennes, leur degré de centralisation et leur rapport avec l'âge de l'université, l'âge de la bibliothèque centrale, ressources budgétaires parmi d'autres variables.

1.6.3 Em caso negativo, indicar as unidades que permanecem longe do campus:

1.7 - Orçamento

1.7.1 Qual o orçamento da universidade?

- em 1974 _____
- em 1975 _____
- previsão 1976 _____

2. Biblioteca(s) - estrutura (anexar organograma)

2.1 - Quantas bibliotecas existem na universidade? _____

2.2 - A universidade possui biblioteca central? _____

SIM NÃO

2.3 - As bibliotecas da universidade funcionam como um sistema?

SIM NÃO

2.4 - Quantas bibliotecas seccionais possui o sistema? _____

2.5 - Qual o tipo de ligação existente entre a biblioteca central ou órgão equivalente e as bibliotecas seccionais?

NOTA: Entendemos por bibliotecas seccionais as bibliotecas existentes nas diferentes unidades universitárias.

2.5.1 As bibliotecas seccionais são subordinadas administrativamente à biblioteca central?

SIM NÃO

2.5.2 As bibliotecas seccionais são subordinadas tecnicamente à biblioteca central?

SIM NÃO

2.5.3 Existe apenas cooperação voluntária, não estatutária?

SIM NÃO

2.5.4 Existe cooperação sistemática e efetiva entre as bibliotecas?

SIM NÃO

2.6 - As bibliotecas da universidade pertenciam, originalmente, a escolas ou faculdades isoladas?

SIM NÃO

2.7 - Com a criação da universidade, essas bibliotecas sofreram modificações em sua estrutura administrativa?

SIM NÃO

2.8 - Em caso positivo, quais as modificações?

2.9 - É adequada a forma de organização atual?

SIM NÃO

Vantagens:

3.3.1.3 Folhetos _____

3.3.1.4 Obras referência _____

3.3.1.5 Outros materiais _____

3.3.2 Controle e distribuição do acervo

3.3.2.1 A biblioteca central possui Catálogo Coletivo das obras existentes nas várias bibliotecas da universidade?

SIM NÃO

3.3.2.2 Qual o critério adotado para seleção e distribuição das publicações pelas seccionais?

- conforme solicitação das unidades

SIM NÃO

- Conforme o assunto da publicação

SIM NÃO

3.3.2.3 Há possibilidade de um mesmo título ser encontrado em várias bibliotecas da universidade?

SIM NÃO

3.4 - Serviços que a biblioteca central centraliza

3.4.1 Aquisição SIM NÃO

3.4.2 Processos técnicos SIM NÃO

3.4.3 Todos os serviços SIM NÃO

3.4.4 Nenhum dos serviços SIM NÃO

3.4.5 Outros (especifique)

3.5 - Posição na hierarquia da universidade

3.5.1 Subordinação

3.5.1.1 Ao reitor SIM NÃO 3.5.1.2 Ao vice-reitor SIM NÃO 3.5.1.3 Ao superintendente SIM NÃO

3.5.1.4 Outros (especifique)

3.5.2 Participa a biblioteca central do Conselho Universitário e/ou de outros órgãos colegiados?

SIM NÃO

3.6 - Pessoal e remuneração

3.6.1 O pessoal das bibliotecas seccionais é lotado na biblioteca central, sendo a mesma responsável pela sua distribuição e seu remanejamento pelas unidades?

SIM NÃO

3.6.2 Dê o número de pessoas que trabalham na biblioteca central, e quantas mais seriam necessárias, se o pessoal existente não for suficiente:

nº atual nº necessár.

T.integr. T.parc. T.integr. T.parc.

Bibliotecários formados _____

Profissionais não formados _____

Auxiliares _____

Bolsistas e estagiários _____

3.6.3 A remuneração do bibliotecário é equiparada à de algum outro cargo da universidade? Qual?

3.6.4 O diretor da biblioteca central ou do sistema tem função gratificada ou cargo em comissão?

SIM NÃO

3.6.5 As divisões ou seções da biblioteca possuem chefes, recebendo como tal?

SIM NÃO

3.7 - Orçamento

3.7.1 As bibliotecas seccionais possuem um orçamento global a ser executado pela central?

SIM NÃO

3.7.2 Qual o orçamento da biblioteca central ou das bibliotecas do sistema, no caso de o orçamento ser global? Quanto do orçamento da biblioteca foi destinado à aquisição de livros?

Orçamento global:	Verba para livros:
- 1974 _____	_____
- 1975 _____	_____
- previsão para 1976 _____	_____

3.8 - Localização

3.8.1 A biblioteca central funciona no campus?

SIM NÃO

3.8.2 A quantos minutos, a pé, fica a biblioteca central da unidade de ensino mais distante?

até 1 minuto

de 5 a 10 minutos

mais de 10 minutos

- | | | | | |
|--------------------------------|-----|--------------------------|-----|--------------------------|
| 2.2 - Compilação bibliografias | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |
| 2.3 - Reprodução documentos | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |
| 2.4 - Traduções | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |

2.5 - Outros: _____

3. Acervo

3.1 - Tipo (especifique o nº de exemplares, para livros, e de títulos para periódicos)

3.1.1 Livros _____

3.1.2 Periódicos _____

3.1.3 Folhetos _____

3.1.4 Obras referência _____

3.1.5 Outros materiais _____

3.2 - Área

3.2.1 Quais os assuntos que a biblioteca cobre?

4. Serviços que realiza

- | | | | | |
|---------------------------|-----|--------------------------|-----|--------------------------|
| 4.1 - Aquisição | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |
| 4.2 - Processos técnicos | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |
| 4.3 - Todos os serviços | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |
| 4.4 - Nenhum dos serviços | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |

5. Posição na hierarquia

5.1 - Subordinação

5.1.1 Ao reitor SIM NÃO

5.1.2 Ao diretor da faculdade SIM NÃO

5.1.3 Ao diretor da central SIM NÃO

5.1.4 Outros: _____

5.2 - Participação

5.2.1 Participa de algum cole
giado? SIM NÃO

Qual? _____

6. Pessoal e remuneração

6.1 - O pessoal pode ser remanejado para outra bibliote
ca, pela biblioteca central? SIM NÃO

6.2 - O número do pessoal existente é satisfatório?
SIM NÃO

6.3 - Dê o número de funcionários de que a biblioteca
dispõe, e o que seria necessário para melhorar o
seu funcionamento:

	nº atual		nº necess.	
	T.integr.	T.parc.	T.integr.	T.parc.
Bibliotecários formados	_____	_____	_____	_____
Profissionais não formados	_____	_____	_____	_____
Auxiliares	_____	_____	_____	_____
Bolsistas e estagiários	_____	_____	_____	_____

6.4 - O responsável pela biblioteca recebe gratificação
de função? SIM NÃO

7. Orçamento

7.1 - O orçamento da biblioteca é independente do orçamento da biblioteca central?

SIM NÃO

7.2 - A quem cabe a movimentação das verbas destinadas à biblioteca? _____

7.3 - Qual o orçamento de sua biblioteca e qual a parcela destinada à aquisição bibliográfica?

Orçamento	Verba para aquisição livros
- de 1974 _____	_____
- de 1975 _____	_____
- previsão 1976 _____	_____

8. Localização

8.1 - A biblioteca funciona no campus?

SIM NÃO

8.2 - Tem prédio construído especialmente para ela?

SIM NÃO

8.3 - A quantos minutos, a pé, fica da(s) unidade(s) universitária a que serve?

- até 1 minuto

- de 1 a 5 minutos

- mais de 5 minutos

8.4 - Existem alguns problemas que interferem no bom funcionamento da biblioteca? Quais?

9. Programas cooperativos

9.1 - A biblioteca participa de programas cooperativos co
mo: Bireme, Rebam, grupos de bibliotecários em de
terminados assuntos, catálogo coletivo do IBBD, etc.

SIM NÃO

De quais? _____

10. Outras observações: _____

Assinatura legível do informante

Cargo:

ANEXO 3

RELAÇÃO DAS BIBLIOTECAS CENTRAIS DAS UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS INCLUÍDAS NA PESQUISA

1. Biblioteca Central da Fundação Universidade Federal do Acre
Avenida Getúlio Vargas, 654 - Centro
69.900 Rio Branco - Acre
Chefe: Maria Cristina Costa Pellizzer
2. Biblioteca Central da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Getúlio Vargas, 218 - Centro
69.000 Manaus - Amazonas
Diretora: Marly de Barros
3. Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte Caixa postal: apt 15
70.000 Brasília - Distrito Federal
Diretor: Elton Eugênio Volpini
4. Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás
Praça Universitária s/n Caixa postal 411
74.000 Goiânia - Goiás
Diretora: Marietta Telles Machado
5. Biblioteca Central da Fundação Universidade do Maranhão
Rua José Bonifácio, 616 - Centro
65.000 São Luís - Maranhão
Diretora: Aurora da Graça Almeida

6. Biblioteca Central da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Avenida Fernando Correa, s/n - Cidade Universitária
Bloco B - Centro de Ciências Sociais
78.000 Cuiabá - Mato Grosso
Diretora: Dinalva Gomes de Paiva
7. Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba
Campus Universitário - Antiga Faculdade de Educação
58.000 João Pessoa - Paraíba
Diretora: Maria das Graças de Lima Melo
8. Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná
Rua General Carneiro, 370-380 Caixa postal 441
80.000 Curitiba - Paraná
Diretora: Maeve Lis Marques
9. Biblioteca Central da Universidade Federal do Piauí
Campus Universitário - Ininga
64.000 Teresina - Piauí
Diretora: Maria das Graças Leite Targino
10. Biblioteca Central da Universidade Federal Rural de Pernambuco
Avenida Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos
Caixa postal 2071 End. telegráfico: Agriur
50.000 Recife - Pernambuco
Diretora: Maria Clara Cavalcanti dos Santos
11. Biblioteca Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Avenida Pasteur, 250 - Botafogo ZC-82
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Diretora: Amélia Rosauo de Almeida
12. Biblioteca Central da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Km 47 - Antiga Estrada Rio-São Paulo - Via Campo Grande
Bairro Nova Iguaçu
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Diretora: Neide Ramirez Deleito Barbosa

13. Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Campus Universitário s/n Caixa postal 143

59.000 Natal - Rio Grande do Norte

Diretora: Zila da Costa Mamede

14. Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Avenida Paulo Gama, s/n - Centro

90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul

Diretora: Heloisa Benetti Schreiner

15. Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário - Trindade

88.000 Florianópolis - Santa Catarina

Chefe: Dyrce Sardá

16. Biblioteca Central da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária - Edifício (antigo) da Reitoria
Caixa postal 8191

05508 São Paulo - São Paulo

Diretora: Rosemarie Appy

17. Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa
36.570 Viçosa - Minas Gerais

Diretora: Dirce Maria Soares Penido

ANEXO 4

RELAÇÃO DAS BIBLIOTECAS SECCIONAIS DAS UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS INCLUÍDAS NA PESQUISA

1. Biblioteca D. Delgado
Instituto de Ciências Físicas e Naturais e Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Fundação Universidade do
Maranhão
Campus Universitário - Bacanga
65.000 São Luis - Maranhão
Responsável: Clóvis Castelo Branco

2. Biblioteca do Instituto de Letras e Artes da Fundação Uni
versidade do Maranhão
Largo dos Amores, 3
65.000 São Luis - Maranhão
Responsável: Raimundo Pereira Costa

3. Biblioteca Mem de Vasconcellos Reis
Faculdade de Direito da Fundação Universidade do Maranhão
Rua Nina Rodrigues, 177
65.000 São Luis - Maranhão
Responsável: Maria da Penha Cabral

4. Biblioteca Mata Roma
Faculdade de Economia da Fundação Universidade do Mara
nhão
Rua Viana Vaz, 35

65.000 São Luis - Maranhão

Responsável: Josinei Guimarães da Silva

5. Biblioteca Antônio Lobo

Faculdade de Educação da Fundação Universidade do Maranhão

Campus Universitário - Bacanga

65.000 São Luis - Maranhão

Responsável: Marita Marques Memória

6. Biblioteca Nina Rodrigues

Faculdade de Enfermagem da Fundação Universidade do Maranhão

Rua Rio Branco, 308

65.000 São Luis - Maranhão

Responsável: Conceição de Maria Beleza

7. Biblioteca da Faculdade de Farmácia da Fundação Universidade do Maranhão

Rua 13 de Maio, 506

65.000 São Luis - Maranhão

Responsável: Célia Maria Braid Simões

8. Biblioteca da Faculdade de Odontologia da Fundação Universidade do Maranhão

Rua 13 de Maio, 506

65.000 São Luis - Maranhão

Responsável: Célia Maria Braid Simões

9. Biblioteca Dr. Aníbal de Pádua

Faculdade de Medicina da Fundação Universidade do Maranhão

Rua do Passeio, 590

65.000 São Luis - Maranhão

Responsável: Valderez Sarmiento Santos Jacinto

10. Biblioteca de Serviço Social da Fundação Universidade do Maranhão
Rua Rio Branco, 14
65.000 São Luis - Maranhão
Responsável: Alcinda Gomes de Castro

11. Biblioteca do Núcleo Avançado de Caicó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rua Pe. P. J. Delgado, s/n Caixa postal 143
59.300 Caicó - Rio Grande do Norte
Responsável: Maria de Fátima Medeiros

12. Biblioteca da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Praça Cívica, 397 - Petrópolis Caixa postal 143
59.000 Natal - Rio Grande do Norte
Responsável: Maria do Socorro Meira Azevedo

13. Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Avenida Nilo Peçanha, 270 - Petrópolis Caixa postal 143
59.000 Natal - Rio Grande do Norte
Responsável: Maria Lúcia de Sales Cabral Barreto

14. Biblioteca da Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas
Rua Monsenhor Coutinho, 301
69.000 Manaus - Amazonas
Responsável: Ana Maria Moraes Castelo

15. Biblioteca do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Amazonas
Rua Comendador Alexandre Amorim, 330 - Aparecida
69.000 Manaus - Amazonas
Responsável: Vera Lúcia Mussa Dib

16. Biblioteca da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Dr. Martins Santana, 1.053
69.000 Manaus - Amazonas
Responsável: Maria Célia Guimarães Pinheiro

17. Biblioteca Teixeira de Freitas
Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia
Parque Universitário do Canela - Bairro Canela
42.000 Salvador - Bahia
Responsável: Esmeralda Maria de Aragão

18. Biblioteca do Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia
Rua Caetano Moura, 99 - Federação
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Marli da Veiga Pessoa Barretto

19. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
Rua Caetano Moura, 121 - Federação
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Gilda Ieda Sento Sé de Carvalho

20. Biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia
Praça 13 de Maio, 6 - 4º andar - Piedade
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Hortência Vieira Rocha

21. Biblioteca da Escola Agrônômica da Universidade Federal da Bahia
44.380 Cruz das Almas - Bahia
Responsável: Maria do Socorro Martins Dantas

22. Biblioteca da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia
Avenida Araújo Pinho, 19 - Canela
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Luisa Vasconcelos de Jesus
23. Biblioteca do Hospital Professor Edgard Santos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia
Rua João das Botas s/n - Canela
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Maria Helena P. Mendes de Souza
24. Biblioteca da Maternidade Climério de Oliveira da Universidade Federal da Bahia
Rua Climério de Oliveira, 1 - Nazaré
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Neide Rodrigues Poggio Moreira
25. Biblioteca do Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia
Campus Universitário da Federação
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Marlene Maria Pereira Simões
26. Biblioteca do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia
Campus Universitário da Federação
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Vera Lúcia Costa Lins
27. Biblioteca da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia
Rua Araújo Pinho, 62 - Canela
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Selma Guedes de Miranda

28. Biblioteca da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia
Rua Basílio da Gama, 6 - Canela
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Tereza Falcão Piedade
29. Biblioteca do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia
Campus Universitário - Federação
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Maria das Graças Della-Cella de Macedo
30. Biblioteca Bernadette Sinay Neves da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia
Rua Aristides Novis, 2 - Federação
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Maria Bernadette da Cunha Amaral
31. Biblioteca Isaías Alves
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia
Estrada de São Lázaro, 197 - Federação
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Isabel Marques Chagas de Araújo
32. Biblioteca da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
Avenida Reitor Miguel Calmon s/n - Canela
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Sônia d'Oliveira Santos
33. Biblioteca da Escola de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia
Avenida Adhemar de Barros, 500 - Ondina
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Lídia Valle Pimentel de Sousa

34. Biblioteca da Escola de Música e Artes Cênicas
Parque Universitário "Edgard Santos"
40.000 Salvador - Bahia
Responsável: Gilda Maria Pondé Bastianelli
35. Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Ceará
Rua Alexandre Baraúna, 1.019 - Porangabussu.
60.000 Fortaleza - Ceará
Responsável: Cleide Ancilon de Alencar Pereira
36. Biblioteca da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará
Campus de Pici
60.000 Fortaleza - Ceará
Responsável: Julia Maria Barroso de Melo
37. Biblioteca de Letras da Universidade Federal do Ceará
Avenida da Universidade, 2.683 - Benfica
60.000 Fortaleza - Ceará
Responsável: Zildene Boima Amora Montenegro
38. Biblioteca do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará
Avenida Mister Hull s/n - Bairro Antonio Bezerra
60.000 Fortaleza - Ceará
Responsável: Verbena Neiva Eulálio
39. Biblioteca do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará
Praça Clóvis Bevilacqua, s/n - Caixa postal 996
60.000 Fortaleza - Ceará
Responsável: Maria Herbene Barbosa Lima Maia

40. Biblioteca do Curso de Odontologia da Universidade Fede
ral de Santa Catarina
Rua São Francisco, 9
88.000 Florianópolis - Santa Catarina
Responsável: Nilza Pires Machado
41. Biblioteca do Instituto Astronômico e Geofísico da Uni
versidade de São Paulo
Avenida Água Funda, s/n - Água Funda
01.000 São Paulo - São Paulo
Responsável: Maria Matilde Dias Machado
42. Biblioteca do Instituto Zimotécnico Prof. Jayme Rocha
de Almeida da Escola Superior de Agricultura Luiz de
Queiroz de Piracicaba, da Universidade de São Paulo
Caixa postal 56
13.400 Piracicaba - São Paulo
Responsável: Lúcia Vasconcellos de Arruda Botelho
43. Biblioteca da Escola Politécnica da Universidade de São
Paulo
Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira
Edifício Monteiro de Camargo Caixa postal 8174
05.508 São Paulo - São Paulo
Responsável. Maria Lia Fasano Soares
44. Biblioteca da Escola de Enfermagem da Universidade de
São Paulo
Avenida Dr. Eneas C. Aguiar, 419 - Cerqueira Cesar
01.000 São Paulo - São Paulo
Responsável: Carmem Sylvia A. L. Aguiari
45. Biblioteca da Escola Superior de Agricultura Luiz de
Queiroz da Universidade de São Paulo
Caixa postal 9
13.400 Piracicaba - São Paulo
Responsável: Dina Maria Bueno Moretti

46. Biblioteca Prof. Fonseca Telles do Instituto de Eletro
técnica da Universidade de São Paulo
Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Luz
Caixa postal 6233
01.124 São Paulo - São Paulo
Responsável: Hebe Prado Zacharias
47. Biblioteca da Faculdade de Medicina Veterinária e Zoo
tecnica da Universidade de São Paulo
B. 23 - Cidade Universitária Caixa postal 7064
01.000 São Paulo - São Paulo
Responsável: Maria Luiza R. Pasquarelli
48. Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da Universida
de de São Paulo
Avenida Dr. Arnaldo, 715 - Cerqueira César
Caixa postal 8099
01.255 São Paulo - São Paulo
Responsável: Maria Teresinha Dias de Andrade
49. Biblioteca do Conjunto das Químicas da Universidade de
São Paulo
Conjunto das Químicas - Bloco 6 - Cidade Universitária
Caixa postal 30786
01.000 São Paulo - São Paulo
Responsável: Fernando I. Piochi
50. Biblioteca de Ciências Biomédicas
Cidade Universidade Universitária - Prédio Biomédicas, 1
Caixa postal 4365
05.508 São Paulo - São Paulo
Responsável: Lais Fernandes de Carvalho
51. Biblioteca do Instituto de Pesquisas Econômicas da Fa
culdade de Economia e Administração da Universidade de
São Paulo

- Edifício da Faculdade de Economia e Administração - Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira
Caixa postal 8030
05.508 São Paulo - São Paulo
Responsável: Tereza Morales José
52. Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária Caixa postal 20570
05.508 São Paulo - São Paulo
Responsável: Maria Cristina R. de Sacchi
53. Biblioteca de Educação Física da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária Caixa postal 5349
05.508 São Paulo - São Paulo
Responsável: Maria Stella Vercesi Silva
54. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária Caixa postal 3225
05.508 São Paulo - São Paulo
Responsável: Tereza Almasio Haevel
55. Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária
05.508 São Paulo - São Paulo
Responsável: Maria Christina da Silva Souza
56. Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
Prédio de História e Geografia - Cidade Universitária
Caixa postal 11154
01.000 São Paulo - São Paulo
Responsável: Rosemarie Brika Horch

57. Biblioteca Central da Escola de Engenharia de São Carlos
Avenida Dr. Carlos Botelho, 1465 - Vila Pureza
Caixa postal 359 e 378
13.560 São Carlos - São Paulo
Responsável: Iná Bentim
58. Secção de Bibl. Document. do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Conjunto Didático - Bloco B6 - Cidade Universitária
Caixa postal 11454
05.508 São Paulo - São Paulo
59. Biblioteca da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe
Rua Estância, 228
49.000 Aracaju - Sergipe
Responsável: Edina Silva de Andrade
60. Biblioteca da Área de Ciências Exatas e Naturais (BACEN) da Universidade de Sergipe
Rua Vila Cristina, 1051 - Praia 13 de Julho
49.000 Aracaju - Sergipe
Responsável: Teresa Teles Chou
61. Biblioteca da Área de Humanidades da Universidade de Sergipe
Rua Campos, 177
49.000 Aracaju - Sergipe
Responsável: Valdice Pereira Gomes
62. Biblioteca da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida Protásio Alves, 297 - Bairro Petrópolis
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Ana Ladislava Rendwanski

63. Biblioteca do Instituto de Letras e Biblioteca de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida Paulo Gama, s/n
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsáveis: Maria Dinah Penz Bergmüller
Helma Oestreich
64. Biblioteca do Centro de Orientação e Seleção Psicotécnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Jacinto Gomes, 540 - 5º andar
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Maria de Lourdes de Azevedo Mendonça
65. Biblioteca Carlos Barbosa do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Senhor dos Passos, 248 - 2º and.
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Lília Maria Vargas Lopes
66. Biblioteca da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Bento Gonçalves, 9090 Caixa postal 776
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Eliane Miguel Keidann
67. Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida João Pessoa, s/n
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Yacy Damiani Pinto
68. Biblioteca do Observatório Astronômico do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida Osvaldo Aranha, s/n
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Josélia Castro Coll

69. Biblioteca Central do Instituto Central de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida Luiz Englert, s/n
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Esther Eunice Lindemayer
70. Biblioteca da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida Bento Gonçalves, 7712 Caixa postal 776
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Jussara T. P. Mielniczuk
71. Biblioteca Dr. Edgar Sperb da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Felizardo, s/n - Bairro Jardim Botânico
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Renate Vera H. Sindermann
72. Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida João Pessoa, 52
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Marília Pasqualin de Campos Cruz
73. Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Jacinto Gomes, 540 - 4ª and. - Santana
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Maria Helena Muccillo Alves
74. Biblioteca do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida Luiz Englert, s/n - Bairro Bonfim
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Maria Elisabete Maurer Garcia
75. Biblioteca do Instituto de Química da Universidade Fede

ral do Rio Grande do Sul

Avenida Luiz Englert, s/n - Bairro Bonfim

90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul

Responsável: Maria Elisabete Maurer Garcia

76. Biblioteca Elyseo Paglioli da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida Graça Aranha, s/n
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Edi Paiva Vogel
77. Biblioteca do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua General Vitorino, 255
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Heloisa Muccillo Saraiva
78. Biblioteca do Centro de Investigação do Gondwana
Rua General Vitorino, 255
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Maria Eugênia S. Lima Pacheco
79. Biblioteca da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais
Campus - Cidade Universitária
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Maria Helena de Andrade Magalhães
80. Biblioteca do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Alfredo Balena, 190 Caixa postal 2486
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Otília Borja Pereira e Ferreira
81. Biblioteca da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais
Rua Conde de Linhares, 141 - Cidade Jardim

- 30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Luzia Penido de Rezende
82. Biblioteca do Instituto de Ciências Exatas
Cidade Universitária Caixa postal 2261
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Angela Maria Cardoso Pires de Moraes
83. Biblioteca Mendes Pimentel da Faculdade de Direito da
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Alvares Cabral, 211
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Maria Lícia Bastos Marques
84. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
e Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas
Gerais
Rua Carangola, 283 - Santo Antonio - Caixa postal 1209
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsáveis: Marília Almeida de Faria
Carmen Carvalho de Lena
85. Biblioteca da Escola de Educação Física da Universidade
Federal de Minas Gerais
Caixa postal 2102
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Lia Inês Xavier Bicalho
86. Biblioteca da Faculdade de Farmácia da Universidade Fe
deral de Minas Gerais
Avenida Olegário Maciel, 2360 - Cidade Jardim
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Maria Albertina Campos Weber
87. Biblioteca Prof. Marcello de Vasconcellos Coelho
Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas
Gerais

Cidade Universitária - Pampulha Caixa postal 1621/1622
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Lucília Lisboa Feres

88. Biblioteca da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais
Rua da Bahia, 112
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Jussara Pereira Santos
89. Biblioteca da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Antonio Carlos, 6627 - Pampulha
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Stella Maris Borges
90. Biblioteca do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais
Cidade Universitária - Pampulha - Caixa postal 2608
30.000 Belo Horizonte - Minas Gerais
Responsável: Albertina Maria de Jesus
91. Biblioteca de Farmácia da Universidade Federal Fluminense
Rua Dr. Mário Vianna, 523 - Santa Rosa
24.000 Niterói - Rio de Janeiro
Responsável: Marêda Fiorillo Bogado
92. Biblioteca de Medicina da Universidade Federal Fluminense - Hospital Antonio Pedro
Rua Marquês do Paraná, s/n
24.000 Niterói - Rio de Janeiro
Responsável: Sylvia Cavalcanti Pereira Nunes
93. Biblioteca Prof. Murilo Fontainha da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense

- 24.000 Niterói - Rio de Janeiro
Responsável: Ana Maria Cabral Bouhid
94. Biblioteca Biomédica da Universidade Federal Fluminense
Rua Prof. Hernani Mello, 101
24.000 Niterói - Rio de Janeiro
Responsável: Elizabeth Schneider de Sá
95. Biblioteca de Economia e Administração da Universidade
Federal Fluminense
Rua Tiradentes, 17 - Ingá
24.000 Niterói - Rio de Janeiro
Responsável: Maria Nylce de Mendonça Taveira
96. Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz
de Fora
Rua Catulo Breviglieri, s/n - Caixa postal 36100
36.100 Juiz de Fora - Minas Gerais
Responsável: Maria das Graças de Araújo
97. Biblioteca do Instituto de Ciências Biológicas da Uni
versidade Federal de Goiás
Cidade Universitária Caixa postal 411
74.000 Goiânia - Goiás
Responsável: Lourival Guanaes Dourado
98. Biblioteca do Instituto de Matemática e Física da Uni
versidade Federal de Goiás
Caixa postal 411 - Cidade Universitária
74.000 Goiânia - Goiás
Responsável: Francisco Araújo
99. Biblioteca da Escola de Agronomia e Veterinária da Uni
versidade Federal de Goiás
Campus Universitário - UFGO - Caixa postal 411
74.000 Goiânia - Goiás
Responsável:

100. Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Letras da
Universidade Federal de Goiás
Campus Universitário - UFGO - Caixa postal 411
74.000 Goiânia - Goiás
Responsável: Maria Odete Sampaio
101. Biblioteca da Escola de Farmácia da Fundação Universi
dade Federal de Ouro Preto
Rua Costa Sena, 171
35.400 Ouro Preto - Minas Gerais
Responsável: Maria Goreti A. da Silva
102. Biblioteca do Curso de Agronomia do Centro de Ciências
e Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba
58.397 Areia - Paraíba
Responsável: Emeide Nóbrega
103. Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde
Rua das Trincheiras, 275
58.000 João Pessoa - Paraíba
Responsáveis: Maria Isabel G. Lemos
Vera Lúcia Silveira
104. Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da Universi
dade Federal da Paraíba
Hospital das Clínicas - Cidade Universitária s/n
58.000 João Pessoa - Paraíba
Responsável: Selma Maria Lianza Dias
105. Biblioteca Guilhardo Martins do Centro de Ciências e
Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba
Avenida Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó
Caixa postal 518
58.100 Campina Grande - Paraíba
Responsável: Judith Guimarães dos Santos
106. Biblioteca do Centro de Tecnologia da Universidade Fe
deral da Paraíba

Cidade Universitária
58.000 João Pessoa - Paraíba
Responsável: Carmen de Farias Panet

107. Biblioteca do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná
Rua Padre Camargo, 280
80.000 Curitiba - Paraná
Responsável: Suzana Guimarães Castilho
108. Biblioteca do Setor de Ciências Biológicas
Rua dos Funcionários, s/n - Juvevê
80.000 Curitiba - Paraná
Responsável: Maria Helena B. Imayuki
109. Biblioteca Plínio Alves Monteiro Tourinho
Setor de Tecnologia e Setor de Ciências Exatas da Universidade Federal do Paraná
Centro Politécnico
80.000 Curitiba - Paraná
Responsáveis: Virgínia de Castro Rodrigues
Dulcinéia Gomes Delattre
110. Biblioteca dos Setores de Educação e de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná
Rua General Carneiro, 460 - 2ª and. - Caixa postal 756
80.000 Curitiba - Paraná
Responsáveis: Vera Maria de Almeida Pinto
Aymara F. Ribas
111. Biblioteca do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná
Praça Santos Andrade, 50 - Caixa postal 3054
80.000 Curitiba - Paraná
Responsável: Zaira Bark

112. Biblioteca da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Pelotas
Rua Gonçalves Chaves, 457 - Caixa postal 580
96.100 Pelotas - Rio Grande do Sul
Responsável: Maria Mendonça Nobre
113. Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas
Avenida Duque de Caxias, 250 - Fragata
Caixa postal 464
96.100 Pelotas - Rio Grande do Sul
Responsável: Aida Pires
114. Biblioteca Setorial de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco
Cidade Universitária, Engenho do Meio
50.000 Recife - Pernambuco
Responsável: Rosa Nila de Almeida Cavalcanti
115. Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco
Praça Adolfo Cirne, s/n - Boa Vista
50.000 Recife - Pernambuco
Responsável: Eunice C. Robalinho Cavalcanti
116. Biblioteca Setorial de Educação da Universidade Federal de Pernambuco
Campus da Universidade - Cidade Universitária
Centro de Educação
50.000 Recife - Pernambuco
Responsável: Voline Cardim
117. Biblioteca do Instituto de Física da Universidade Federal de Pernambuco
Cidade Universitária
50.000 Recife - Pernambuco
Responsável: Sonia Souza

118. Biblioteca Setorial de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco
Avenida Prof. Moraes Rego, s/n - Cidade Universitária
50.000 Recife - Pernambuco
Responsável: Maria Anelcira Falcão de Barros
119. Biblioteca Setorial da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Pernambuco
Rua Henrique Dias, s/n - Derby - Caixa postal 1156
50.000 Recife - Pernambuco
Responsável: Antonio Nunes da Silva
120. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco
Edifício dos Institutos Básicos - 9ª and.
Cidade Universitária
50.000 Recife - Pernambuco
Responsável: Maria do Carmo Pontes Lyra
121. Biblioteca da Escola de Comunicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Avenida Pasteur, 250 - Fundos
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Informante: Nevanda Freitas Ferreira
122. Biblioteca da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Ilha do Fundão - Prédio da Faculdade de Arquitetura-7ª
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Responsável: Anna Maria Ayres C. Lima
123. Biblioteca da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Ilha Universitária - Bloco C - CT s/204 - ZC-32
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Responsável: Zuleida Castro Mello

124. Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Avenida Pasteur, 250 - FEA - Praia Vermelha
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Responsável: Affonso Aristeu Cobaléa
125. Biblioteca do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Responsável: Magnólia Gercy G. Lopes de Souza
126. Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Avenida Pasteur, 250 - Fundos - Praia Vermelha
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Responsável: Léa da Motta Fernandes
127. Biblioteca do Instituto de Microbiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências da Saúde - Bloco I
Cidade Universitária
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Responsável: Marinalda de Arruda Melo Athaíde
128. Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rua Moncorvo Filho, 8 - 2º and. ZC-14
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Responsável: Cléa Marques Ferreira
129. Biblioteca do Instituto de Ginecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rua Moncorvo Filho, 90 - 2º and.
20.000 Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Responsável: Maria Regina Valle Le Cocq D'Oliveira

130. Biblioteca de Farmácia da Universidade Federal do Pará
Avenida Generalíssimo, 1562 - Nazaré
66.000 Belém - Pará
Responsáveis: Maria Rute de Leão Braga
 Maria Tereza Alves da Silva
131. Biblioteca de Odontologia da Universidade Federal do
Pará
Rua Padre Eutiquio, 1644 - Batista Campos
66.000 Belém - Pará
Responsáveis: Eliana Gonçalves Gurgel do Amaral
 Maria Tereza Alves da Silva
132. Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade Fe
deral do Pará
Praça Camilo Salgado, 01 - Umarizal
66.000 Belém - Pará
Responsável: Maria Celina Maciel Neves
133. Biblioteca do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida Bento Gonçalves, 10600 - Agronomia
Caixa postal 530
90.000 Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Responsável: Jussara Silva

ANEXO 5

ESCALA DE CENTRALIZAÇÃO COM 7 GRAUS: CRITÉRIOS DE CONSTRUÇÃO

A construção de escala para medir o grau de centralização do sistema (conjunto) bibliotecário de cada universidade pesquisada obedeceu a determinados critérios, que estabelecemos, com base nos dados coletados.

Os graus de 1 a 7 significam: centralização monolítica, centralização administrativa e operacional, centralização operacional, centralização da aquisição, centralização de processos técnicos, descentralização coordenada e descentralização total.

À medida que cresce o algarismo, decresce o grau de centralização. Assim, as bibliotecas mais centralizadas são as que têm grau 1.

O significado desses termos encontra-se na Introdução deste trabalho.

De acordo, pois, com as respostas dadas a determinados itens do questionário aplicado às bibliotecas centrais, as bibliotecas das universidades foram enquadradas em nossa

escala. Esses itens referem-se ao número de bibliotecas de cada universidade, à subordinação técnica e administrativa das bibliotecas seccionais às bibliotecas centrais respectivas, e a outros pontos mais.

Vejamos a tabela a seguir:

Tabela

Escala de centralização com 7 graus e indicadores

Grau de centralização

	1	2	3	4	5	6	7
Uma só biblioteca?	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Subord. admin. das Bts. Secs. à Bt. C.?	S.E.	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Subord. técnica das Bts. Secs. à Bt.C.?	S.E.	SIM	SIM	SIM	SIM OU NÃO	NÃO	NÃO
Aquisição centralizada?	S.E.	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Processamento técnico centralizado?	S.E.	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Existe C.Co. da univers. e/ou existe qualquer cooper. entre Bts.Secs. e Bt. C.?	S.E.	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO

- Bts. Secs. - Bibliotecas seccionais
 Bt. C. - Biblioteca central
 C. Co. - Catálogo coletivo
 S. E. - Sem efeito, prejudicado pela primeira resposta

ANEXO 6

ESCALA DE CENTRALIZAÇÃO COM 3 GRAUS: CRITÉRIOS DE CONSTRUÇÃO

A construção de uma escala com 3 graus, para medir a centralização das bibliotecas, teve por fim facilitar a análise do cruzamento da variável dependente "grau de centralização das bibliotecas" com variáveis independentes.

Assim, tomamos as categorias da escala de 7 graus, elaborada anteriormente, e reunimos algumas delas obtendo novas categorias com nova combinação de indicadores, como se pode observar:

Tabela

Escala de centralização com 3 graus e indicadores

Grau de centralização

		1	2	3
<u>Indicadores</u>	Uma só biblioteca?	SIM	NÃO	NÃO
	Subord. admin. das Bts. Secs. à Bt. C.?	S.E.	SIM ou NÃO	NÃO
	Subord. Técnica das Bts. Secs. à Bt.C.?	S.E.	SIM ou NÃO	NÃO
	Aquisição centralizada?	S.E.	SIM ou NÃO	NÃO
	Processamento técnico centralizado?	S.E.	SIM ou NÃO	NÃO
	Existe C.Co.da univers. e/ou existe qualquer cooper. entre Bts. Secs. e Bt. C.?	S.E.	SIM	SIM ou NÃO

Bts. Secs. - Bibliotecas seccionais
 Bt. C. - Biblioteca Central
 C. Co. - Catálogo Coletivo
 S.E. - Sem efeito, pra julgamento pela 1ª resp.

Na tabela acima, para que o sistema de bibliotecas de uma universidade seja considerado como possuindo grau de centralização 2, é necessário que a resposta obtida seja SIM em pelo menos um dos cruzamentos com os indicadores, em que a resposta poderia ser, indiferentemente, SIM ou NÃO.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, Jayme. Educação, sociedade e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1968. 237 p.
- ACKOFF, Russel Lincoln. Planejamento de pesquisa social. São Paulo, Herder/Ed. da USP, 1967. 556 p.
- ALBUQUERQUE, Nivaldo Rodrigues de. A evolução da universidade brasileira: análise crítica e tentativa de estabelecimento de um modelo estrutural para as universidades federais. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública, 1974. 155 p.
- ANDERLA, G. Information in 1985: a forecasting study of information needs and resources. Paris, OeCD, 1973. p. 122-3. Apud: PFRONM NETTO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1): 19-39, mar. 1975.
- ARAGÃO, Adalgisa Monis de. A biblioteca e seu meio ambiente. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, 2(46):165-73, abr./jun. 1974.
- ARAGÃO, Esmeralda Maria de. Problemas das bibliotecas universitárias brasileiras. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, 1(1/3):41-3, jan./mar. 1973.
- ARNTZ, Helmut. El papel de la documentación en los países en vías de desarrollo. Boletín de la Unesco para las

bibliotecas, 25(1):13-8, ene./feb. 1971.

ARUTJUNOV, N. B. Requisitos que han de satisfacer los sistemas nacionales de información científica y técnica. Boletín de la Unesco para las bibliotecas, 27(5): 266-9, set./oct. 1973.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO S. A. Ensino superior no Brasil. São Paulo, 1967. 230 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. Normalização da documentação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1964.

_____. NB-69. Numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 1972.

_____. NB-124 Índice de publicações. Rio de Janeiro, 1971.

_____. NB-85 Sumário. Rio de Janeiro, 1971.

_____. P-NB-66 Referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1970.

ATCON, Rudolph. Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira. Rio de Janeiro, 1966. 124 p.

BARBOSA, Alice Príncipe. Projeto CALCO; catalogação cooperativa automatizada. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1973. 1 v. em f. soltas.

BLALOCK JUNIOR, Hubert M. Estadística social. México, Fondo de Cultura Económica, 1966. 509 p.

_____. Introdução à pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 133 p.

BLASINGAME, Ralph. Libraries in a changing society. Library Journal, 97(9):1667-71, 1 May 1972.

- BLAU, Peter & SCOTT, W. Richard. Organizações formais. São Paulo, Atlas, 1970. 293 p.
- BORKO, H. Information science and technology. 1973. BRITANICA YEARBOOK OF SCIENCE AND THE FUTURE, p. 253-60. In: LEMOS, Antonio Agenor Briquet de & AMARANTE, Vera do. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):40-51, mar./set. 1972.
- BOYCE, Bert R. A participação da biblioteca universitária no SNICT e em outros sistemas de informação. Brasília, 1974. Tema apresentado ao Seminário sobre Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias, realizado em Brasília sob o patrocínio do Conselho de Reitores. 6 p. mimeog.
- _____. Ordem e progresso. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):90-7, mar.1975.
- BRASIL. Conselho Nacional de Pesquisas. Diretrizes básicas para implantação do Sistema Nacional de Informações Científicas e Tecnológicas (SNICT). Rio de Janeiro, 1973. 6 p. mimeog.
- _____. Departamento de Assuntos Universitários. Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior - 1974. Brasília, MEC, 1975.
- _____. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Bibliotecas especializadas brasileiras. 2.ed. Rio de Janeiro, 1969. 605 p.
- _____. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Catálogo Coletivo Nacional. Listagem das bibliotecas cooperantes do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos. Rio de Janeiro, nov. 1975 (listagem do computador).
- _____. Leis, decretos, etc. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento

to do ensino superior e sua articulação com a escola média. Diário Oficial, Brasília, 29 nov. 1968.

_____. Leis, decretos, etc. Lei nº 5.727 de 4 de novembro de 1971. Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1972/1974. Diário Oficial, 8 nov. 1972. Suplemento ao n. 211.

_____. Leis, decretos, etc. Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1972/74. PNDES. (Lei nº 5.727 de 4 de novembro de 1971) Diário Oficial, 8 nov. 1972. Suplemento ao n. 211.

_____. Leis, decretos, etc. Reforma universitária, leis, decretos-leis, decretos, portarias, pareceres, resoluções, 1968-1969. Rio de Janeiro, MEC, 1969. 174 p.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Plano Setorial de Educação e Cultura 1975/79. Brasília, 1974.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Questionário EC-G 1974 sobre bibliotecas.

_____. Ministério do Planejamento. Coordenação Geral. Escritório da Reforma Administrativa. Reforma administrativa em marcha; atividades em 1969. 723 p.

_____. Presidência da República. DASP-CENDOC. Reforma administrativa. Decreto-lei nº 200 de 25.2.67 e legislação posterior. Brasília, 1971.

_____. Presidência da República. Metas e bases para a ação do Governo. s.l. Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1970. 265 p.

_____. Secretaria do Planejamento. Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 1973/74. PBDCT. Rio de Janeiro, IBGE, 1973. 155 p.

- _____. Sudene/DRH. A reforma universitária e as bibliotecas universitárias do Nordeste. Recife, Sudene, 1968. 60 p.
- BRUNO, J. Michael. Decentralization in academic libraries. Library Trends, 19(3):311-7, Jan. 1971
- BUCKLEY, Walter.Frederick A sociologia e a moderna teoria dos sistemas. São Paulo, Editora da USP, 1971. 307 p.
- BURNS JUNIOR, Robert W. Biblioteca e enfoque sistêmico. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1(2):164-83, set. 1972.
- CADASTRO das bibliotecas existentes no País, segundo as unidades da Federação e os municípios - 1971. Boletim Estatístico do Instituto Brasileiro de Estatística, 30(119): 179-245, jul./set. 1972.
- CARVALHO, Carmen Pinheiro de. A biblioteca e os estudantes. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 1(2):196-211, set. 1972.
- CARVALHO, Felisbela Liberato de Matos. Panorama das bibliotecas escolares brasileiras nos vários níveis. São Paulo, 1967. Tema apresentado ao 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em São Paulo. 10 f. mimeog.
- CENTRALIZATION and decentralization in academic libraries; a symposium. College and Research Libraries, Chicago, Ill. 22(5):327-338, Sept. 1961.
- CERYCH, Ladislao. Educação nos países em desenvolvimento. Rio de Janeiro, Bloch, 1967. 223 p.
- EL CONCEPTO del NATIS. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 29(3):122-4, jan./fev. 1975.
- CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE PLANEJAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS NACIONAIS DE DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. Paris, 1974. Informe final. Paris, Unesco, 1975. 67 p. (COM/MD/30).

- CORDEIRO, Paulo Py. A participação da biblioteca universitária no sistema de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):79-89, mar. 1975.
- CORDEIRO, Vilma Andrade de Lemos. O problema da informação na universidade: uso da biblioteca e a utilização adequada das coleções bibliográficas. Rio de Janeiro, UFRJ, Forum de Ciência e Cultura, 1976. (Monografia apresentada ao 6º Curso de Atualização de Estudo de Problemas Brasileiros.) 41 p.
- COUTINHO, Afrânio. Por uma política bibliotecária nas universidades. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 out. 1976. p. 11, c. 1.
- CRISE do ensino: uma coletânea. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1971. 96 p.
- CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. Sistemas de bibliotecas e redes de informação. Brasília, 1975. Trabalho apresentado ao 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Brasília, de 20 a 25 jul. 1975. 19 p.
- CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. Bibliotecas universitárias: algumas considerações acerca da situação no Brasil. Belém, 1973. Trabalho apresentado ao 7º Congresso de Biblioteconomia e Documentação. 42 p.
- _____. Seminário sobre o desenvolvimento das bibliotecas universitárias na América Latina. 4º Congresso de Biblioteconomia e Documentação. Fortaleza, 1963. 9 p.
- DEAL, Carl W.; JACKSON, William Vernon; SHEPARD, Marietta Daniels. La universidad y sus bibliotecas: bases para una encuesta. Washington, D.C., Unión Panamericana, 1966. 6 p.

- DIAS, Antonio Caetano. Bibliotecas universitárias, sua integração ao processo de desenvolvimento. Revista do Livro, 10(31):47-53, jan./dez. 1967.
- DIRETRIZES Básicas para a Implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica. Ciência e Informática, Rio de Janeiro, 2(1):69-72, 1973.
- DRAFT: Guidelines for branch libraries in colleges and universities. College & Research Libraries News, 11:281-3, Dec. 1974.
- DUGGAN, Maryann. Library net-work analysis and planning (LIB-NAT). Journal of Library Automation, 2(3): 157-75, Sept. 1969.
- ENCONTRO Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias, 1ª, Porto Alegre, 1972. Resumos dos Trabalhos, Porto Alegre, 1972. 8 p. mimeog.
- ENCONTRO Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias, 2ª, Belém, 1973. Relatório do grupo de implantação da Comissão Nacional de Bibliotecas Centrais Universitárias. Belém, 1973. p. irreg.
- ESPÍRITO SANTO, Alexandre do. Sistema de aquisição computadorizada. Belém, 1973. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em Belém, de 29 jul a 4 ago. de 1973. 12 p.
- ETZIONI, Amitai. Organizações complexas. Rio de Janeiro, Atlas, 1967. 466 p.
- _____. Organizações modernas. São Paulo, Pioneira, 1967. 190 p.
- FERREIRA, Isabel Maria de Castro. Bibliotecas especializadas. Trabalho apresentado ao 6º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação em Belo Horizonte de 4 a 10 jul de 1971. São Carlos, Escola de Biblioteconomia e Documentação, 1971. 15 p. mimeog.

FONSECA, Edson Nery da. Biblioteca Central da Universidade de Brasília: história com um pouco de doutrina e outro tanto de memórias. Revista de Biblioteconomia de Brasília, 1(1):35-42, jan./jun. 1973.

_____. Condição essencial para o estabelecimento de uma rede nacional de informação científica e técnica. Belém, 1973. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Belém, de 29 jul. a 4 de ago. de 1973. 15 p.

_____. O Catálogo Coletivo como instrumento de coordenação entre bibliotecas. Revista do Serviço Público, 107(1):81-95, jan./abr. 1972.

_____. Problemas de comunicação da informação científica. São Paulo, Thesaurus Editora, 1973. 140 p.

_____. Roteiro para organização de bibliotecas universitárias. Brasília, Gráfica Piloto da UnB, 1967. 38 p.

FOSKETT, D. J. Las bibliotecas y el planeamiento de la educación. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 25(2):72-7, mar./abr. 1971.

GALVÃO, Jesus Belo. Programação do ensino e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Bloch, 1968. 159 p.

GELFAND, Morris A. Les bibliothèques universitaires des pays en voie de développement. Paris, Unesco, 1968. 178 p.

_____. Política de aquisição em bibliotecas universitárias: planos e programas individuais e cooperativos de formação de acervos. Revista de Biblioteconomia de Brasília, 2(2):155-65, jul./dez. 1974.

GENNARI NETTO, Octavio. Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT); sistema de informação jurídica. Brasília, Senado Federal, 1973. 11 p.

- GIETZ, Ernesto G. Bibliotecas universitarias: consideraciones relativas a su importancia y misión. Santa Fé, Universidad Nacional del Litoral, 1945. 35 p.
- GOMES, Hagar Espanha. A participação da biblioteca universitária no sistema de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 4(1):63-76, mar. 1975.
- GOODE, William Josiah. Métodos em pesquisa social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960. 494 p.
- GREEN, Stephen. El NATIS: tema para los años 70. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 29(1):133-45, ene./feb. 1975.
- GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS, Niterói. Relatório. Belém, 1973. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e 2º Encontro Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias. Belém, 29 jul. a 4 ago. 1973. p. irreg. mimeog.
- GRUPO de Trabalho do SNICT. Relatório final. Rio de Janeiro, IBBD, 1973. 7 p. datilog.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. A redução sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965. 169 p.
- GUIMARÃES, Hahnemann. A educação e a biblioteca. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944. Conferência pronunciada na Biblioteca do DASP, em 2.10.44. 12 p.
- HAMAR, A. A. Bibliotecas universitárias: análise da situação brasileira e sugestões. São Paulo, 1967. Tema apresentado ao 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. 11 p. mimeog.
- HANSON, A. H. Descentralização. Revista de Direito Público e Ciência Política, Rio de Janeiro, FGV, 7(1): 91-124, jan./abr. 1964.

- HARVARD-WILLIAMS, P. La cooperación internacional entre bibliotecas. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 13(5/6):64-9, mar./abr. 1972.
- HOFFMANN, Ricardo Luiz. Abertura operacional da universidade de (para o desenvolvimento) |Florianópolis| UDESC |Ed. Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina| São Paulo, Resenha Universitária, 1975. 128 p.
- HYMAN, Herbert Hiram. Planejamento e análise da pesquisa; princípios, casos e processos. Rio de Janeiro, Lidador, 1967. 546 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. CALCO; manual e tabelas. Rio de Janeiro, 1976. 2 v.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. MARC. in ternational format; provisional draft. Paris, 1975. 14 p.
- JIMENEZ CASTRO, Wilburg. Los dilemas de la descentralización funcional: un análisis de la autonomía institucional pública. San José, Costa Rica, Escuela de Administración Pública de America Central, 1965. 238 p.
- KEIDANN, E. M.; PELLIN, J. T. de A. & MELO, M. F. da S. Bibliotecas universitárias. 13ª Jornada Sul-Riograndense de Biblioteconomia e Documentação. Porto Alegre, Departamento de Educação e Cultura da UFRGS, Associação Riograndense de Bibliotecários, 1968. 25 p.
- LACERDA, Maria do Carmo. Universidade e processo de decisão: efeitos da reforma universitária. Brasília, 1973. 177 p.
- LASSO DE LA VEGA, Javier. La biblioteca central universitaria y las de facultades. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 15(4):195-200, jul./ago. 1961.
- LEGG, Jean. A morte da biblioteca departamental. Brasília, Biblioteca Central da UnB, 1966. 6 p. num.

- LEMOS, Antonio Agenor Briquet de & MACEDO, Vera Amália Amante. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. Revista de Biblioteconomia de Brasília, 2(2):167-74, jul./dez. 1974.
- LIMA, Etelvina. A biblioteca no ensino superior. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1975. Trabalho apresentado ao 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Brasília, de 20 a 25 jul. 1975. 16 p. mimeog.
- _____. Estrutura organizacional da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais: um estudo de centralização e descentralização. Belo Horizonte, UFMG, Escola de Biblioteconomia, 1974. 75 p.
- _____. O bibliotecário brasileiro na década dos 70. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1(2):212-8, set. 1972.
- _____; BARROS, Márcio Pinto & CASTELO BRANCO, Alípio. Biblioteca central da UFMG. Revista da Escola de Biblioteconomia, 1(2):125-31, set. 1972.
- LINE, Maurice Bernard. The scope for automatic data processing in the British library. Report of a study into the feasibility of applying ADP to the operations and services of the British library. London, Her Majesty's Stat-Off., 1972. 2 v. xerog.
- LOCHARD, Jean. Automatización de la documentación y normalización. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 25(3):153-61, mayo/jun. 1971.
- LOURENÇO FILHO, M. B. O ensino e a biblioteca. Rio de Janeiro, DASP, 1944. Conferência pronunciada na Biblioteca do DASP. 24 p.
- MACEDO, Neusa Dias de. A biblioteca como centro de pesquisa e informação. São Paulo, Associação Paulista de Bibliotecários, 1972. 8 p. mimeog.

- MATOS, Alexandre Morgado. Organização: uma visão global - introdução - ciência - arte. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Livros Técnicos e Científicos, 1975. 349 p.
- MATOS, Francisco Gomes de. Descentralização e delegação de autoridade. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 6(19):59-73, jun. 1966.
- MERIKOSKY, V. Problemas básicos da administração da universidade. Revista do Serviço Público, 103(2): 111-43, mar./abr. 1969.
- MESQUITA, Elyanna de Niemeyer.& BOTELHO, Tania Mara Guedes. A Divisão de Documentação do Departamento de Administração do Ministério da Fazenda face ao Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica.- SNICT. Belém, 1973. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Belém, de 29 jul. a 2 ago. 1973. 9 p.
- MILCZEWSKI, Marion A. Estructura de la biblioteca universitaria en la America Latina. Washington, Unión Panamericana, 1967. 48 p.
- MIRANDA, Geraldo Inácio Mac-Dowell dos Passos. Organização e métodos. 4. ed. São Paulo, Pioneira, 1976. 325 p.
- MOREY, Thomas J. Many benefits from centralized library services. Special Libraries, 63(5/6):245-7, May/June 1972.
- MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. Teoria geral da administração: uma introdução. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1975. 146 p.
- MOYS, Elizabeth M. Problemas que plantea la creación de bibliotecas universitarias. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 20(2):58-69, mar./abr. 1966.
- NATIS - Notícias. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 29(3):122-4, mayo/jun. 1975.

- NEWMAN, William H. Ação administrativa; as técnicas de organização e gerência. Rio de Janeiro, Livraria Editora Guanabara, 1964. 500 p.
- NICK, Eva & KELLNER, Sheilah R. de O. Fundamentos de estatística para as ciências do comportamento. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Renes, 1971. 312 p.
- NIE, Norman; BENT Dale & HULL, C. Hadlai. Statistical package for the social sciences. New York, McGraw-Hill |1970| 343 p.
- NOGUEIRA, O. Pesquisa social: introdução às suas técnicas. São Paulo, Ed. Nacional, 1968. 196 p.
- OCLC NEWSLETTER. Columbus, Ohio College Library Center, n. 101, July 1973. 4 p.
- OHIO STATE UNIVERSITY LIBRARIES. Office of Educational Services. Library Circulation System; user's guide. Columbia, 1974.
- OLIVEIRA, Aláide Lisboa de. Escola e biblioteca. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1(2):184-95, set. 1972.
- ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. Planeamiento nacional de servicios bibliotecários. Washington, D.C., 1970.
- ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE. Direction des affaires scientifiques. Conférences et essais méthodologiques sur la planification de l'éducation. Bergneustad, 6-24 jui. 1964. Paris |1966| 329 p.
- ORNE, Jerrold. The place of the library in the evaluation of graduate work. College and Research Libraries, 30(1):25-31, Jan. 1969.
- PENNA, Carlos Víctor. La planificación des services de bibliothèque et de documentación. 2. ed. rev. et augm. Paris, Unesco, 1971. 178 p.

- _____. Seminario sobre planeamiento de estructuras nacionales de información científica y técnica. Madrid, 23-28 nov. 1970. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 25(4):198-202, jul./ago. 1971.
- _____. & SABOR, Josefa Emilia. La biblioteca y la universidad. Buenos Aires, 1944.
- PERAZA, Fermin. Función y servicios de las bibliotecas universitarias. Mendoza, Biblioteca Central de la Universidad Nacional de Tucumán, 1959. 32 p.
- PEREIRA, Luiz, org. Desenvolvimento, trabalho e educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. 254 p.
- PEREZ, Victoria A. Hacia un sistema mundial de información científica: una empresa común. CIUC-Unesco. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 23(1):2-8, jan./feb. 1969.
- PFIFFNER, John McDonald. Organização administrativa. São Paulo, Bestseller, 1963. 472 p.
- PEROM NETTO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 4(1):19-39, mar. 1975.
- PROGRAMA de la información y documentación de la Unesco para 1975-1976. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 29(1):133-45, jan./feb. 1975.
- RAFFEL, Jeffrey & SHISHKO, Robert. Centralization and decentralization. Special Libraries, 63(3):135-43, Mar. 1972.
- RAYWARD, W. Boyd. Libraries as organizations. College and Research Libraries, 30(4):312-26, July 1969.
- REDMOND, Donald A.; SINCLAIR, Michael P. & BROWN, Elinore. University libraries and university research. College and Research Libraries, 33(6):447-53, Nov. 1972.
- RELATÓRIO e recomendações do Seminário para Estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas

Universitárias, realizado na UnB de 8 a 12 jul. de 1973 sob patrocínio do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 4(1):115-30, mar. 1975.

REYNOLDS, Michael M. Library cooperation: the ideal and the reality. College and Research Libraries, 35(6):424-31, Nov. 1974.

ROSINHA, R. C. & VICENTINI, A. L. C. Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica; subsistema de informação agrícola. Brasília, Ministério da Agricultura, 1972. 8 p.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. A biblioteca central na Cidade Universitária. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação, 1955. 57 p.

_____. A biblioteca do futuro. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1(1):62-8, mar./set. 1972.

_____. Considerações sobre o Sistema Nacional de Informações Científicas e Tecnológicas. Rio de Janeiro, FGV, 1975. Trabalho apresentado à 1ª Reunião Brasileira de Ciência da Informação, realizada no Rio de Janeiro, em 1975. 18 p.

SANTOS, Roberto Figueira. A reforma universitária; condição atual de sua implantação. Revista da FUC de São Paulo, 43(85/86):3-20, jan./dez. 1973.

_____. As conseqüências imediatas da reforma universitária. Documenta, Rio de Janeiro, 13(160):19-33, mar. 1974.

SELLTIZ, C. et alii. Métodos de pesquisa das relações sociais. São Paulo, Herder/Ed. da USP, 1965. 715 p.

SEMINÁRIO DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN LAS AMERICAS, 11º, Nuevo México, Kansas, Washington, 1971. Acotaciones a proble

- mas fundamentais de la educación superior en las Américas. Washington, Universidad de Kansas Lawrence, Escuela de Artes Liberales y Ciencias, 1971. 66 p.
- SIEGEL, Sidney. Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento. São Paulo, McGraw-Hill, 1975. 350 p.
- SIMON, Herbert Alexander. Comportamento administrativo. Rio de Janeiro, FGV, 1965. 311 p.
- SISTEMAS Nacionales de Información (NATIS). Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 29(2):62, mar./abr. 1975.
- SOUSA, João Laurentino. O usuário brasileiro e o SNICT. Belém, 1973. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Belém, de 29 de jul. a 2 de ago. de 1973. 16 p.
- SPILLER, David. Comentários sobre as bibliotecas das universidades brasileiras. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 4(1):98-114, mar. 1975.
- SUCUPIRA, Newton. A condição atual da universidade e a reforma universitária. Brasil Universitário, São Paulo, 27(86/87):63, 1972.
- UNESCO. Les aspects économiques et sociaux de la planification de l'éducation. Paris, 1965.
- _____. UNISIST. Conferência intergubernamental para el establecimiento de un sistema mundial de información científica. Informe final. Paris, 4-8 oct. 1971. 61 p.
- _____. UNISIST. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, FEBAB, 3(1/3):49-58, jan./mar. 1974.
- _____ & CIUS. UNISIST; étude sur la réalisation d'un système mondial d'information scientifique. Paris, 1971. 182 p.

- UNIÃO PANAMERICANA. Departamento de Asuntos Económicos. Anuário del desarrollo de la educación, la ciencia y la cultura en America Latina - 1964. Washington, D. C., 1964. 232 p.
- U. S. LIBRARY OF CONGRESS. MARC Development Office. Books: a MARC format. Washington, D.C., Library of Congress, 1972. 107 p.
- VIEIRA, Anna da Soledade. A biblioteca automatizada na Inglaterra. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1(2):153-63, set. 1972.
- VIEIRA, Paulo Reis. Em busca de uma teoria de descentralização: uma análise comparativa em 45 países. Rio de Janeiro, FGV, 1971. 222p.
- VOLPINI, E. E. Bibliotecas departamentais. 4º Congresso Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Fortaleza, 1963. 7 p.
- WALDO, Dwight. Problemas e aspectos da administração pública. São Paulo, Pioneira, 1966. 582 p.
- WARLICH, Beatriz M. de Sousa. Reforma administrativa federal brasileira: passado e presente. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, FGV, 8(2):27-73, abr./jun. 1974.
- WESTAT, INC. Resources and bibliographic support for a nation wide library program. Final report to the National Commission for Libraries and Information Science. Washington, Gov. Printing Off., 1974. 267 p.
- WILSON, Louis R. & STAUBER, Maurice F. La biblioteca universitaria: su organización, administración y funciones. Washington, D.C., Unión Panamericana, 1963. 389 p.

- WRIGHT, Gordon G. An Ontario Libraries network, or cooperative estanglement. In: CLINIC ON LIBRARY APPLICATIONS OF DATA PROCESSING, 1973. LANCASTER, Wilfrid, ed. Proceedings... London, Clive Bingley, 1974. p. 68-101.
- WYSOCKI, A. & TOCATLIAN, J. Conferencia Intergubernamental del UNISIST. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas 26(2):58-63, mayo/abr. 1972.
- _____ & _____. Un sistema mundial de información científica: necesario y factible. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 25(2):66-71, mar./abr. 1971.
- ZAHER, Célia Ribeiro. Introdução à documentação. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, 1968. 174 p.
- ZULETA ALVAREZ, Enrique. La universidad y la biblioteca. Mendoza, Biblioteca Central de la Universidad Nacional de Tucumán, 1971. 28 p.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias	
realizações	74-75
<u>ver também</u> Comissão Nacional de Bibliotecas	
Universitárias	
Bibliotecas	
centrais	
atribuições	53-54
criação	
necessidade	50-54
vantagens	51
nível hierárquico	54
reforma universitária	
influência	71
departamentais	
conceito	10
criação	62
funcionamento	63
papel educacional	26-30
planejamento educacional	
integração	26,30
seccionais	
conceito	9
caracterização	156-165
fusão	60-111
vantagens e desvantagens	52,58
universitárias	
aquisição bibliográfica	37,83

automação	
necessidade	84-85
no Brasil	61
no exterior	61, 81-86
centralização e descentralização	
adequação	49, 61
conceito	8, 9, 49, 50
escalas	112-115
influência de variáveis	116-156
vantagens e desvantagens	56-59
conceito	
condições existentes	38-39
convênio	39
diagnóstico	5-7
enfoque sistêmico	34, 75, 104-105
importância	4, 30-33, 36-41
necessidades	38-41
objetivos	31-36
planejamento integrado	4, 7, 34, 38
reforma universitária	
influência	4, 35-36, 40
tipos <u>ver</u> Bibliotecas centrais, Biblio tecas departamentais, e Bibliotecas seccionais	

Catálogo coletivo

bibliotecas universitárias	
participação	90
importância	65, 91-93
nacional	90-91
objetivos	92

Centralização e descentralização

adequação	46
-----------	----

bibliotecas universitárias ver bibliotecas
universitárias - centralização e descentralização

Comissão Nacional de Bibliotecas Universitárias

criação 72-73
objetivos 73
realizações 5-6, 73-74
ver também Associação Brasileira de
Bibliotecas Universitárias

Cooperação interbibliotecária

dificuldades 90
necessidade 87, 96
nas universidades 88-89, 99, 103-104
programas
 BIREME 93
 CALCO, Projeto 82
 Catálogos Coletivos
 MARC, Projeto 82
 MEDLARS, Sistema 82-83
 MEDLINE, Sistema 83
 REBAM 94-95

Cruzamento das variáveis

grau de centralização versus
dispersão geográfica 136-139
idade da biblioteca central 123-127
idade da universidade 116-122
localização da universidade 131-134
número de bibliotecas 127-131
pessoal 150-156
recursos orçamentários 139-149

Decreto-lei nº 200/67 ver Reforma administrativa

Departmentalização ver Organizações departamentalizadas

Educação

desenvolvimento socioeconômico	1-2, 20-26
planejamento integrado	1, 22, 25-26, 33
valor econômico	22-24

Educação superior

desenvolvimento socioeconômico	21, 66, 31
importância da biblioteca	30-33, 37-38
planejamento integrado	26, 38
reforma <u>ver</u> Reforma universitária	

Informações

controle	79-81
quantidade de	79-80
transferência de	96-97
sistemas	82, 96-97

Lei nº 5.540/68 ver Reforma universitária

Núcleo de Assessoramento Técnico para Assuntos de Documentação - NAT-08

criação	39
objetivos e realizações	77-78

Organizações

centralizadas e descentralizadas	44-46
conceito	42
departamentalizadas	45
enfoque sistêmico	43
fatores ambientais	42-43

Reforma

administrativa	44, 70-71
enfoque sistêmico	70-71
órgãos coordenadores	70-71
universitária	3, 4, 35-38

Sistema Nacional de Informações em Ciência e Tecnologia (SNICT)	98-100
Termos	
definição de	7-10
Sistemas nacionais de informação	97-98
Sistema Internacional de Informações Técnicas e Científicas (UNISIST)	
criação	
viabilidade	96
objetivos	96-97